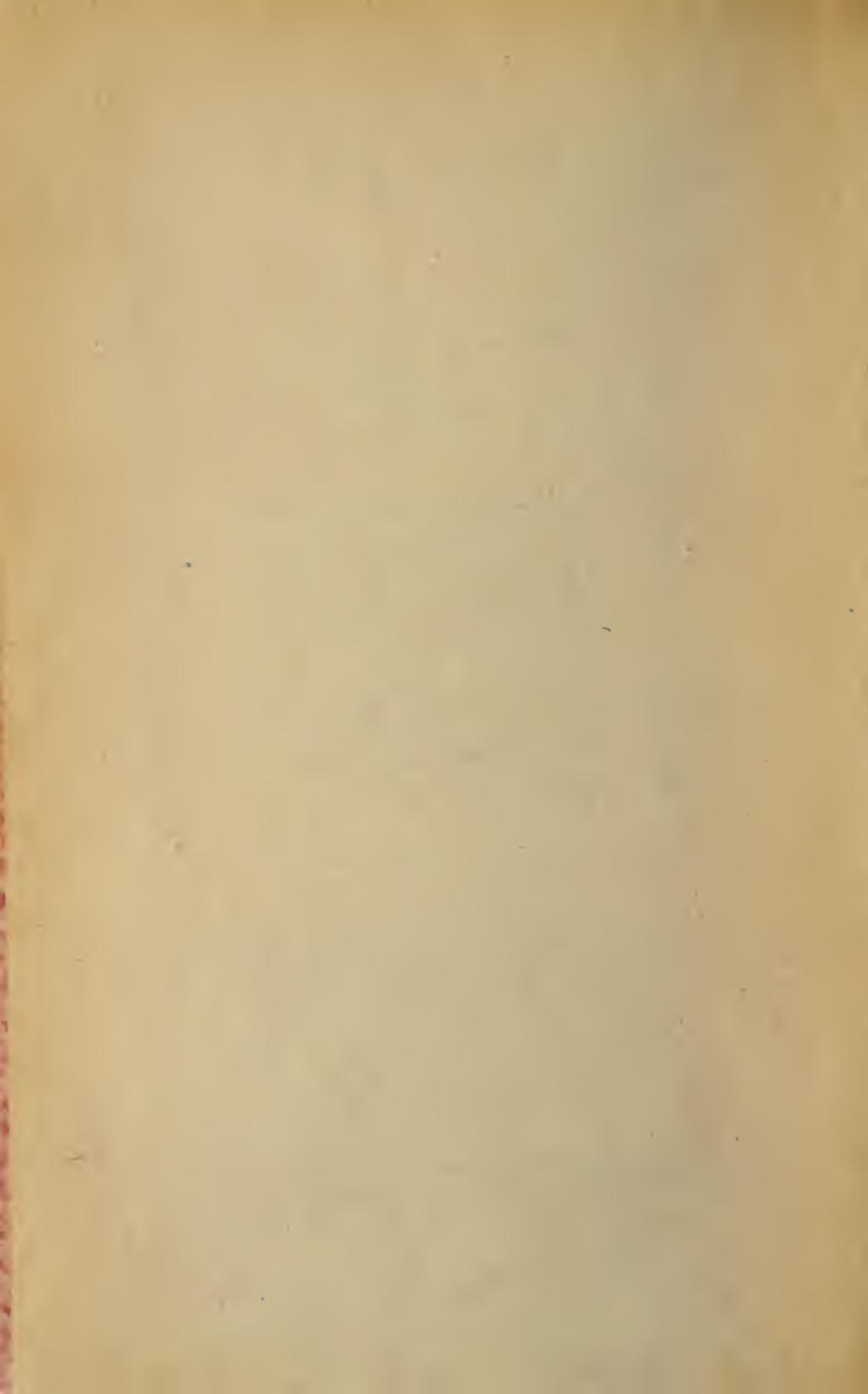


R8182, 542



Presented to the
LIBRARY *of the*
UNIVERSITY OF TORONTO
by
Professor
Ralph G. Stanton





M,

ÊLES E ELAS

OBRAS DE JÚLIO DANTAS

POESIA

- Nada* (1896, (*) Parceria António Maria Pereira, Lisboa) — 2.^a edição.
Sonetos (1916, Livraria Rodrigues, Lisboa) — 2.^a edição.

PROSA

- Outros tempos* (1909, Livraria Clássica Editora, Lisboa) — 2.^a edição.
Estática e dinâmica da fisionomia (1909, idem) — 2.^a edição.
Figuras de ontem e de hoje (1914, Livraria Chardron, Pôrto) — 2.^a edição.
Pátria Portuguesa (1914, Parceria Pereira, Lisboa) — 3.^a edição.
A ouvido de M.me X (1915, Livraria Chardron, Pôrto) — 3.^a edição.
O amor em Portugal no século XVIII (1915, idem) — 2.^a edição.
Mulheres (1916, idem) — 2.^a edição.
Eles e Elas (1918, idem) — 2.^a edição.

TEATRO

- O que morreu d'amor* (1899, Empresa Literária Fluminense, Lisboa) — 4.^a edição.
Viriato Trágico (1900, idem) — 2.^a edição.
A Severa (1901, idem) — 3.^a edição.
Crucificados (1902, idem) — 2.^a edição.
A Ceia dos Cardeais (1902, Livraria Clássica Editora, Lisboa) — 22.^a edição.
D. Beltrão de Figueiróa (1902, Empresa Literária Fluminense, Lisboa) — 4.^a edição.
Paço de Veiros (1903, idem) — 2.^a edição.
Um scrão nas Laranjeiras (1904, idem) — 2.^a edição, ilustrada.
Rei Lear (1905, idem).
Rosas de todo o ano (1907, idem) — 7.^a edição.
Mater Dolorosa (1908, idem) — 3.^a edição.
Santa Inquisição (1910, Livraria Clássica Editora, Lisboa) — 2.^a edição.
Primeiro Beijo (1911, idem) — 3.^a edição.
D. Ramon de Capichuela (1912, idem) — 2.^a edição.
O Reposteiro Verde (1912, idem) — 2.^a edição.
1023 (1914, Livraria Chardron, Pôrto).
Sóror Mariana (1915, idem) — 2.^a edição.

(*) A data indicada para cada obra é a da sua primeira edição.

JÚLIO DANTAS

Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa
Da Academia Brasileira

ÊLES E ELAS

NA VIDA — NA ARTE — NA HISTÓRIA

SEGUNDA EDIÇÃO



PORTO
LIVRARIA CHARDRON,
DE LÉLO & IRMÃO, EDITORES
RUA DAS CARMELITAS, 144

1918

A propriedade literária e artística está garantida em todos os países que aderiram à Convenção de Berne—(Em Portugal, pela lei de 18 de março de 1911. No Brasil pela lei n.º 2577 de 17 de janeiro de 1912).

NA VIDA

Amazinha Magalhães
Baranbu 1920

LADY FLORENCE

Depois de jantar, o meu amigo Cisneiros e eu fomos tomar café para o salão. Conhecem, de certo, o grande salão do *Avenida Palace*, cosmopolita e grave, com os seus Maples sonolentos, os seus tapêtes profundos, as suas horríveis correntes de ar. Nessa noite estava pouca gente. A um canto, um velho de fisionomia inquietante e angulosa — soube depois que era um judeu holandês em busca de *bric-à-brac* — folheava o *Sketch*. Ao pé duma janela, um oficial da missão francesa escrevia. Notei vagamente que um inglês magro, ruivo, de *smoking*, passeava pela sala as suas pernas de antílope e o seu esplêndido isolamento. Mas as minhas atenções fixaram-se de preferência sôbre dois ingleses, um velho e uma velha — êle, setenta anos, calvo, musculoso, irrepreensível na sua casaca, ela, sêca, viva, ridícula, pequenina, vestida de sêda azul, com um

grande colar de topázios e um meio-decote esque-lético — que estavam recostados num sofá, ao lado um do outro, de mãos dadas, olhando-se embevecidamente naquele amoroso silêncio que é a alma de tôda a ternura inglesa, e a que já Carlyle chamara «o contacto com o mistério». E' bem certo que as paixões não teem idade; mas eu confesso que não pude deixar de sorrir do êxtase conjugal dêsses dois velhos, que, já andado o outono da existência, ainda sentiam tão vivamente os perturbadores enlevos do amor. Observei-os com curiosidade, — quási com carinho. Tinham diante de si uma pequena mesa de chá e um número do *Times*, que êle deixara de lêr para olhar para ela. A luz batia em cheio nas duas cabeças, escorria como oiro oleoso pela calva do vêlho inglês, tornava mais azúis os pequeninos olhos rugosos de Lady Florence — soube depois que se chamava assim — uns olhos de boneca decrépita, a que a expressão do sonho realizado e da ventura absoluta pareciam emprestar ainda o inquieto brilho da mocidade. Nada os distraía da sua mútua contemplação. Passaram criados; entrou uma rapariga belga, que se atirou para uma poltrona, cruzou a perna e fumou; o oficial francês foi buscar, perto dêles, o boné e o *stick*: e os dois vêlhos, indiferentes a tudo, embevecidos um no outro, enlevados, imóveis, os olhos nos olhos, a mão dêle enlaçada na dela, continuaram a fi-tar-se, amorosamente, com a emoção de dois

namorados deslumbrados de mocidade e de beleza.

— Sabes' quem são aqueles ingleses? — perguntei eu ao meu amigo Cisneiros, enquanto o criado nos servia o café.

— São dois noivos.

— Naquela idade?

— Casaram-se há dôze dias, em Londres. Estão aqui passando a lua de mel. Um casamento de amor. Ele é sir Joë Crofton, alto funcionário da India inglesa, e tem setenta e dois anos; ela é Lady Florence Sealby, viúva dum lord do Almirantado, e tem sessenta e cinco ou sessenta e seis. Soube ontem quem eram, por aquele inglês magro que aqui esteve' a passear no salão. A vida dêles conta-se em duas palavras e é um romance enternecedor. Joë Crofton estava noivo da primeira mulher quando conheceu Florence, que tinha então dezoito anos, todo o encanto das *spinsters*, com os seus cabelos loiros, os seus olhos azúis, a sua beleza do diabo, e que era a noiva prometida dum moço oficial da marinha inglesa. Apaixonaram-se loucamente um pelo outro. Mas já ambos tinham contraído compromissos; nenhum dêles podia dispôr de si, porque nenhum dêles era livre. Fiéis à mais inglesa de tôdas as paixões — a paixão do dever —, apertaram as mãos, choraram, sorriram, separaram-se, — e, na dolorosa serenidade dos grandes sentimentos, cada um seguiu o seu destino. Ele casou, e foi o melhor dos maridos. Ela casou tam-

bêm, e foi a mais carinhosa das espôsas. Mas dois ingleses que uma vez sentiram o encantamento do verdadeiro amor, — pode a vida embora separá-los, que nunca mais se esquecem. Um dia, quarenta e seis anos passados, Joë, já viúvo, soube em Bombaim que Florence tinha enviuvado lambêm. Pediu uma licença, e simplesmente, naturalmente, com a certeza de que ela estava esperando por êle, veio à Europa buscá-la. Casaram em Westminster, e, como vês, estão passando a lua de mel em Lisboa. Nós, latinos, não podemos compreender bem a incomparável felicidade destas duas criaturas. E' preciso ser-se inglêz para sentir a fôrça dominadora dum amor como êste, inalterável e eterno, que sobrevive à mocidade e à beleza, e que, quando já tudo passou, frescura, encanto, sedução, graça, continúa ainda na velhice, com todo o entusiasmo, tôdas as ilusões, todo o arder, todo o doce idealismo da juventude. E'-lhes indiferente que o tempo võe, — porque a sua primavera é eterna. Hão-de ver sempre um no outro, até à morte, não a realidade do que são, mas a imagem radiosa do que eram no dia em que principiaram a amar-se. Aquelle inglêz realizou na vida o milagre da felicidade. Para êle, Lady Florence é sempre loira e tem eternamente dezoito anos...

A luz do salão baixou. Quando nos levantámos para saír, os dois vélhos, de mãos dadas, fitavam-se ainda, amorosamente.

A JANELA DOS LILASES

Diante de mim, na rua onde moro, há uma antiga casa do Bairro-Alto pombalino, com o seu andar nobre de sacadas e, por cima, a sua linha de quatro janelas de peitos aconchegadas ao beiral do telhado. Tem uma certa nobreza nos largos cunhais de silharia; mas todo o resto é pobre, mal cuidado e vélho. Durante muito tempo, o segundo andar esteve com escritos. Um belo dia os escritos arrancaram-se, abriram-se as vidraças, ouviu-se cantar, e na janela da esquina, fronteira ao meu quarto, appareceu um grande tableiro florido de lilases brancos. Quem seriam os meus novos vizinhos? Quem viria morar ali? Passaram-se oito dias sem que eu visse viv'alma à janela. Umas cortinas de cassa velaram discretamente os vidros; e se não fosse, à noite, a luz que só muito tarde se apagava, e o perfume doce dos lilases que enchia a rua tóda, ter-me-ia de-

certo esquecido de que naquela casa habitava alguém. Quis, porém, o acaso, que eu tivesse uma certa manhã—e que deliciosa manhã de primavera!—a fantasia de acordar mais cedo. Abri as vidraças de par em par. Mal sabia eu a surpresa que me estava guardada. Na janela fronteira, faiscante de sol, uma graciosa figurinha cômica de rosa debruçava-se, com um regador na mão, sobre o taboleiro de flores. Era a minha nova vizinha. Não me recordo de ter sentido nunca uma tão viva impressão de inocência, de frescura, de fragilidade, de graça. Fiquei a olhar para ela, a seguir-lhe os movimentos, embevecido, encantado. Devia ter dezoito ou vinte anos. A não ser os cabelos, dum negro quasi rôxo de minério, e os olhos muito pretos, muito expressivos, muito profundos, tudo nela era cômica de rosa, a pele da face, do colo, das mãos, o roupão ligeiro que a vestia, o próprio eflúvio que parecia desprender-se dela em reflexos róseos, transparentes, voejantes, como a atmosfera rosada que envolve, nas grandes manhãs de primavera, a alegria pagã das amendoeiras em flor. Dir-se-ia que a *Femme en rose*, de Manet, surgira, como um clarão, naquela janela pobre do Bairro-Alto. Involuntariamente, sorri-lhe. Ela fitou-me, baixou os olhos onde uma nuvem de melancolia pairava, acariciou os grandes cachos de lilases brancos que me pareceram cômica de rosa sob a carícia das suas mãos, scintilou um momento ainda na

grande mancha de oiro do sol, como uma névoa rosada de ante-manhã, e, lentamente, delicadamente, desapareceu por detrás das vidracas fechadas. Daf por diante, não houve um único dia em que eu não me levantasse cedo. A mesma hora, ela vinha regar as flores — e eu abria a minha janela. As mulheres conhecem sempre, muito antes de nós, a natureza do sentimento que em nós despertam. E' evidente que o que eu sentia pela minha vizinha não era amor; mas não deixava de ser aquela curiosidade voluptuosa, aquela insatisfeita admiração, aquela sensualidade inteligente do silêncio e do mistério, que é quasi sempre por onde o amor começa. Cumprimentava-a; ela sorria-me; e, cada dia que passava, eu percebia que as flores iam levando mais tempo a regar. Havia no sorriso dessa encantadora criatura — um sorriso côr de rosa como tôda ela —, a vaga delícia, o feminino prazer de se sentir admirada; mas não sei que névoa de tristeza passava depois nas suas pálpebras semi-cerradas, como se essa própria admiração acabasse por se tornar para ela um motivo de sofrimento. Só mais tarde soube a razão porque se ennevoava duma tão contraditória melancolia o sorriso da minha vizinha, — e confesso que foi bem doloroso para mim conhecê-la. As pequenas tragédias da existência são às vezes as mais confrangedoras. Uma tarde, quando eu saía, vinha subindo a rua uma rapariga vestida de preto, seguida de uma senhora

de idade. Tinha um pé aleijado de nascença e coxeava. Olhei-a. Era a minha vizinha, que recolhia a casa. Quando passou junto de mim, levava os olhos baixos, os lábios tremiam-lhe, as lágrimas corriam-lhe pelas faces. Daí por diante, a janela nunca mais se abriu, e os lilases brancos, imagem de mais uma ilusão perdida, ficaram a secar tristemente ao sol.

SÓROR MICAELA

«Senhor Arcebispo:

Ordena-me Vossa Ilustríssima, em carta que recebi do muito Reverendo Vigário Geral, que dê informação de tudo quanto se vai passando e tem passado neste mosteiro com Sórora Micaela das Cinco Chagas, desde que esta serva de Deus recebeu, com lágrimas, o hábito da aprovação. Venho, em obediência a Vossa Ilustríssima, desobrigar-me do meu dever de prelada. Sórora Micaela entrou nesta casa de Deus e de S. Bento, com duas criadas, na noite de 10 de janeiro d'êste ano, e vai ainda no seu quarto mês de noviciado. Ouvi dizer que a tinham trazido em côche da Casa Rial, escoltada por quatro criados de arcabuz aperrado nos arções dos selotes, e, por carta do Reverendo Provincial, foi-me feita recomendação de que a pobre menina sofrera, havia dezoito dias,

com mágoa e afronta para o nome dos senhores Marquêses seus pais, os trabalhos de um parto clandestino. Não escondo a Vossa Ilustríssima que o zêlo que sempre me mereceu a honra dêste mosteiro me fez receber com temor de ânimo e escrúpulos de consciência aquela pobre ovelha do Senhor. Cheguei a recear algum alvoroço das religiosas que, por muito menos, ainda não há um ano, saíram de cruz alçada; mas o alvará de el-Rei e a provisão de Vossa Ilustríssima vinham em ordem, e eu não podia, sem desobediência e quebra do respeito filial que a Vossa Ilustríssima devo, opôr qualquer estôrvo ou dificuldade às ordens recebidas. Logo nessa noite Sórora Micaela sofreu tão repetidos accidentes, seguidos de um longo e mortal letargo, que eu, a madre vigária e a mestra de noviças, que lhe assistimos sempre, cuidamos que Deus teria piedade dela e a chamaria a melhor vida. Mas aqueles a quem Deus, por sua infinita misericórdia, concede na terra a glória do sofrimento, não descansam na morte sem a ter bem merecido. Até receber a estamenna da aprovação, a desgraçada menina não teve uma hora que não fosse de lágrimas, de gritos e de saúdades do mundo, com mais compunção do que bom exemplo para as religiosas dêste mosteiro. Sabe Vossa Ilustríssima, melhor talvez do que eu, o que se passou na vida de Sórora Micaela antes de a trazerem para esta casa, e Deus sabe melhor do que nós ambos, senhor Arcebispo, com que

dureza de alma arrancaram ao seio dessa pobre peca-lora, que por divina vontade foi mãe, o filho que nem por ser do seu opróbio era menos do seu coração. Nem a idade, senhor Arcebispo, nem a dignidade do hábito que há cincoenta anos me veste, puderam extinguir de todo em mim a voz da piedade humana. Vi, com os olhos razos de água, principiar o noviciado de Sórora Micaela. Adivinhei tudo quanto mais tarde havia de acontecer, e os justos motivos que teria para alvoroçar-se o zêlo de Vossa Ilustríssima. Sou testemunha de que a pobre menina, pelo fervor da oração, pelos rigores da penitência, pela mortificação das disciplinas e dos jejuns, fez quanto cabia nas fôrças duma fraca mulher para libertar a sua alma de tôdas as paixões da natureza e de todos os affectos mundanos. Não quis Deus que o conseguisse, por seu mal e por mal desta comunidade. Pode secar-se, num coração de mulher, a seiva de todos os amores; nunca, senhor Arcebispo, se extinguirá a do amor materno. Contam-se as noites em que os soluços e os gritos de Sórora Micaela não acordam o mosteiro, como uivos de lôba que encontrasse morta a cria. Durante os officios divinos, onde vai amparada às outras noviças, cai em êxtases e em letargos, chama a altas vezes pelo filho, escabuja no chão, rasga o hábito no peito, e não há autoridade de prelada que a dome, nem súplicas de irmãs, nem ameaças de cárcere e de cêpo, porque, nesses instantes, Sórora

Micaela não ouve, nem vê. Tudo quanto nas imagens e nos painéis do convento recorda a obra divina da Maternidade, é, para a triste pecadora, motivo de mortificação e de lágrimas. Ainda ontem a madre escrivã mandou cobrir de panos o painel da Virgem que está no côro de cima, sôbre o cadeirado da banda do Evangelho, porque, diante dêle. Sôror Micaela caía com accidentes. Por maior que seja no mosteiro a compaixão, não se pode, senhor Arcebispo, nem calar as murmuraciones, nem impedir o escândalo. Há três noites, fugiu da cela, desceu as escadas até à igreja, e foram as donatas encontrá-la antes da hora de prima, despida em camisa, caída como morta nas lages do chão, a embalar e a aconchegar aos peitos uma imagem do Menino. Se não tem a caridade de a levar desta casa, ou morre, ou enlouquece. Querem que Sôror Micaela seja freira; o que ela é, senhor Arcebispo, é mãe. Faça Vossa Illustríssima, pelo muito que pode a sua virtude, que o mesmo côche que a trouxe a venha buscar outra vez. Deus ensinou-nos a suprema doçura do perdão. Se a súplica que os meus setenta anos fazem aos senhores Marquesses e a Vossa Illustríssima, não merecer a graça de ser escutada, — ao menos, senhor Arcebispo, que o mosteiro possa adoptar essa criança, e que Sôror Micaela, recollida como simples dona nesta casa de S. Bento, tenha ainda a consolação de sentir, no bálsamo piedoso das lágrimas, que Deus per-

dôa e sorri a tôdas as mães. — Braga, Rial Mosteiro do Salvador, em 5 de maio de 1782. — Minima serva de Vossa Ilustrissima, — *Madre Ana de Santa Rosa*, abadessa.»

PAÇO DE GONDIM

Encontrei estas páginas nas *Memórias íntimas* do nobre marquês de ***, *vieux-beau* que foi uma das mais interessantes figuras da Lisboa romântica de 1840:

«Meu filho casava na capela do Paço de Gondim, solar da senhora sua sogra, e tinha-se concertado que lá passaria a lua de mel. Meti num malote a casaca azul de Londres, o meu chapéu Murillo, uns escarpins de baile, um lenço de cambraia para o pescoço, compus ao espelho o mais benévolo sorriso de pai, embrulhei-me na minha capa Lord Byron, e no próprio dia do casamento, de madrugada, — abalei para Gondim.

Era uma vélha casa nobre do século xvii, com o seu cunhal de armas, o seu eirado de alpendre, a sua tôrre sineira, o seu vasto pátio solarengo, carinhoso e soalheiro como um claustro capucho,

para onde se debruçava, enfeitada de rosas, a janela do quarto dos noivos. Logo que cheguei ao solar caminhei de surprêsa em surprêsa. Eu conhecia, de tradição, a casa illustre dos Noronhas, morgados de Vila-Verde, comendadores de Gondim e de Borba, muito chegados ao Paço dos reis; sabia por meu filho que, morto o senhor da casa em Madrid, cinco anos antes, tôda a família se reduzia à morgada viúva, à filha, minha futura nora, e a um pobre egresso da província da Soledade, vèlhinho de oitenta anos, que ali tinha sido recolhido por caridade cristã: mas estava longe de supôr que naqueles paços moravam as três almas angélicas que lá encontrei. Os primeiros braços em que caí foram os de Frei António de Maria Santíssima. O pobre frade, que nunca me vira, chorava, beijava-me as mãos, pedia-me, levado em lágrimas, que não lhe levasse dali os seus ricos meninos. Depois, foi o meu filho que assomou ao eirado. Riam-lhe os olhos de felicidade, alirou uns arreios de estardiota que trazia, desceu de escantilhão a escada para me abraçar. Que não me demorasse, que viesse depressa, que as senhoras estavam em cima, na sala, impacientes por conhecer-me, — e lá fui, nos braços dêle e do egresso, enquanto a sineira da capela repicava, até à pequena sala de espelhos do solar, em cujos tetos Vieira Lusitano pintara uma revoadada de Amores, e onde me esperavam as duas mais graciosas, as duas mais doces figuras

de mulher que a infinita bondade de Deus tem posto algum dia diante dos meus olhos. Pareciam irmãs. Sorriam ambas como duas crianças. A mais nova, que meu filho tomou pelo mão, muito loira, com uns grandes olhos azúis e um vestidinho curto de musselina branca, era a minha futura filha. Tanto quisemos beijar as mãos um ao outro, que a aconcheguei ao meu peito e a beijei longamente na testa. — «E' a senhora sua irmã, minha menina?» — perguntei, olhando a segunda, ainda mais bela, que ficara assentada no sofá, numa mancha de veludo côr de violeta, um leque pequenino nas mãos, uma cruz de Malta, de diamantes, sôbre o pescoço doirado pela luz. A mão que brincava com o leque avançou lentamente para mim, senti-me envolvido na doçura dum grande sorriso, e uma voz de anjo, uma voz incomparável chilreou, trilou, cantou num gorgueio: — «Sou a mãe...» Não sei qual foi maior, se o meu espanto, se o meu encantamento. Meu filho ria, a noiva ria também, e enquanto eu osculava os dedos brancos que se ofereciam ao meu beijo, Frei António de Maria Santíssima, inundado de júbilo, apontava-me rindo à morgada: — «Veja Vossa Excelência que também Sua Senhoria parece irmão do senhor seu filho...»

Logo que os fidalgos de Merzovelos chegaram com as filhas, nas duas liteiras vélhas da casa, muito ajoujados de presentes de pratas para os noivos, o casamento fez-se à capucha na capela

do Paço de Gondim, abençoado entre lágrimas pelos oitenta anos de egresso capelão. Houve jantar de festa. À noitinha voltamos todos para a sala dos espelhos, de cujas janelas abertas sôbre o pátio se via ainda, aos últimos clarões do sol poente, a janela do quarto dos noivos tôda florida de rosas. Acenderam-se, sôbre as credências doiradas, os dez candelabros de porcelana de Saxe, que eram a maior riqueza do solar; uma das fidalgas de Merzovelos, decotada, com um chale de cachemira sôbre os ombros nús, cantou Donizetti, acompanhada num cravo de oitava larga; leu-se um artigo do *Morning Chronicle*, que falava no senhor D. Miguel; os noivos arrulhavam a um canto; Frei António de Maria Santíssima dormitava a outro, com a caixa de rapé aberta na mão; deram as 10 horas; serviu-se o caldo de galinha; os fidalgos despediram-se; os noivos desapareceram — e o serão acabou. Ficamos na sala apenas os três: a senhora morgada, o egresso, que tornou a adormecer sôbre a tigela da Índia em que lhe serviram o caldo, — e eu. O vélho criado João veio dizer-me que estava pronto o meu quarto. Uma vaga penumbra doirada fluava, envolvia-nos, acariciava-nos como um perfume. Fez-se entre nós um silêncio de constrangimento. Ollámo-nos longamente, — eu e ela. Que éramos nós um ao outro, que nos permitisse respirar juntos, àquela hora da noite, a atmosfera carinhosa do mesmo lar? Meu filho chama-

va-lhe mãe; a filha dela chamava-me pai; — e, entretanto, não havia parentesco entre nós ambos. O sangue do nosso sangue, a alma da nossa alma confundia-se, naquele instante, no beijo supremo dos nossos filhos; — e nós continuávamos, meras sombras de acaso, a ser dois estranhos um para o outro. Nenhum de nós tinha direito à doçura daquela intimidade, ao êxtase daquele encantamento, ao mistério daquela solidão. Éramos, para os nossos filhos — os sogros. Éramos, um para o outro — ninguém. O amor que resplandecia e cantava na alma dessas crianças, nada tinha já de comum com as cinzas da nossa dupla viuvez. Não. Aquela lar não era o meu. Aquela felicidade não era minha. Eu não podia, não devia passar ali aquela noite. Levantei-me para o dizer a essa doce mulher duma tão perturbadora beleza, para me despedir dela, para sentir, ainda uma vez, a carícia perfumada das suas mãos, — quando, de repente, a janela dos noivos se iluminou. Ficámos a olhá-la, um junto do outro, imóveis, encantados, num sorriso de inexprimível ternura. Era todo o nosso passado, tôda a nossa mocidade, a nossa vida inteira a refflorir no beijo dos nossos filhos. Que importava que tudo nos separasse, — se aquela pequenina luz nos unia para sempre, no mesmo enlêvo, no mesmo encanto, na mesma beatitude? Insensivelmente, as nossas mãos enlaçaram-se; sentimos, nós ambos, o que havia de sagrado naquele

instante; e, até que a luz da janela se extinguiu, como se fôssemos uma só alma, um só coração, chorámos abraçados, em silêncio... Quando acordámos do nosso sonho, o velho egresso, diante de nós, dizia-nos, enxugando as lágrimas:— «Meus filhos, e se eu os casasse também?»

Hoje, meio ano andado, tôda a gente chama ao Paço de Gondim a «Casa dos quatro noivos», e o santo Frei António de Maria Santíssima, se Deus lhe der ainda uns meses de vida, vai ter dois baptizados na sua capela.

O ESPELHO

Ontem, na quarta-feira de *bridge* de Mrs. Hutchinsen, alguêm falou da loucura do dr. Souto e da entrada do pobre médico numa casa de saúde de Lisboa.

— Conhecia-o ? — perguntei eu ao ilustre advogado Z., que acabava de afundar numa poltrona o seu *smoking* e a sua inalterável serenidade.

— Perfeitamente. Foram os meus criados que o entregaram à polícia.

— Como assim ?

O advogado Z. atirou para cima da mesa o número do *Excelsior*, que estava lendo, cruzou familiarmente a perna, e tamborilando sôbre o joelho com os seus dedos finos, cheios de anéis de mulher, contou-nos:

— Eu conhecia apenas de nome o dr. Souto, quando, há talvez vinte dias, recebi a sua visita no meu escritório. Era um cliente como qualquer

outro: mandei-o entrar. Apareceu-me um homem alto, magro, um pouco curvado, vestido de preto, com os ombros largos e descarnados das criaturas hercúleas que a doença devastou, uma barbicha ruiva e rala, uns óculos de mfope, uma certa distinção tímida de maneiras. Durante os primeiros momentos da nossa conversa, não houve um gesto, um olhar, uma palavra que pudessem justificar a mais leve dúvida sobre o seu estado mental. Falou da sua clínica, dos seus meios de fortuna, da perfeita honorabilidade de todos os seus actos, da sua vida inalteravelmente escrupulosa, e, como se alongasse em divagações que me pareceram de medíocre interêsse, perguntei-lhe a que devia o prazer da sua visita. Vinha consultar-me, porque tinha necessidade dos conselhos de um advogado acerca de factos que considerava extremamente graves. A sua reputação e os seus haveres encontravam-se em perigo, porque determinada pessoa, cuja identidade desconhecia ainda, abusava da sua semelhança física com elle para praticar actos e contraír compromissos que o arruinavam e o desonravam. Olhei-o, já com certa estranheza. A face contraíra-se-lhe. Tremiam-lhe as mãos. Perguntei-lhe se se tratava de factos averiguados, ou de simples suspeitas. Respondeu-me que vira, elle próprio, na rua do Ouro, ao voltar uma esquina, o homem que estava cometendo o roubo da sua personalidade, e que começara desde então a re-

conhecer, com uma evidência inquietante, a influencia dêsse desconhecido em todos os acontecimentos da sua vida. — «O meu sócia — continuou êle — realiza manifestamente actos que me comprometem, e eu já sinto, em volta de mim, a desconsideração e o desprêzo de tôda a gente. Desejo saber que meios me faculta a lei para assegurar a posse exclusiva da minha fisionomia». Percebi desde logo — e era, de resto, facil — que tinha na minha presença um indivíduo anormal. Na nossa clientela de advogados, são menos raros do que se supõe êstes tipos de persecutórios e de querelantes, que pretendem resolver nos tribunais os incidentes imaginários criados pela sua loucura. Procurei acalmá-lo, e, ao mesmo tempo, esclarecer, para tranqüilidade da minha consciência profissional, o que porventura pudessem haver de real e de concreto nas apreensões do meu novo cliente. Não forneceu um elemento, não precisou um facto. Limitou-se a reivindicar, numa excitação crescente, que se traduzia já por uma certa ansiedade de expressão, aquilo a que êle chamava «o direito de possuir uma fisionomia própria». Tratava-se, evidentemente, de um louco. Para pôr termo a uma situação que não podia ser-me agradável, levantei-me, despedi-o, e disse-lhe que não havia nos códigos disposição alguma que prohibisse determinado indivíduo de se parecer fisicamente com outro. Êle levantou-se também, cumprimentou-

-me, e concluiu, já no limiar da porta, compondo, com os dedos descarnados e trémulos, os seus grandes óculos de oiro: — «Terei então, meu caro senhor, de fazer justiça por minhas mãos». Logo que vi sair o dr. Souto, avisei imediatamente os empregados do escritório de que não tornaria a recebê-lo se êle voltasse. Três dias depois, voltei. Como me negaram, deixou duas palavras escritas num cartão de visita. Estava resolvido a meter uma bala na cabeça do desconhecido que «usurpara a sua personalidade», e perguntava-me se poderiam ser-lhe exigidas responsabilidades criminais por êsse acto inevitável. Não lhe respondi. Passaram-se talvez duas semanas. Uma bela manhã, quando eu saía do meu quarto, o criado annunciou-me a visita do dr. Souto. Confesso que não tinha previsto a eventualidade de êle me procurar em minha casa. — «Mandou-o subir?» — «Está na sala», — respondeu-me o criado. Ia transmitir ao meu sinistro cliente que não podia recebê-lo naquela hora — quando ouvi o ruído sêco duma detonação. Depois outra, e outra. Corri. Na meia obscuridade da sala, desfigurado, arquejante, um revólver em punho, o pobre dr. Souto crivava de balas a sua própria imagem reflectida no espelho doirado duma credência. Cinco minutos depois, os criados desarmavam-no e entregavam-no à policia.

ANDRÓMACA

Para chegar a Castelo-Ventoso, em cujo conventinho me esperava a mais fidalga hospitalidade, era preciso atravessar quasi uma légua de montados. A *charrette* deixou a estrada e cortou à mão direita por um carreteiro estreito, roçado de fresco numa encosta rôxa de mato queiró. Naquela tarde ardente de junho, o sol escaldava como uma labareda. Zumbiam moscões, scintillando. Um cheiro acre de urze ardida, de resinas queimadas, impregnava o ar. Estávamos em pleno montado, em plena écloga alentejana. Longe, sôbre umas terras adustas de centeio, pulverulentas como uma formidável toalha de cinza, o oiro espêsso da atmosfera parecia referver, oleoso, baço, irrespirável. Perto, começavam a gesticular os sobreiros, torcidos, dobrados do varejo do vento, immobilizados em grandes atitudes humanas. Fui olhando, quasi um a um, os tron-

cos que corriam, bracejando, á beira do adarço faúlhante de sol. Tocara-os a quási todos, havia um mês, a machada dos podadores, e largas chagas, fundos estigmas, vermelhos como pinceladas de zarcão, gretavam-lhe, rasgavam-lhe o córtex musculoso onde a luz escorria como uma baba de bronze. Cada braçada, magra de frondes, descarnada e brusca, alirava ao ar um gesto sagrado de êxtase, de profecia, de imprecação. Azinhos copados, negros de sombra; azinhos anões, como grandes bolas verdes, evocavam a geórgica cristã dos gados tranqüilos, das cevas ubérrimas, dos lares patriarcais. A medida que penetrávamos no coração do montado, o sol era mais quente, o silêncio mais profundo, o mato mais denso. Revoadas de algrevões, pardas e brancas, levantavam-se, pipilando, dos giestais. Por tôda a parte, de encosta em encosta, estendia-se a charneca em flor, — grandes nódoas rôxas de lorgueiras e de rosmaninhos, babugens de oiro de giestas, tapêtes brancos de estevas altas e de sargaços rasteiros, e, aqui e além, entre o mato, o rebento florido dos pereiros bravos, que se diria, na sua pègada fulva, o vestígio das patas felpudas de Pan. A *charrette* devorava caminho, rápida, vivaz, acordando, com o seu guizo de cobre, as sombras dormentes do montado. Abafava-se. Sôbre um esteval, enquanto se levantava, assustado, um revão vermelho de milharoucos, duas enormes cegonhas cortaram o ar, cinzentas e pacíficas,

erguendo-se no mosaico doirado do céu. A sonolência da sésia e a monotonia da paisagem, entre pastadas de luz e cômas de sobreiros, começavam a invadir-me dum vago torpor. Cerrei os olhos. Passei pelo sono. Então, uns latidos longínquos despertaram-me, vindos de baixo, da encosta mansa de azinhos que íamos descendo. A solidão, o hálito ardente e dionisíaco da terra, a própria serenidade virgiliana da natureza tornavam, não sei porquê, mais confrangedora ainda essa voz de animal doloroso. Era um ladrido agudo, seguido dum longo uivo quási humano, que tomava, à medida que nos aproximávamos, uma expressão mais impressionante e mais aflitiva. Já íamos perto, — quando, de repente, um cheiro nauseabundo, um cheiro adocicado de cadáver se misturou, no ar imóvel, ao aroma bravio da charneca. Olhei, para um e outro lado, as moitas de esteva alapadas, as chãs de sargaço que fumegavam como estrupe ao sol, a ver donde viriam aqueles uivos de lôba e aquele bafo de podridão. Não tive de procurar muito. Num côncavo de rocha irrupta onde os grãos de mica faíscavam, um cão morto, abatido na véspera a cajado, jazia sôbre uma pôça de sangue. Tinha a pelagem ruiva dos cães de pastor, a cabeça aberta, as patas hirtas. Ao pé dêle, enlameada, hirsuta, com as têlas pendentes, os olhos vidrados de lágrimas, uma cadela negra uivava e gania. Considerarei, um instante, a grandeza daquela tragédia

humilde. O sol principiava a declinar. Revoadas tranqüilas de cegonhas, pairavam. O carro seguiu. Quando cheguei a Castelo-Ventoso, — na quebrada distante, os latidos do pobre animal ouviam-se ainda.

ANA PEREGRINA

A última geração que teve, em Portugal, o culto da atitude, o desdém do preconceito e o espírito da anedota, foi a mocidade doirada de 1860.

Um véelho amigo meu contou-me ontem a seguinte história dos bons tempos da saia de balão:

Um dos frequentadores do Marrare «de polimento» era, em 1862, o moço D. José ***, grande tocador de guitarra, muito fidalgo e muito boémio, que blasonava da cruz dobre dos Melos e das seis arruelas de azul dos Castros, e em cuja beleza loira, indolente, frágil, quási feminina como a de certos retratos de Van Dick, havia os estigmas duma raça predestinada a extinguir-se pela tuberculose. Uma noite, êste rapaz, que chegou a tenente de cavalaria, e que vivia, ainda estudante, num quarto alugado do Arco do Marquês de Alegrete, conheceu num baile de máscaras uma *Mimi*

do Bairro Alto, encantadora rapariga de 18 anos chamada Ana Peregrina, que se tornou célebre mais tarde pela dolorosa expressão com que cantava o fado, apaixonou-se por ela, e na própria noite do baile, convencido de que aquele *amour sans lendemain* duraria a eternidade de alguns meses, propôs-lhe a vida em comum e levou-a, ainda vestida de pastorinha Luís xv, para o seu pobre quarto de solteiro. Quando os dois, no dia seguinte, acordaram para a consciência das realidades do mundo, ela lembrou-se de que tinha empenhado o seu único vestido e as suas únicas botas de duraque para poder vestir-se e calçar-se de setim côr de rosa para o baile de S. Carlos e êle viu-se obrigado a confessar, depois de ter voltado do avêso tôdas as algibeiras, que o dinheiro que possuía não lhe chegava para o luxo incalculável de desempenhar fôsse o que fôsse. Mas a mocidade, quando ama, não tem exigências que não sejam as do próprio amor. Passou o Carnaval, e aquela lua de mel continuou, entre risos e beijos, fados e guitarras, com tão embevecida paixão, que Ana Peregrina teria chegado a considerar-se feliz no seu «paraíso sem cadeiras», como ela risonhamente chamava ao quarto em que vivia, se a falta de vestido não lhe estivesse transformando êsse paraíso numa prisão. Ela não podia sair mascarada; êle não lhe dava dinheiro para mandar buscar a roupa. E a pobre rapariga, farta de passar os dias na cama e de ir abrir a porta

ao padeiro vestida à Luís xv, começou a sentir essa vaga nostalgia da liberdade, que principia quando o amor acaba, e que é quasi sempre, nestas ligações efémeras, a explicação fácil dos bruscos rompimentos e das intermináveis saciedades. Passou-se um mês. Uma ocasião, os amigos de D. José, certos tôdas as noites no segundo andar do Arco do Marquês de Alegrete para ouvir cantar a Ana, compadeceram-se dela e cotizaram-se para desempenhar-lhe o vestido e as botas de duraque. A rapariga, só com a promessa, teve uma alegria tão grande, que riu, chorou, cantou, dançou, beijou-os a todos, encheu aquele quarto de estudante de tanta viveza e de tanta graça, que o meu vélho amigo, ao contar-me esta anecdota da sua mocidade, tinha ainda diante dos olhos a figura delgada e quasi infantil da Ana Peregrina, sentada em cima da mesa, abraçada à guitarra como a *Finette* de Watteau, e mostrando a meia dúzia de rapazes, à luz dum candeeiro de latão, os buracos das suas meias de sêda côr de rosa... Nessa noite, à saída, D. José, apreensivo, embrulhado num gabão, acompanhou os amigos, desceu com êles até ao primeiro patamar da escada, e, em segrêdo, para que Ana Peregrina não ouvisse, preveniu-os:

— Vocês dêem à pequena os vestidos que quiserem, mas não lhe dêem botas.

— Porquê ?

— Porque se ela se apanha com botas, safa-se.

Meu dito, meu feito. No dia seguinte, de manhã, Ana recebia o seu vestido de pekin verde com riscas còr de cereja, o seu enorme balão, o seu chapéu de palha de Itália com rosinhas de tocar, e — oh, felicidade! — as suas suspiradas botas de duíaque cinzento, pespontadas de branco, abotoadas ao lado, pequeninas como caixas de jóias. Nesse mesmo dia, — fugiu de casa e ninguém mais a viu. Quando à noite os amigos chegaram, D. José, muito pálido, a arrepelar-se e a chorar como uma criança, gritou-lhes:

— Eu bem lhes dizia a vocês que não se podem dar botas a uma mulher!

A MULHER DE BRANCO

Quando descí o Chiado com o meu colega dr. S., eram 11 horas. Vínhamos de assistir à operação dum nosso vélho amigo, um hércules que caíra, às primeiras gotas de clorofórmio, recitando versos de Horácio. Estava uma manhã admirável de primavera. Quando passávamos diante da *Bénard*, uma senhora, de dentro dum automóvel parado, chamou o meu coléga. Entreteve-me a olhá-los, enquanto conversavam: êle, risonho, brusco, familiar, a gola do casacão levantada, as mãos nas algibeiras, a volta do guarda-chuva passada no braço; ela, nova, loira, vinte e oito anos talvez, um pouco masculina, um *trotteur* branco, umas luvas largas de camurça branca, um *petit-marquis* branco posto à banda na cabeça, como se a «Mulher de branco» de John Opie, com os seus cabelos de fogo e os seus olhos de faiança, sur-

gisse na penumbra doirada da *limousine*. Um caixeiro apareceu carregado de embrulhos; o meu colega despediu-se, — e o automóvel partiu, serenamente, Chiado acima, scintilando metais ao sol.

— Você sabe quem é aquela mulher? — perguntou o dr. S., enfiando-me o braço.

— Não.

— E' a viúva do nosso colega Rendufe.

— Do pobre Rendufe?

— Sim, diz bem, do pobre Rendufe. Esta senhora casou aos vinte anos, e esteve casada apenas seis dias. Conheço-a desde a morte do marido, em 1907. Você viu-a? E' o tipo da *femme de trente ans*. Aquilo, meu amigo, é Balzac!

Eu não tinha mantido relações de intimidade com o dr. Rendufe, um bacteriologista e um anátomo-patologista distinto, mas lembrava-me bem da impressão que produzira em mim, há dez anos, a notícia da sua morte misteriosa. O facto dessa morte ter ocorrido seis dias depois do casamento do pobre médico, e, por conseguinte — julgava eu — em plena felicidade, mais concorrera ainda para me comover e para me interessar. Nada ouvi, nada perguntei, *les morts vont vite*, e, dentro de pouco tempo, a ideia de que o pobre dr. Rendufe existira apagou-se de todo para o meu sentimento e para a minha curiosidade.

— Você não sabe como êle morreu? — perguntou-me o meu colega, fixando em mim os

seus grandes olhos pardos, que pareciam azuis vivos na sombra do chapéu mole de veludo.

— Não sei.

— Pois eu lhe conto. Infelizmente posso-o fazer, porque êle morreu-me nos braços. Foi uma tragédia obscura, meu amigo, — mas foi uma grande tragédia !

Emquanto descíamos a rua do Carmo, o dr. S., com o mesmo ar brusco e sacudido dos seus gestos e das suas passadas, contou-me, comovido ainda, a morte do nosso pobre colega. Durante todo o tempo que êle falou, nem um só momento a graciosa figura da mulher de branco, com o seu *petit-marquis* à banda sôbre a grande mancha fulva dos cabelos, deixou de passar diante dos meus olhos, sorrindo, como uma obsessão.

— Você talvez saiba que o Rendufe, quando tinha vinte e três, vinte e quatro anos, esteve paraplégico. Talvez uma coisa específica, porque o rapaz tratou-se e melhorou. Ficaram umas incoordenações de movimentos, umas desordens de sensibilidade, aquela marcha ligeiramente espasmódica que você lhe conheceu, já um pouco modificada, um pouco corrigida nos últimos anos. Como nós, médicos, não percebemos nada de doenças, disse-lhe que carregasse no iodeto e que fôsse vivendo. Um belo dia, talvez um ano antes de morrer, o Rendufe procurou-me em casa. Vinha mais pálido do que de costume, embrulhado num grande casacão escocês, uma brochura

amarela debaixo do braço. Fechámo-nos no escritório. O suor borbulhava-lhe da testa, as mãos tremiam-lhe sôbre a volta de oiro da bengala. Vinha perguntar-me, sob o mais absoluto sigilo, se eu entendia que êle podia casar-se. Éramos dois médicos — dizia êle — devíamos falar com franqueza um ao outro. Expôs-me, com a maior lucidez, o seu caso clínico; fez, desde os vinte e três anos, a história da sua antiga paralisia; contou-me a situação em que se encontrava, noivo duma menina desde a infância de ambos; invocou compromissos de família, razões de interesse e de sentimento; mostrou-me, com os olhos embaciados de lágrimas, o retrato da senhora que você acabou de conhecer, — e como eu lhe dissesse, com tôda a lialdade, que me parecia melhor desistir do seu casamento, abraçou-me, concordou comigo, falou vagamente de *tabes* dorsal, pediu-me umas flores que eu tinha sôbre a secretária, e saíu. Daí por diante nunca mais falámos em semelhante assunto, nem no laboratório, nem no hospital. Passaram-se dez ou onze meses, — e um domingo, por acaso, numa exposição de aguarelas, encontrei-o com uma rapariga loira pelo braço e uma senhora de idade atrás. Era a noiva. Apresentou-me. — «Sabe? Casamos amanhã». — Fiquei espantado, a olhar para êle. No dia imediato, não apareceu. No outro dia, li a notícia do casamento em todos os jornais. Três dias depois, a enfermeira disse-me que êle tinha

entrado no laboratório, desfigurado, pálido, que se tinha fechado por dentro, e que saíra passadas duas horas, a cambalear. Quando cheguei, na tarde seguinte, disseram-me que êle já estava. Fui bater-lhe à porta: não respondeu. Bati de novo: silêncio. Chamei-o: um tiro soou, sêco, rápido; depois, o baque dum corpo; em seguida, um tilitar de vidros. Os criados correram, meti ombros à porta. O meu pobre amigo estava caído de-bruços, como um farrapo, junto à mesa de microscopia onde scintilava a armadura do seu magnífico Reichert. A blusa, chamuscada no peito, ardia. A vitrine dos reagentes estava aberta. Verifiquei que êle respirava ainda. Meti-lhe as mãos em água quente, agarrei-o em pêso, atirei-o para um automóvel e seguimos para o hospital de S. José. Morreu a meio do caminho, com a cabeça encostada ao meu peito.

— E a mulher? — inquiri.

O dr. S. sorriu, encolhendo os ombros:

— Nunca percebeu a razão por que êle se matou.

A CONFISSÃO

Lembro-me, como se fôsse hoje, de ouvir D. António de ***, o vèlho prelado cuja cabeça tanto lembrava a de Bossuet e debaixo de cuja murça roxa batia um dos maiores corações da Espanha, contar êste sentido episódio da sua vida:

— Muilo antes de ser Bispo, quando eu parquiava numa das freguesias de Lisboa, fui, não sei ainda bem porquê, o confessor querido das mulheres. E' uma distinção que os padres, em geral, devem mais aos seus defeitos do que às suas virtudes. Já lá vão quarenta anos; passaram sôbre a minha cabeça os trabalhos do episcopado e os gelos da velhice; cheguei à idade em que os homens vêem claro na sua vida e na sua consciência, — e ainda hoje, quando penso nos motivos que teriam levado as mais elegantes mulheres da Lisboa de 1876 a preferir-me a tantos sa-

cerdotes vèlhos e virtuosos, não sei, em verdade, se devo louvar-me, se penitenciar-me. Deus me perdoe os pecados da minha vaidade, e me leve em desconto dêles a grande piedade humana com que procurei servi-lo no meu ministério. Ignoro se os bons confessores devem ser como eu fui. A minha bondade natural, o meu vago idealismo cristão de transmontano, a minha compaixão profunda por tôdas as dores morais, levaram-me insensivelmente a revestir o sacramento da penitência duma expressão de humana doçura, de acolhedora tolerância, de compassivo amparo espiritual, que seria talvez a razão da minha fortuna de padre elegante, se um certo mundanismo de batina e de maneiras, e um culto menos modesto das temporalidades, não bastassem para explicar a atracção curiosa das mulheres e o favor instável da moda. Para mim, a confissão não era um sacramento austero: era uma confidência tranqüilizadora; quando muito, um conselho delicado e paternal; — sempre um sorriso e um perdão. Não sei ainda hoje, que sou Bispo e sou vèlho, se êsse carácter de intimidade tolerante e discreta será o que mais convêm à dignidade sacramental da confissão; mas basta-me a certeza de que é o que mais se confôrma com a doçura da caridade cristã. Para quê, magoar pudores, violentar consciências, repreender, penitenciar, ameaçar com a ira de Deus? Deus, se tivesse de ouvir os pecados duma mulher, — ouvia-os sorrindo. Pobres criaturas de

fragilidade, de inocência e de graça, só Deus sabe que tempestades de dôr as trazem às vezes aos nossos pés. — e como uma só palavra nossa de consolação espiritual pode fazê-las renascer para a fé, para a virtude, para a vida! Uma cadeira de confessor é um tratado de psicologia feminina. O mais difícil não é saber ouvir o que uma mulher nos diz; é compreender os seus silêncios; é interpretar as suas lágrimas; é adivinhar a expressão das suas pálpebras descidas; é saber ouvir tudo aquilo que ela quer confessar-nos — e que não tem, às vezes, fôrça para nos dizer. Hei-de lembrar-me sempre duma das minhas antigas paroquianas, a senhora condessa de *M.*, cujas lágrimas, um dia, foram tão eloquentes, que a confessei e a absolvi sem que ela pronunciasse uma única palavra. Nunca cumpri menos canónica e mais humanamente o meu dever de padre. Era uma mulher alta, loira, impassível, cujo perfil, mais cheio de raça, do que de beleza, fazia pensar vagamente na distinção de certos tipos da casa de Austria e na transparência de certos mármorees côr de rosa. Conhecia-a do mundo o bastante, para saber a história do seu casamento com o conde de *M.* e das suas leviandades com um moço tenente de cavalaria, belo rapaz, que blasonava da cruz-dobre e dos seis besantes de prata dos Almeidas. Coisa curiosa: havia dois anos que ela era minha confessada, e nunca se referira, senão duma fôrma obscura, a essa ligação que tinha principiado por um capricho e que aca-

bara pela mais funesta e criminosa das paixões. Uma bela manhã, lia eu o jornal, quando vi a notícia de que um tenente de cavalaria de apelido Almeida, ao ensaiar no picadeiro do Paço de Belém uns jogos de canas, caíra do cavalo e morrêra instantâneamente. Bacorejou-me o coração que era êle; e habituado, como estava, a ser o confidente de todos os amores infelizes, fiquei esperando, fielmente, à hora da missa, a visita infalível da minha nobre paroquiana. No primeiro dia, não veio. No segundo, também não. Apareceu aos três dias, tôda vestida de preto, um livro de missa na mão, um véu espêso pela face, mas tão desfigurada, tão mudada de voz, que só a reconheci pelo perfume dos cabelos, — um perfume quente, característico, que às vezes enchia tôda a igreja. Quis que eu a confessasse com urgência. Como o confissionário estava servindo ao coadjutor, levei-a para a sacristia, assentei-me numa cadeira diante dos arcazes, mandei-a ajoelhar aos meus pés, — e ali mesmo, entre duas terrinas do Rato cheias de flores, preparei-me para a ouvir de confissão. Quando essa pobre mulher levantou o véu que a cobria, a sua palidez, os seus olhos secos e brilhantes, a sua attitude crispada de dôr, compungiram-me. Abençoei-a. Os lábios tremiam-lhe; os cabelos tinham-lhe embranquecido nas fontes; o olhar fixava-se em mim, imóvel, numa tão inquietante expressão de angústia e de súplica, que eu tive a impressão viva, conflagradora, exacta, duma cria-

tura que não podia chorar. Disse as primeiras palavras do *Confiteor*, para que ela as repetisse comigo: estrangularam-se-lhe na garganta. Afa-guei-a, cheio de piedade, como se afaga uma criança; tranqüilizei-a; sorri-lhe; disse-lhe que sabia já de tôda a sua desgraça: falei-lhe do morto como se lhe falasse dum irmão muito querido; e ao dizer-lhe que Deus, senhor de misericórdia, se compadecia comigo da sua dôr, — as lágrimas principiaram a correr-lhe dos olhos, a quatro e quatro, aquele pobre corpo devastado arquejou em soluços, o pranto sufocou-a, e como a terra árida e escaldada do sol quando recebe o refrigério dos primeiros orvalhos. — ficou largo tempo, docemente, serenamente, abraçada aos meus joelhos pecadores, a chorar em silêncio... «*Ego te absolvo a peccatis tuïs, in nomine Patris, et Filii...*» Tinha-a absolvido, sem a ouvir de confissão. A carruagem esperava, à porta da igreja. Ia, decerto, levá-la ao cemitério. Levantei-a do chão, carinhosamente; colhi de sôbre o arcaz um buço de rosas frescas; lancei-o no regaço dessa mulher três vezes desgraçada, e disse-lhe, com as lágrimas a borbulharem-me dos olhos: — «Vá, minha filha. Leve essas flores ao seu morto. Deus acompanha sempre aqueles que amaram e sofreram...» Nesse dia, fiquei contente comigo mesmo. Fôra um mau padre; mas tinha dado a uma criatura humana a suprema consolação de poder chorar.

O GENERAL

Minha querida Tia:

Escrevo-lhe ainda muito impressionada e com os olhos inchados de chorar. Morreu esta manhã o pobre general Barreiros. A estas horas já a Tia deve ter recebido o meu telegrama pedindo-lhe o favor de me mandar o vestido preto de crêpe da China e o chapéu preto, grande, da mamã. Eu e duas amigas minhas, a filha da viscondessa de S. Dámaso e a Nelly, resolvemos pôr luto por uma semana. A Nelly, coitada, teve um ataque de nervos e passou muito mal. Nunca imaginei, minha querida Tia, que a morte duma pessoa que não era da nossa família e que eu conhecia há menos de um mês, pudesse impressionar-me e comover-me tanto.

Mas quem era o general Barreiros? — perguntará a sua curiosidade. Por que me causou

a morte dêle um desgosto tão grande? E' o que lhe venho contar, minha Tia, certa de que a sua bondosa alma não negará uma lágrima e uma oração à memória do nosso querido morto. A Tia conhecia-o, talvez, de o ver por Lisboa. Era um tipo de *vieux-garçon*, alto, elegante, bem vestido, sessenta e cinco anos se tanto, certo no Chiado às 5, um dêsses vélhos muito distintos que vistos pelas costas parecem rapazes, que teem ainda, por instinto ou por educação, a prenda rara de saber conversar com senhoras, e que nós, as raparigas da minha idade, achamos às vezes muito mais interessantes do que os rapazes novos. Quando lhe fui apresentado aqui nas Pedras Salgadas, já o conhecia de vista, — do chá da Marques e da missa da 1 hora. Antes de lhe falar pela primeira vez achei-o um pouco ridículo, um pouco *mouche à miel*, com o seu aprumo, os seus cumprimentos de pés juntos, as suas polainas amarelas, a presunção que êle tinha nas mãos, muito brancas, muito bem tratadas, muito cheias de anéis. Mas depois de conversado, minha querida Tia, não imagina que distinção de maneiras, que delicadeza respeitosa, que trato insinuante, que vivacidade de espírito, que encantadora mocidade a daqueles cabelos brancos! Todos o adoravam, —especialmente as mulheres. Era interessante vê-lo no Casino, sempre rodeado de raparigas novas, rindo, conversando, dançando como um rapaz, um sorriso a uma, um bonbon a outra, —

«*fraülein* General», como lhe chamavam as mães ao entregar-lhe confiadamente as filhas, «General bonbonnière», como êle se tratava a si próprio, — um pouco confiante, um pouco pai, um pouco mestra alemã, um pouco namorado de nós tôdas, — e cada vez mais disputado, mais acarinhado, mais perdido de mimo por tôdas nós. Nunca supus que num vélho pudesse haver tão grandes qualidades de sedução. Muitas das minhas amigas atribuíam o encanto do vélho general à auréola de que o cercavam ainda o seu passado de conquistador e a sua vida misteriosa de solteiro elegante. Talvez. O que é certo, minha Tia, é que, depois de o conhecer, eu fiquei fazendo uma ideia diferente da velhice, — uma outra ideia mais doce, mais alegre, mais atraente, mais carinhosa, — a ideia de qualquer coisa que sorri, que ama, que aconselha, que absolve, que protege...

Uma destas manhãs — há oito dias — o general não apareceu no Parque, como costumava. À tarde, disseram-me que êle estava gravemente doente. Corremos ao hotel, eu, a Nelly, e mais cinco ou seis raparigas. O médico, que veio receber-nos, falou vagamente em artério-sclerose, em organismo gasto, em morte próxima. Quando o vi, recostado na cama, fez-me impressão a sua palidez. Esperava-o — disse êle — o fim horrível das criaturas que envelhecem sem affectos e que morrem sem lar. Não receava a morte; mas tinha

mêdo do isolamento e do abandono. Percebemos-lhe nos olhos, nós tôdas, o brilho de duas lágrimas. Desde essa tarde, minha Tia, não o deixámos mais. Acabou para nós o Casino e o Parque. Vivemos durante oito dias, como um sorriso, à sua cabeceira. De dia, estávamos tôdas; de noite ficava uma só, por escala, com um criado e uma criada do hotel. Se fôssemos filhas dêle, não tínhamos sido mais dedicadas nem mais carinhosas. Enchiamos-lhe o quarto de flores. Líamos-lhe os livros de que êle mais gostava. Davamos-lhe de comer como a uma criança. Êle, em troca, sorria e beijava-nos os dedos. Hoje, de manhã, quando eu, a Nelly e a filha da viscondessa de S. Dâmaso lhe levávamos um copo de leite, recusou, pediu um espelho, compôs levemente os cabelos, recostou-se melhor na cabeceira da cama, apertou muito as nossas mãos nas dêle, olhou-nos, ora a uma, ora a outra, com uma expressão de ternura e de gratidão infinita, correram-lhe duas lágrimas pela face, e disse-nos, quási num murmúrio:

— Nunca julguei que fôsse tão agradável morrer!

Um instante depois, a cabeça inclinou-se-lhe sôbre o peito, e ficou. Tivemos, nós tôdas, a impressão de que êle morreu feliz. Não se esqueça, minha querida Tia, de rezar um padre-nosso pela sua alma.

Sua sobrinha muito amiga, — *Helena.*

A SOMBRA

O sargento Joaquim seguira para França com as primeiras tropas portuguezas destacadas. Os pais, dois vélhos que viviam de uma loja de capela em Santa-Comba, e que não possufam outra alegria nem outra riqueza que não fôsse o orgulho daquele filho, tinham ido levar-lhe à despedida, ao combóio, o seu último abraço. Quando o apertaram ao coração, o moço sargento, com os olhos brilhantes, sorria. Morrer? Quem falava ali em morrer! Haviam de voltar todos os que tivessem mães a chorá-los e a abençoá-los. Pois, então! E no extremo adeus, sôbre o estribo do vagom, embrulhado no grande capote cinzento que fazia parecer maior a sua estatura, dizia ainda à mãe, que lhe beijava as mãos e lhas molhava de lágrimas:

— Vocemecê verá, mãe, que eu hei-de estar tôdas as noites na sua companhia!

Decorreram oito ou dez dias. Os dois vólhos, entregues à dôr do seu apartamento e à doçura da sua saúde, passavam um defronte do outro os longos serões de inverno, calados, ella cozendo roupa à mesa, êle sentado numa cadeira de palha, com o gato nos joelhos, a lêr, à luz de um candeeiro de petróleo, os jornais que falavam tanto da guerra e nunca traziam o nome do seu filho. Uma bela noite, a vólha capelista, levantando os olhos da costura, reparou numa sombra que se alongava na parede branca, ao lado da porta, e que semelhava, na sua imprecisa flutuação, um vago contôrno humano. A princípio cuidou que era a sombra do marido, e não deu maior atenção ao caso. Mas quando chegou a hora de se deitarem e o vólho se levantou da cadeira, a pobre mulher notou, com estranheza, que a mancha negra continuava a alastrar no mesmo sítio da parede, como se fôsse a projecção dum corpo invisível para ella.

— Que sombra é aquella, João ?

— Ora essa ! E' a tua.

— Como pode ser isso, se eu estou dêste lado da luz ?

O vólho calou-se, considerou demoradamente a casa e os móveis, olhou a parede, tirou de cima da mesa uma caneca alta de louça, fechou a porta dum armário, arredou de diante da luz tudo quanto poderia produzir aquella projecção inexplicável, mudou o logar do candeeiro, — e a

sombra continuou na parede caiada, defronte d'êle, mais nítida e mais fixa ainda, na vaga conformação duma figura de homem. Era talvez alguêm que espreitava da rua, — pensou o vélho, assomando à janela. Mas na rua não havia nenhum lampeão aceso; não passava viv'alma; e, depois de fechadas as portadas de dentro, a sombra permaneceu diante dos dois vélhos, que se olharam, imóveis de assombro. Passaram-se momentos dum silêncio angustioso. Houve um instante em que a mancha da parede pareceu alastrar, flutuar como a sombra dum capote varejado pelo vento. De repente, a pobre mulher, que tremia, encarou o marido, a fisionomia transfigurou-se-lhe, e, numa expressão simultaneamente de terror supersticioso e de ternura materna, murmurou de mãos postas:

— Parece a sombra do nosso filho, João!

Êle ouviu-a e resmungou, preocupado, encolhendo os ombros:

— Tens imaginações, mulher!

Daf por diante, tôdas as noites, lá estava a mesma sombra, na parede branca, junto da porta. Era já a companhia dos dois vélhos, ao serão. Êle entretinha-se fazendo experiências com a luz, a ver se a sombra se deslocava pelos movimentos do candeieiro. Ela não tirava os olhos daquilo que supunha a imagem longínqua do filho, e tôdas as noites, antes de se deitar, às escondidas do vélho capelista, beijava em segredo,

chorando e rindo, a sombra do seu Joaquim. Os dois vèlhos foram vivendo, enganando a sua própria saúde, conversando já com aquela imagem intrusa como se nela palpitasse o seu sangue e a sua alma, — até que na noite de Santo António, 12 para 13 de junho, inesperadamente, como se se tivesse afastado o corpo que a produzia, — a sombra desapareceu. Esperaram vê-la no dia seguinte, ao acender da luz. Não voltou mais. Daí a pouco tempo, quando o vèlho, ao serão, lia os telegramas dos jornais do Pôrto, teve um grito rouco, resvalou, o jornal caiu-lhe das mãos, a cabeça pendeu-lhe num soluço. Acabava de lêr o nome do filho, — morto em combate em França, na mesma noite de 12 de junho em que a sua sombra deixara de debruçar-se sôbre a alma dolorosa dos pais.

DISTRACÇÃO

— Só são felizes os que casam por amor — disse M.^{me} Vargas, enterrada no seu cadeirão Brougham, baloiçando no ar um pequenino pé calçado de branco.

— Parece-me, minha senhora, que só são felizes os que casam por conveniência — sentenciou a *verte vieillesse* do general Pessanha, de monóculo, brandindo o *stick*.

O meu amigo visconde de ***, que assistia à discussão silencioso, interessado, recostou-se melhor na cadeira, machucou as luvas sôbre o castão de ouro da bengala, e concluiu, com o ar mais convicto do mundo:

— Eu entendo que só são felizes os que casam por distração.

— Oh ! Oh !

M.^{me} Vargas protestou, rindo. A saia azul de M.^{lle} Yvonne desapareceu. O visconde de *** dei-

xou passar a onda, e prosseguiu, tranqüilamente, encolhendo os seus largos ombros de hérules grisalho:

— Foi o que me sucedeu a mim. V. ex.^{as} sabem como eu sou distraído. Pois bem. Um dia, por distracção, casei-me, — e afirmo a v. ex.^{as} que nunca supus que pudesse existir alguém tão feliz como eu sou.

— De-veras ?

— Eu lhes conto.

O sol acendia clarões nas *brise-bise* de sêda verde. Uma gata francesa dormia sôbre as almofadas do sofá. O general seguia com o olhar o pé nervoso e calçado de branco de M.^{me} Vargas. O visconde continuou:

— Não é segredo para ninguém que eu até aos 10 anos não casei porque me distraí. Vivia com uma tia velha, tão distraída como eu. — e, até que os primeiros cabelos brancos apareceram, respirei, a plenos pulmões, a maravilhosa delícia de egoísmo e de comodidade que é a vida de solteiro. Mas um dia a pobre senhora, por distracção, morreu duma síncope cardíaca, eu encontrei-me só, e como me pareceu que seria menos pesada a solidão se fôsse viver para Londres, resolvi fazer as malas, alugar mobilada a minha casa do Conde de Redondo, e partir para Inglaterra. Logo no primeiro dia em que pus escritos, a casa alugou-se. Conhecem uns encantadores tipos loiros de brasileira, raros e

paradoxais, que teem os cabelos cendrados das holandesas, os olhos de hulha das cariocas, e cuja pele, na mordedura de oiro da luz, lembra ao mesmo tempo a polpa duma rosa e as manchas fulvas do âmbar cinzento? Pois era assim a minha inquilina, uma brasileirinha de 25 anos que vivia com a mãe. Comprometi-me a dar-lhes a casa no dia 5 de março, — precisamente o dia em que eu devia embarcar para Inglaterra. Mas distraí-me, fiz confusão com a hora de embarque que me tinham dado na agência, demorei-me a receber e a instalar M.^{me} Barroso e a filha, — e quando, finalmente, tive consciência de mim, estava no Terreiro do Paço, rodeado de malas, sem paquete, sem casa, e — o que era lamentável — sem fôrça moral para tomar uma resolução. Evidentemente, não havia de ir incomodar as minhas inquilinas. Fui para um hotel. Encontrei um amigo do Algarve que não via há dez anos, e que me falou do idealismo de Ruskin e das armações de atum. Jantámos juntos. Fomos juntos ao teatro. Ceámos juntos. Às 3 da madrugada deixei-o num *club* qualquer, entre uma francesa magra e uma geleira cheia de *Champagne*, — e distraído, fatigado, com os olhos a fecharem-se-me e a bôca a saber-me a ferros velhos, subi para um automóvel, mandei seguir para a rua do Conde de Redondo, 27, apeei-me, paguei, meti a chave ao trinco, e sem me passar sequer pela cabeça que tinha perdido o paquete,

que estava num hotel e que a minha casa já não era minha, galguei a escada, abri a porta, pendurei o chapéu e a bengala no cabide, atravessei o corredor, entrei no meu quarto, abri a electricidade, — e, minhas senhoras, só caí em mim quando vi deitada na minha cama, com o pescoço nú, os braços nús, os cabelos loiros presos numa touca de rendas, a encantadora brasileira que dormia, sorrindo, o seu primeiro sono. Quis fugir. Deitei a mão ao interruptor para apagar a luz. Mas uma faiança espanhola estilhaçou-se no chão, a pobre menina acordou, julgou que tinha ladrões em casa, desatou aos gritos, caiu com um ataque de nervós, veio a mãe, vieram as criadas, gritavam tôdas, eu já gritava tanto como elas, e sem saber se havia de justificar-me, se havia de acudir à pequena, se havia de fugir pela porta fora, tomei afinal o partido de rir, — de rir de mim, do meu equívoco, da minha inconveniência, da minha distracção, a vélha riu, a brasileirinha riu, as criadas riram, e pelo pino das 4 horas da madrugada, com um frasco de sais ingleses no bôlso, sentado à cabeceira da cama onde dormira na véspera, eu compreendi que me assistia o indeclinável dever moral de pedir a M.^{me} Barroso a pequenina mão branca e assustada da filha. Um mês depois estávamos casados. Mas, minhas senhoras, é tal a fatalidade da minha distracção, que, na noite do casamento — fui dormir ao hotel.

O RELÓGIO

Meu amigo:

Acabo de chegar do Alentejo, onde fui passar uns dias com o velho Doutor Lôbo. Tu, que tens gasto algumas horas da tua vida a estudar, com Cournot, com Bergson, com Poincaré, com Montessus de Ballora, a filosofia e o mecanismo do acaso, deves achar interessante um acontecimento que se deu comigo anteontem à noite, e que eu de bôa mente consideraria sobrenatural, se não tivesse a certeza antecipada de que tu, homem sem fé, o explicarias «pela simples e naturalíssima intersecção de duas séries lógicas e independentes de fenómenos». Vocês, os filósofos, estragam tudo na vida, — até essa vaga beleza do inverosímil, essa indefinível volúpia do desconhecido, essa absorvente sensualidade do horror, que tem feito a fortuna da

literatura inglesa, e que ainda ontem — dou-te a minha palavra de honra! — me encheu de suorres frios e me pôs os cabelos em pé.

Ora ouve.

Tu sabes que o Doutor Lôbo, vélho misantropo, íntimo amigo de meu falecido pai, vive num dêsses solares alentejanos dentre Évora e Montemor-o-Novo, antiga propriedade e cabeça de morgado que, como as moradas solarengas da Oliveira ou de Patalim, da Sempre-Noiva ou da Amoreira da Tôrre, levanta os seus cunhais de pedra de três séculos sôbre a geórgica cristã dos montados e das doiradas terras de pão do médio-Alentejo. Tenho-te falado várias vezes dê-te homem e desta casa, muito sombrios e muito extraordinários ambos. Há tempo que o vélho Doutor Lôbo, que vive sôzinho com um criado, abraçado á sua gota e ao seu interminável *Tratado da Enfiteuse*, insistia comigo para que eu fôsse passar com êle uns dias. Fiz-lhe a vontade, e fui. Não sei se já notaste a singular identificação, a inquietante semelhança de fisionomias que se estabelece imediatamente entre certas criaturas e as antigas moradas onde elas se habituaram a viver. Parece que as ruínas tem o poder de comunicar às pessoas e às coisas familiares a expressão da sua decrepitude. O provento jurisconsulto de quem acabei de ser hóspede oito dias, dir-se-ia a sombra, o reflexo humanizado do seu próprio solar, — cheio de

silêncio, de êxtase, de vetustez, de mistério. A identificação é tão perfeita, que eu não sinto, não vejo, não compreendo a figura devastada do Doutor Lôbo fora daquele paço alentejano enquadado em forte silharia negra, com os seus cachorros de granito, o seu eirado de alpendre sobre a escada, os seus corredores monásticos de tijolo, o seu vasto salão nobre de teto em caixões, decrépito, solene, profundo, rodeado de véllhas credências doiradas, babando humidade e bolôr pelo gorgorão verde das paredes. Emquanto viver, é nesta sala que eu hei-de ver sempre o meu venerando amigo, — sobretudo porque foi debaixo do seu teto que eu passei anteontem, o quarto de hora mais dramático da minha vida. Eram nove horas da noite, e nós conversávamos os dois sobre a fisionomia humana que às vezes adquirem certos objectos inanimados, quando o criado Pedro, único ente vivo que habitava conosco no solar, homem ruivo, espadaúdo, alto como um pinheiro, metido havia tempo com uma mulher casada da vizinhança, veio pedir ao patrão licença para sair. Ficámos sós. Foi então que o Doutor Lôbo, cuja voz me pareceu um pouco alterada, chamou a minha atenção para um relógio de caixa do século xviii, holandês, com pinturas, que levantava ao fundo da sala, entre duas janelas, o seu formidável perfil de esquite.

— Você vê aquele relógio ?

— Vejo.

— Dei-lhe corda ontem. Estava parado há dezasseis anos, desde a noite em que morreu minha mulher.

Aproximámo-nos ambos do vólho móvel, através de cujo óculo de vidro se adivinhavam as oscilações duma grande pêndula de cobre. Sentámo-nos. O meu amigo, que me dava, afundado na sua pollrona, a impressão de certo retrato admirável de Carlyle, contou-me então a história daquele relógio antigo, que era, no solar dos Lóbos, um móvel tradicionalmente célebre. Nada mais vulgar do que pararem os relógios duma casa no momento em que morre alguém. E' um facto muitas vezes verificado, parecendo que a desagregação, a quebra instantânea do consenso vital num organismo, gera energias desconhecidas que se comunicam, no instante da morte, às pessoas e às coisas que cercam o moribundo. O ar estremece, a água move-se, as portas abrem-se, as pêndulas param. Porém, com o relógio daquele vólho paço alentejano, dava-se alguma coisa de mais extraordinário ainda. Desde tempos remotos, quando falecia alguém da casa, a pêndula não parava no momento do óbito; parava pontualmente, exactamente — dez minutos antes. Era um aviso trágico. Era uma sentença de morte. O caso succedêra pela primeira vez com um arqui-avô do Doutor Lôbo, desembargador da Casa da Supli-

cação, que em 1723 mandara vir o relógio da Holanda e o tinha no seu quarto de dormir. Repetira-se com a mulher dêste; com um tio frade crúzio, que estivera a ares na casa e acabara a tiros de clavina; com uma aia mulata; com o avô do Doutor Lôbo, deputado às Côrtes de 20, cujo retrato vi no solar, num carvão perturbador de Sequeira; com o pai; por fim, havia 16 anos, com a própria mulher, que, já moribunda, debruçada a tossir sôbre uma bacia de prata cheia de sangue, ôs olhos fitos no movimento da pêndula, vira ela mesma parar o relógio, e morrerá dez minutos depois. Não era fácil explicar semelhante série de factos pelo mecanismo simples do acaso. Dir-se-ia que naquêle vulgar relógio holandês havia uma inteligência, uma sensibilidade, uma alma, uma vida, — essa vida inexorável e profética das coisas mortas, feita de silêncio, de treva, de imobilidade. Enquanto o meu vélho amigo me contava êstes singulares permenores, os olhos brilhavam-lhe, as mãos pálidas tremiam-lhe ligeiramente sôbre os joelhos. Quis perguntar-lhe ainda por que razão, por que fantasia voltara a fazer trabalhar essa pêndula sinistra. Não tive coragem. Diante de nós, no meio de um opressivo silêncio, o relógio da morte continuava a bater o seu tic-tac implacável. Ficámos os dois, por um instante, absorvidos no nosso próprio pensamento. As sombras flutuavam pela vasta sala, escorriam pelo gorgorão

verde das paredes, penduravam-se no oiro baço das credências, palpitavam em volta de nós como asas impalpáveis. Sentia-se lá fora, nos sargaçais da charneca, o grito nocturno do milhano. Uma cadeira rangeu, perto de nós, sem ninguêem lhe locar. Pareceu-me que uma aragem fria tinha roçado pelos meus cabelos. De repente, olhei o relógio: a pêndula parára.

— Um de nós dois tem apenas dez minutos de vida, — disse-me o meu amigo, numa palidez de espectro, erguendo-se da sua poltrona.

Não sei descrever-te o terror instintivo que se apossou de mim. As fontes latejavam-me. Um suor gelado de agonia molhava-me as mãos. Olhámo-nos, o meu amigo e eu, a querer adivinhar a morte na fisionomia um do outro. Ignoro quantos minutos se passaram neste horror. Súbitamente, ouviu-se um tiro. O Doutor Lôbo agarrou um candelabro de prata, aceso, e correu à porta. O corpo enorme do criado Pedro estava de borco na soleira, com a cabeça numa poça de sangue. Tinham-no assassinado.

Os factos são êstes. Como os explica a tua filosofia?

Teu vélho amigo. — *Alexandre*.

ODORE DI FEMMINA

O dr. Nilo Gomes recostou-se num dos cadeirões do *Grémio*, acendeu um cigarro, atirou para a nuca, familiarmente, o seu côco cinzento, *Saint James's Street*, e brincando com a ponteira da bengala na bota de verniz, perguntou-nos:

— Vocês ainda acreditam em psicólogos de mulheres?

— Tenho à cabeceira as *Nouvelles Lettres de Femmes...*

— Pois eu não. Vou contar-lhes o que me sucedeu ontem à tarde no consultório do dr. ***.

— Uma aventura?

— Um fiasco. Eu tinha ido combinar com o nosso vélho colega a hora a que deve realizar-se amanhã, com excellentes vantagens para o operador, a gastroenterostomização do riquíssimo *D. R.* Quando cheguei, o dr. *** acabava de mandar entrar, havia quatro ou cinco minutos, a

sua última cliente. — Deve demorar um bocadinho, — preveniu-me num sorriso a enfermeira, uma rapariga magra, de blusa branca irrepreensível, meias de sêda, brincos de brilhantes nas orelhas. Decidi-me a esperar. Eu conhecia já o consultório do nosso colega, com as suas lacas brancas, as suas cretones inglesas, a sua elegância sóbria, uma água-forte de Rops na parede, duas grandes flores azúis num solitário de cristal. Acendi um cigarro e aproximei-me da mesa. Sôbre uma porção de revistas e de brochuras da guerra, folheadas, rasgadas, maltratadas cada dia pela impaciência dos mesmos doentes, um saquinho de mão, de sêda preta, repousava, esquecido, entre duas luvas de mulher. Era, com certeza, da cliente que, naquele momento, escutava os sábios conselhos do nosso colega. Quem seria ela? Abri uma ilustração e li. Uma luz muito doirada entrava pelas largas vidraças abertas, espelhava nas lacas dos alizares e das portas, dava às cretones verdes do sofá a macieza baça do veludo. A guerra, sempre a guerra, eternamente a guerra! Atirei sôbre a mesa a revista que apenas folheara; e fiquei a olhar, vagamente, a expressão dessas duas luvas ali abandonadas por uma desconhecida mão de mulher. Lembram-se vocês da *Dame au Gant*, do Museu do Luxemburgo? A vida, o movimento, a elegância, a expressão que a mão feminina comunica a uma luva que se descalça,

— e com que talento Carolus Duran soube fazer palpitar, nesse farrapo de pelica branca caído sobre um tapête, tôda a distinção, tôda a aristocracia, tôda a mocidade do seu modêlo! Peguei numa das luvas para a examinar melhor. Não seria difícil adivinhar a que qualidade de mulher ela pertenceria. Era a da mão esquerda, marca pequena, letra *F*, um vago perfume de *Heure bleue*, dedos finos, unhas em ogiva perfeitamente marcadas e o sinal de dois anéis, — uma *marquise* e talvez uma aliança de casamento. Por conseguinte, a luva duma criatura elegante, duma mulher nova, e, segundo tôdas as probabilidades, duma mulher casada. Comecei a achar natural que o dr. ***, com a sua experiência, os seus olhinhos maliciosos e a sua gorda velhice de Pan, prolongasse a consulta além do limite de tôdas as conveniências. São tão poucas as mulheres bonitas que adoecem, — e é realmente tão agradável auscultar um pequenino coração que bate, que palpita e que succumbe! Pousei a luva, e, como não há animal mais curioso do que um homem, passei a observar o saquinho de mão, — um «ridículo» de sêda como há tantos, impregnado do mesmo perfume e bordado a missanga como aqueles «indispensáveis» de 1830 onde as nossas ingénuas bisavós escondiam os frascos de essência e os bilhetes de amor. Nalguma coisa havia de passar o tempo, — e a resolução daquela incógnita femi-

nina começava a interessar-me. — «Queres conhecer uma mulher?» — dizia Gasparo Gozzi das venezianas do século XVIII — «Abre o seu saquinho de mão». Mas a minha curiosidade não me levou até ao extremo incorrecto de seguir o conselho de Gasparo Gozzi. Ia pousar o sacco sem ter violado um só dos seus segredos, — quando, por mero acidente, êle me caíu das mãos e se abriu no tapete. Tinha de ser. Uma chave dobrada de fechadura inglesa foi projectada a distância. Um frasco de sais, rolou. Um pequenino espelho de prata scintilou ao sol. Apanhei tudo, o mais depressa que pude, e como o acaso tinha querido que eu entrasse na confidência daquelle sacco de mão e daquela alma de mulher, verifiquei que o ridículo de sêda de M.^{me} X continha ainda no seu bôjo misterioso um lenço de rendas, uma caixa de pó de arroz, uma conta da modista, uma medalha de Santa Filomena, ganchos de cabelo, um véu, e, no fundo, um *carnet* de visitas onde se lia, na data de 7 de novembro: «Sais de Clarks para o banho. — J. C., 3 horas. — Pérolas, Garrand & C.^a, 25, Haymarket, London, S. W. — Legação de Espanha. — Finette. — Pomada para as unhas. — Médico às 6. — Não esquecer as amostras de veludo». Aquele sacco, aquelas luvas, aquele *carnet*, eram um retrato. Eu via já, diante de mim, a cliente do meu vélho colega, tão nítidamente como se a conhecesse. Estava ali tôda, — a sua elegância, a sua vida, a sua psicologia, o seu próprio

drama amoroso. Não havia dúvida de que era uma mulher casada, alta burguesia, um pouco *parvenue*, de-certo rica para poder comprar pérolas nos ourives de Londres, 30 a 35 anos se tanto, conhecendo a sua beleza e cultivando-a como uma flor, olhos azúis, um marido fácil, uma saia curta, um *splendid flirt*, uma comprometedora chave doirada, «*un monsieur qui travaille dans les femmes du monde*» — como dizia *Bourget* — e os olhos calmos, a serenidade olímpica, o arsinho Sainte-Nitouche de certas mulheres bonitas, — menos bonitas do que elas mesmas pensam, muito mais interessantes do que tôda a gente as julga... Tinha decorrido talvez um quarto de hora, quando, de repente, a porta do gabinete se abriu. Era ela. A mulher que eu imaginara, que eu idealizara, que eu reconstituira, com o rigor dum psicólogo, pelo exame do seu saquinho de mão, ia finalmente aparecer-me. Levantei-me, preparei a atitude, compus o monóculo. Dois, três segundos depois, a voz do nosso colega ouviu-se, — e uma velhota gorda, rosada, alegre, de lunetas, saíu do gabinete de consulta, avançou saltitando até à mesa, pegou no saco, nas luvas, cumprimentou, e em passinhos curtos, saltitando sempre, empurrou o guarda-vento, cumprimentou ainda e desapareceu na sombra do corredor. Foi nesse dia, meus amigos, que eu me convenci de que não percebia nada de mulheres. E quem pode gabar-se de as perceber, se a mulher nasceu para enganar o homem ?

A FONTE

Uma hora depois do meio-dia de 14 de abril de 1718, a garrida do convento de Tarouca tangia inesperadamente a capitulo. A fonte de se-reias, que o Dom Abade mandara construir no jardim da clustra grande, devia inaugurar-se nessa tarde. Mas, desde manhã, tinha-se levantado naquela casa de Deus e de S. Bernardo, por causa da fonte, tamanho escândalo e alvoroço de murmurações, que o prelado, homem prudente e douto, entendera de bom conselho ouvir as queixas dos padres e dar-lhes a satisfação que julgasse conforme com o zêlo da observância e com a autoridade do báculo pastoral. Já tôda a comunidade estava na sala do capitulo, com o vigário e as jerarquias, quando o Abade entrou. A questão foi logo posta, de ambos os lados, com clareza e com desassombro. O vêlho Frei Jerónimo de Brito, um dos discretos do

convento, duas vezes eleito abade trienal, falou em nome dos padres. Alegou que a fonte da crasta, cuja inauguração ia fazer-se, continha três figuras de pedra, não sabia se driadas, ménades, dionisides ou sereias (espreitara-as pelas frinchas do tapume um donato do convento), que, sôbre serem divindades pagãs, impróprias de tão santa e reformada casa, apareciam no estado de abominável nudez, mostrando os ventres e jorrando água da apojadura dos peitos, com escândalo e ofensa dos padres velhos, e, o que era pior, com turbação e pecado dos moços. Não sabia se a comunidade era de igual aviso; êle, pelo respeito devido à sua idade provector e à dignidade do seu hábito, fazia voto solene de não voltar ao jardim e de nem sequer assomar aos janêlos da claustura, sem que os mesmos alvaneis, que tinham levantado a fonte, a demolissem para maior glória de Deus. Das bancadas capitulares ergueu-se um murmúrio de aprovação. Estava decidido. Nunca mais um só frade passearia entre as murteiras do jardim, enquanto aquelas figuras de abominação pojassem ao sol os seus úberes de pedra. Um donato tinha acabado de espertar o lume da braseira de cobre, quando o Dom Abade se levantou para falar. Quantas igrejas, abadias e mosteiros da terra estavam cheios do espírito e da glória pagã! Para obedecer às doutrinas dos padres, teria de principiar por lançar ao fogo o seu

bem amado Horácio. Tantos séculos andados, quem se lembrara ainda de arrasar a ábside da Sé de Braga, só porque as águas da chuva lhe escorrem duma gárgula torpe? E a tórre de Colégiada de Guimarães, com o seu brutesco? E, nos mais ásperos recessos de Portugal, porque não teriam abatido as lurias e os marrões dos alvaneis os modilhões pagãos da igreja da Castanheira e o anjo báquico da matriz de Moncorvo? Não era com doutrinas de intolerante e sombria piedade que se servia melhor a Deus, nem quarenta anos que vivêra debaixo daquela mortalha de S. Bernardo aceitavam, de quem quer que fôsse, lições de compostura e de moderação. A construção da fonte que tanto alvoroçava os padres, concertara-a êle, havia quinze meses, na sua jornada à côrte, com um mestre italiano que lhe fôra recomendado em Alcobaça pelo reverendo Abade Geral. Era a indispensável coroação do jardim de muftas e buxo, que o seu antecessor mandara cortar à francesa, na claustro grande, para recreio da comunidade. Escandalizara-se a modéstia dos padres porque três capréades nuas jorravam água dos peitos. Mas que figuras queriam Suas Reverências, no seu santo zêlo apostólico, que se erguessem sobre a concha de pedra duma fonte? Os evangelistas, os patriarcas, os vélhos do Apocalipse, — um retábulo do Juízo Final? Não, de-certo. Não era nos jardins que se professava o culto

divino, e nunca ninguém pensara, nem o mais humilde fradinho capucho, em erguer uma capela dentro dum caramanchão. Sabiam Suas Reverências quem tinha encomendado a João de Bolonha a célebre fonte das sereias? O Santo Padre Pio IV e o eminentíssimo cardeal Pietro Cesi. Se a imagem dum seio de mulher fôsse um símbolo pagão e abominável, como teria o próprio Patriarca S. Bernardo entrevisto, na sua mística visão, os peitos brancos da Virgem a aspergi-lo de leite,—e como poderia pintá-los o divino Bartolomé Murillo, sem estremecerem de santa indignação os capítulos de todos os mosteiros e os bispos de tôdas as catedrais? Não. Ele, Abade, tranqüilo com Deus e com a sua alma, entendia que não eram justas as queixas da comunidade, e pedia a todos os religiosos, e em particular aos padres discretos, que reconsiderassem no seu propósito e o deixassem acabar o triénio da jurisdição sem demandas nem agravos. Mas as palavras do prelado não conseguiram abalar os capitulares. O mais velho de todos, Frei Baltasar dos Anjos, cujo hábito, na penumbra, parecia doirado do mesmo mugre secular da pedra, avançou, trôpego, amparado a dois padres moços, e declarou ao Abade, em nome de todo o convento, que não podendo ser-lhes imposto como castigo o recreio no jardim da crasta, nenhum frade lá voltaria — nem um só! — se o prelado insistisse em mandar desco-

brir as figuras diabólicas da fonte. Levantou-se o capítulo. O desafio estava lançado. Para o Abade, submeter-se, era abdicar da sua autoridade e da sua força. Subiu à cela, mandou por um leigo ordem aos alvaneis, — e nessa mesma tarde o tapume era abatido, a fonte inaugurada, e, no silêncio das murteiras em flor, três maravilhosas figuras de sereias, capréades voluptuosas duma ondulação e duma graça florentina, sorrindo e oferecendo os seios nas mãos delicadas, jorraram dos mamilos de pedra seis veios de água fresca, luminosa e fecunda. O Abade, que assistia da janela, ficou um instante imóvel, a olhar a palpitação de vida que a luz rosada da tarde emprestava à nudez d'esses três corpos de mulher, — e recolheu-se num deslumbramento, quasi numa vertigem, abraçado ao breviário. Pela primeira vez, a sua consciência vacilou. Teriam razão os padres? Traria êle para o convento, pastor indigno daquele rebanho, a serpente da Tentação? Fechou as portadas da janela, para não ver mais a fonte; desceu ao refeitório; voltou; tirou do armarête o seu candeiro de três bicos; acendeu-o; procurou trabalhar, depois de vésperas cantadas, nos seus comentários aos *Poliphili* de Fra Franceco Colona; deitou-se; passou pelo sono, — e acordando, pela força do hábito, à hora de matinas, admirou-se de não ter vindo o frade, como de costume, chamá-lo com a candeia. Que se teria pas-

sado no convento? Abriu de manso a porta, espreitou para o corredor, escutou. A princípio percebeu apenas, na escuridão, um rumor de passos. Em seguida, uma cela entreabriu-se e um vulto furtivo de frade escoou-se na sombra. Depois, outro. E o outro. E mais outro, ainda. Não iam de-certo para o côro, porque não levavam as candeias acesas. Inquieto, o Abade foi bater à porta do vigário; ninguém lhe respondeu. Procurou o mestre dos noviços, a cela estava deserta. De repente, fez-se a luz no seu espírito. Compôs o manto, desceu à claustra. No jardim, em volta da fonte execrada, tôda a comunidade, todos os padres intolerantes, vélhos e moços, atraídos, um a um, pelo irresistível poder da beleza eterna e da volúpia imortal, olhavam imóveis, em êxtase, em adoração, os corpos virginais das sereias, que ondulavam, brancos, ao luar.

EXPIAÇÃO

Ontem, num chá em casa de M.^{me} Y., apresentaram-me a um homem de aparência distinta, cuja elegância natural e cuja expressão de tristeza me impressionaram. Devia ter quarenta anos, o cabelo levemente embranquecido nas fontes, uns grandes olhos negros, um perfil de medalha romana, duro, sêco, viril. Apertámos as mãos, com simpatia. Discutia-se certo prato armoriado, que devia ser um Ruão, com os alérions de azul e as cinco vieiras de prata dos Montmorency-Laval. Ouvi-o expôr a sua opinião em duas palavras rápidas, seguras, modestas, que denunciavam o fácil bom gosto dum homem de hábitos intelectuais. O nome, que eu mal percebêra no momento da apresentação, nada tinha sugerido ao meu espírito. Logo que pude falar a M.^{me} Y., perguntei-lhe quem êsse homem era.

— Digo-lhe logo.

— Um mistério ?

— Um romance.

A noite, quando tomávamos chá na sala de fumar, a minha encantadora amiga cumpriu a sua promessa. Tratava-se, realmente, dum caso de sentimento, que conseguiu interessar-me durante meia hora. O moço diplomata que me fôra apresentado era filho dos barões de S. Gil de Perre, plutocratas do liberalismo, estava colocado havia tempo na disponibilidade, e administrava a sua grande fortuna. Depois de uma vida elegante de emoções e de dissipação, quando os cabelos já começavam a embranquecer-lhe, fizera um casamento de amor com uma brasileira de dezanove anos, tipo maravilhoso de carioca, indolente, autoritária, sensual, educada em Paris no *Sacré Cœur*, e que êle, de viagem para a Itália, tinha encontrado com os pais no *Splendid Hotel* de Nice. Durante cinco anos, nada perturbou a sua aparente ventura. Um dia, porém, a criada alemã das crianças viu-se obrigada, pelas leis da guerra, a sair de Portugal — era uma *fraülein* Rose, mecklemburguesa e feia — e, fiel ao espírito da sua raça, não abandonou o lar que a acolhêra como família, sem primeiro lhe ter destruído e envenenado tôda a felicidade e tôda a paz. António Perre soube que a mulher o enganava, e teve nas suas mãos, entregues pela alemã, as provas irrecusáveis da traição. O seu amor, a sua dignidade ofendida,

todos os preconceitos da sua educação e do seu sentimento, impeliam-no para a desafronta e para o escândalo. No instante em que procurava o revólver, a mulher telefonou-lhe do Estoril, sufocada de choro, dizendo-lhe que o pai estava à morte com uma congestão pulmonar. Durante uma hora, enterrado numa poltrona, o antigo secretário em S. Petersburgo debateu-se num conflito moral angustioso. A princípio, só viu a solução instintiva, rectilínea, brutal. Pouco a pouco, porém, sentimentos de ordem mais elevada dominaram a primeira crise de exaltação: recobrou a serenidade suficiente para perceber que um gesto, uma revelação, uma palavra, iriam fulminar a distância um vélho moribundo; e, tranqüilamente, com uma coragem mil vezes maior do que aquela que lhe seria necessária para cometer uma violência, chamou o criado, mandou vir o automóvel, e seguiu para o Estoril. Quando chegou a casa do sogro, os médicos estavam reunidos em conferência. Era tão delicado o estado do doente — duas síncope consecutivas a uma hemorragia do pulmão — que António Perre, para poupar-lhe a comoção de o ver, não entrou no quarto. A ideia de que ia encontrar-se frente a frente com a mulher e de que não teria fôrça bastante para dissimular os seus sentimentos, começou a perturbá-lo. Notou, ao descalçar as luvas, que lhe tremiam as mãos. A testa inundou-se-lhe de suor frio. Pensava já em

fugir, quando um corpo tépido e arquejante lhe caiu de repente nos braços. Era ela. Sentiu ainda os dedos crisparem-se-lhe no gesto de a estrangular; mas, num esforço imperioso de vontade, dominou-se, afastou-a brandamente de si, disse-lhe que se conservasse junto do pai todo o tempo que a sua ternura filial julgasse necessário, e, com os nervos quebrados, com a alma despedaçada, voltou para Lisboa. Passados três dias, ela pedia-lhe, pelo telefone, que a fôsse buscar. Ele limitou-se a mandar-lhe o automóvel, e não foi. Quando a mulher chegou, envolvida na sua grande capa cinzenta, os olhos vermelhos de chorar, um frasco de sais ingleses na mão, António Perre esperava-a no quarto. Fechou-se a porta. Em voz baixa, sem um gesto descomposto, sem uma palavra grosseira, serenamente, êsse homem superior pela educação e pelo carácter disse à mulher o que era indispensável que ela soubesse para que a situação de ambos ficasse esclarecida. Nem uma recriminação, nem um insulto, nem uma lágrima. Apenas a verdade, o facto, — as provas. Emquanto o pai dela fôsse vivo, não se modificaria, aparentemente, a sua vida comum de casados. Sofreriam os dois o suplício de se sentir um junto do outro. Logo que o pai morresse, ela saíria de casa e far-se-ia o divórcio. A brasileira ouvia-o em silêncio, e, quando o marido saíu do quarto, ficou a soluçar estendida sôbre um sofá. Durou

dois longos meses o horror desta situação. Durante êles, a atitude de António Perre foi duma tão generosa delicadeza, duma tão nobre dignidade, que essa mulher caprichosa e fútil principiou, pela primeira vez na sua vida, a conhecer o marido, a admirá-lo e a amá-lo. A expiação transformou-se, para ela, em paixão perturbadora. Mas o moço diplomata foi inflexível. O processo de divórcio está correndo; e, como a alma humana é feita de contradições, a pobre brasileira espera hoje tristemente, em casa da mãe, que uma sentença a separe, para sempre, do homem que a dura lição da existência a ensinou a amar até à loucura.

— Como vê, meu amigo — concluiu M.^{me} Y. no seu sorriso encantador — a vida está tôda errada...

O SAPATINHO VERDE

Meu querido Jorge:

Estou viva por milagre. Tu não calculas o que me aconteceu ontem à noite, meu querido, meu adorado amigo. Os meus nervos vibram ainda. Tôda eu estremeço. A comoção foi tão grande, que não posso levantar a cabeça do travesseiro e faz-me mal ver a luz. Ia morrendo estúpidamente, horrorosamente, longe de ti. Escrevo-te a lápis não sei como, perdôa. Estou de cama. Não te assustes, meu Jorge, tudo passou, e eu agora não soffro senão a fadiga que succede a tôdas as grandes febres nervosas. Mas que foi? — perguntarás tu. A coisa mais simples dêste mundo, meu pobre amigo. Os desastres são sempre duma simplicidade absurda. Ia morrendo por ter calçado uns sapatos de setim verde. Vê tu como uma desgraça tão grande pode caber dentro duns sapatinhos tão pequenos!

— Onze. Quero que tu saibas tudo. Não te zangas comigo, pois não? Tu bem dizes que eu sou tôda nervos, que um nada me excita, me perturba, me adocece. Lembras-te daquela senhora muito distinta, mulher do engenheiro italiano que mora perto da nossa casa? Depois que tu partiste para Inglaterra fiquei tão só, tão desejosa de alguêm com quem conversar, com quem trocar impressões, que me aproximei mais dela, e hoje somos duas grandes, duas queridas amigas. O aniversário do casamento da Bettina coincidiu êste ano com a segunda-feira gorda, e ela, para se distraír um pouco—tu bem sabes, meu Jorge, que os Estoris no inverno são o Père-Lachaise— lembrou-se de receber mascaradas as pessoas mais íntimas, e insistiu muito comigo para que eu não deixasse de ir à sua festa. A princípio disse-lhe que não, que não queria assistir a divertimentos enquanto tu estivesses longe, que não deixava o nosso filhinho de noite só com as criadas—se tu visses como está lindo o nosso filho, muito côr de rosa, com os olhos maiores, e loiro, loiro, loiro!—mas a Bettina pediu, exigiu, teimou, que tu não te zangavas, que as nossas casas ficavam a dois passos, que era só atravessar a linha férrea, que as criadas chamavam ao telefone se o pequenino acordasse, e eu, a pensar em ti, sempre a pensar em ti, chamei duas costureiras para casa, copiei a aguarela da *Pierrette en vert*, que tu tens no teu escri-

tório, comprei umas meias verdes, mandei fazer uns lindos sapatinhos de setim verde, e ontem à noite, tôda de verde dos pés à cabeça como a figurinha de Wilette, muito contente, muito risonha, muito feliz, a lembrar-me de que tu havias de gostar de me ver tão bonita, — pus ao pescoço as minhas pérolas, beijei o meu filhinho que dormia, atirei uma capa pelos ombros — e fui. Não imaginas como eu estive bem, distraída, alegre, e como a Bettina estava interessante — *povera piccina mia!* — com muitos brilhantes, muita pena de não ser loira e muitos ciúmes duma *misress Reynolds*, bastante *middle class*, que andava pelas salas a pendurar-se-lhe no marido e a falar nos pavões do seu jardim de Carcavelos. A graça que estas inglesas acham aos maridos de tôda a gente, — e como eu me senti inquieta, como eu sofri também, meu Jorge, pensando nas várias *mistress Reynolds*, nas várias *miss Cosmo* que hão-de querer debruçar-se sôbre os teus lindos olhos pretos! Passava da meia noite e eu já tinha dançado muito, quando tocaram ao telefone. Era a criada a dizer-me que o pequenito tinha acordado e estava a chorar por mim. Aflita, desnorteada, pus a capa, não me despedi de ninguém, e como queria vir depressa — não imaginas que escuridão de noite! — em vez de dar a volta pela passagem de nível, cortei a direito para atravessar a linha férrea na altura da nossa casa. Uma imprudência, pois

não é verdade? Se foi, meu Jorge! Eu não via nada diante de mim. Ia cega, a tremer, a tropeçar no caminho. Porque choraria o meu filho? Como era possível que eu o tivesse deixado, que eu o tivesse abandonado às criadas, que eu o tivesse trocado por um baile, — o pobre inocente! Um vento húmido batia-me na cara, desgrenhava-me os cabelos, e, no silêncio da noite, o mar parecia rugir muito perto, cada vez mais perto de mim. Ia a atravessar a linha, sôbre o cascalho que me fugia e resvalava debaixo dos pés, quando um dos tacões Luís xv dos meus sapatos de setim verde, finos como juncos, se me prendeu entre uma pedra e o ferro do *rail*, — precisamente no momento em que, na escuridão, caminhando para mim, aparecia o farol vermelho dum combóio. Que instantes de angústia, meu adorado Jorge, — tão horríveis, que se eu não endoideci de pavor é porque já não endoideço! Quis libertar-me, numa aflição. Não pude. Estava presa, fixada, agarrada aos *rails*, — e via, e sentia o combóio avançar, implacavelmente, ao meu encontro. Debatí-me ainda num esforço supremo, gritei, caí de-bruços, levantei-me com a bôca a saber-me a sangue, quis arrancar-me daquela prisão com tôdas as energias do desespero. Inútil. Parecia que um grilhão de ferro me fixava à linha. A locomotiva negra, uivando, resfolegando, vinha já sôbre mim, — quando Deus, não foi senão Deus e o meu fi-

lhinho, me permitiu um lampejo de serenidade bastante para compreender que podia libertar-me desaperlando a presilha do sapato. Como a felicidade e a vida, meu amigo, podem depender de uma coisa tão simples! Dois, três segundos depois, eu fugia como doida, descalça pelas pedras, e o combóio passava sôbre o meu pobre, sôbre o meu frágil sapatinho de setim verde, — que me ia matando, que eu sacrificuei para me salvar, e que me ficava tão bem, meu querido Jorge!

Não, meu grande, meu adorado amigo, eu não podia morrer, porque te quero muito, porque adoro o meu filhinho, porque tu não tardas, porque sou muito feliz, — e porque a morte não deve levar senão quem é desgraçado, pois não é verdade, meu amor?

Tua, muito tua, — *Lena*.

MARIA ROSA

O meu amigo Baltasar tinha acabado de chegar de Viana do Castelo.

— Então, o assunto que me prometeste? — gritei-lhe, quando êle me caiu nos braços, loiro, satisfeito, formidável, cheio de embrulhos, de malas, de felicidade e de poeira.

— Vem aqui dentro!

— Não te esqueceste?

— Não me esqueci.

Acompanhei-o ao hotel. Um quarto de hora depois, eu tinha nas mãos um pedaço de papel velho, roto, manchado de humidade e de bolôr, ainda com vestígios do antigo aparo doirado, e com a dedada vermelha duma obreira a sangrar a um canto. Era uma carta. Vi a assinatura: *Rosa Maria*. Vi a data: 3 de abril de 1811.

— Mas que interesse tem isto?

— Lê, — respondeu-me o meu amigo Balla-

sar, enterrado numa poltrona, acendendo um dos seus horríveis cigarros ingleses. Mas quando eu ia principiar a lêr, deteve-me. Queria que eu conhecesse primeiro as condições em que êsse documento fôra encontrado. Eram — dizia êle — a chave da história. Como eu sabia já, Baltasar comprara, nos arredores de Viana do Castelo, um vélho solar outrora pertencente aos morgados de ***, senhores do couto de Soeiro e da comenda de Santa Maria de Airão, cujas filhas, por mercê de el-rei D. João v, tinham almofada no Paço. O meu amigo não se atrevêra a bolir na casa, onde os tetos de madeira em caixotões, com pinturas do século xvii e rosetas doiradas no cruzamento das molduras, eram os mais ricos de todo o Minho solarengo; mas julgara de bom conselho abater o portão da quinta, que ameaçava ruína, porque a paideira fendida não aguentava já o pêso da pedra de armas. Assim se fez. Quando os pedreiros apeavam um oratório com o painel do Santo Cristo, encastrado no muro à altura da imposta, encontraram uma carta metida entre a armação de madeira e o modilhão de pedra do nicho, tão cheia de bolôr e comida do pó, que parecia desfazer-se quando lhe tocavam. O meu amigo Baltasar limpou-a ao de leve, e, numa mancha negra de humidade, leu: *Ao sr. Rúi Manuel de Napoles e Bourbon*. A pessoa a quem era destinada não chegara a abri-la. Estava ali havia cento e seis anos. Era a carta que eu tinha agora nas mãos.

— Vais ver que admirável documento duma paixão e duma época! — concluiu o meu amigo, gravemente, enquanto o criado nos trazia o chá.

A carta dizia assim:

«Meu Rui do meu coração. — Pela alma da tua mãesinha te peço que não venhas esta noite. O escudeiro preto a quem tu retalhaste a cara com o chicote, viu-te ontem saltar da janela do meu quarto. Meu pai já sabe tudo. Mandou-me hoje por Frei Joaquim um papel para eu pôr o meu nome, que cuido que é para o senhor Arcebispo, e deu ordem às criadas para terem prontas àmanhã, ao nascer do sol, as arcas da minha roupa. Não sei que vão fazer de mim, meu amor da minha alma. Não sei para onde me levam, nem se tornarei a ver-te mais neste mundo. A Dorotea disse-me agora, a tremer de mêdo, que os criados estão lá em baixo, na adega, aperando os arcabuzes, e que meu pai prometeu ao Bento, que anda com a liteira, tôda a várzea vé-lha de Francemil e um saco de moedas, se te matasse. Ele é homem ruim, e capaz de tudo. Não voltes, pela tua salvação, meu Rui. Suplico-te, de mãos postas. Não voltes mais a esta casa, que te matam. Estou a escrever-te de joelhos, diante do oratório do meu quarto, e a ouvir os gritos de minha mãe, que me amaldiçôa. Não tenho outra maneira de avisar-te, amor do meu coração. Nossa Senhora queira, na sua in-

finita misericórdia, que não te esqueças, antes da noite fechada, de mandar buscar esta carta ao lugar do costume. A Dorotea, que me criou e que toda a manhã tem chorado comigo, diz-me que a tua vida não está segura em Viana, que devias atar dois baús, armar quatro criados com bons bacamartes nos arções e seguir jornada para o Pôrto. Se fores, Deus te acompanhe, meu desgraçado amigo, que não sei que pecado fiz em querer-te tanto. E não te compadeças da sorte da tua pobre Rosa, que há-de ser sempre feliz enquanto Deus lhe der a consolação de poder sofrer e chorar por ti. — 3 de abril de 1811. — *Rosa Maria.*»

— Lêste ?

— Li, — respondi eu, com os olhos embaciados de lágrimas. — Rui Manuel, por conseguinte, não chegou a receber esta carta...

— Não a recebeu. Por isso eu fui encontrar nos livros de óbitos de Santa Maria de ***, no mesmo dia 3 de abril de 1811, o registo da morte de um Rui Manuel de Nápoles e Bourbon, com esta nota lançada à margem pelo abade: «morto à falsa fé, duma arcabuzada que lhe deram».

— E Rosa Maria ?

— Consta dos livros do noviciado do mosteiro de Sant'Ana, de Viana do Castelo, que dois dias depois, 5 de abril, vestia o hábito da aprovação na religião de S. Bento sóror Rosa Maria

Jácome de Amorim Pereira, com dote de dois mil cruzados e um carro de trigo.

— Naturalmente, chegou-lhe para o que havia de viver, — disse eu.

— Não. Não se morre de dôr, porque sóror Rosa, em 1843, vivia ainda.

O HOMEM DA MALHA BRANCA

Quando ontem fui ao cemitério cumprir um dever de piedade, encontrei M.^{lle} X. Vinha tôda vestida de preto, os olhos vermelhos de chorar, os seus admiráveis cabelos loiros envolvidos em crépes. Fez-me impressão. Tinha-a conhecido havia oito anos, quando ela se estreara em Lisboa como artista de circo, e aproximara-me dela, mais tarde, a sua funesta ligação com um amigo meu. Atravessei, para lhe falar, a alameda descoberta de sol. Disse-me, vagamente, que tinha vindo acompanhar um morto querido. A sua voz tremia. A sua palidez assustou-me. Cambaleou. Deu-me, por um momento, a impressão de que ia perder os sentidos. Pouco a pouco, reanimou-se, teve uma crise de choro, pediu-me que a acompanhasse até à carruagem. Ofereci-lhe o meu automóvel. Aceitou. Instantes depois, seguíamos ambos no *Renault* que me trouxera, —

eu pensando na impressão profunda que, ainda mesmo nos homens mais insensíveis, produzem as lágrimas duma mulher bonita, ela de olhos fechados, com a cabeça pousada no meu ombro, cheirando, de vez em quando, a rôlha doirada do mais precioso frasco de sais que tem ajudado uma mulher a chorar ao pé de mim.

Foi então que essa criança grande, que é M.^{elle} X, me contou a singular história que a tinha trazido, naquela manhã luminosa de setembro, ao cemitério do Alto de S. João. Emquanto a ouvi, lembrei-me vinte vezes de Óscar Wilde e do seu elegante culto do inverosímil. A realidade atinge, às vezes, uma tão viva expressão de absurdo, — que seria permitido, sobretudo tratando-se de mulheres, duvidar da própria evidência. O caso de M.^{elle} X, como ela mo contou, é realmente, duma grande singularidade. Um belo dia, começou a persegui-la um homem. Aparecia-lhe em tôda a parte, nas ruas, nos combóios, no teatro. Era um rapaz novo, trinta e tantos anos, sêco, ruivo, elegante, viril, com uns olhos pardos pequenos, uma fisionomia inquietante, um impassível ar de fim de raça, e, o que o tornava mais estranho ainda, uma grande malha branca nos cabelos, crua, viva, como uma pincelada de cal. E' às vezes difícil saber por que razão certos tipos aberrantes de homem interessam tão vivamente as mulheres. Perante a insistência da perseguição, M.^{elle} X sorriu, in-

dignou-se, acabou por se perturbar, — e certa noite de Carnaval, às três horas da madrugada, a sua porta abriu-se a um homem que ela não sabia quem era, para se fechar, duas horas depois, sôbre um amante que ela continuava a não saber quem fôsse. Na noite seguinte, o desconhecido voltou. Depois de duas horas de volúpia e de silêncio, M.^{elle} X quis saber-lhe o nome. Êle fitou-a com estranheza, percorreu com os seus pequenos olhos côr de aço e côr de água o corpo dessa mulher tonta de mistério, de comoção e de perfume, e depois de a fitar, de a analisar, de a perscrutar, perguntou-lhe, com uma frieza glacial, o que poderia interessá-la o facto, absolutamente indiferente, de êle se chamar José, João ou António. A princípio, M.^{elle} X considerou a sua aventura como um desvario passageiro com um homem que poderia ter conveniência em ocultar o seu nome. Em breve, porém, essa reserva obstinada começou a vexá-la, como um ultraje. Tinha, evidentemente, o direito de saber quem era o intruso que recebia na intimidade da sua alcova, e, o que era pior, na intimidade do seu sentimento. Procurou, inquiriu, deu sinais: ninguém o conhecia. Uma noite, durante o sono, revolveu-lhe as algibeiras da casaca e da peliça: na carteira, sem monograma, havia apenas dinheiro. Nem um bilhete, nem um papel, nem uma indicação. Tentou subornar o *chauffeur* que costumava trazê-lo e levá-lo. Inútil.

Ninguém sabia quem êle era. Um freguês desconhecido, como tantos outros, que tomava o automóvel na praça, e que descia na mesma praça onde o tomara. M.^{elle} X, desorientada, pensou em segui-lo, em espiá-lo. Teve ainda duas noites uma *limousine*, com as lanternas apagadas, emboscada no portão do jardim. Na primeira, demorou-se a enfiar a capa, e o carro perseguido afastou-se, numa nuvem de poeira. Na segunda, meteu-se quási nua no automóvel, — mas a meio do caminho uma câmara de ar rebentou, esteve meia hora ao frio nas avenidas-novas, e voltou rouca, nervosa, excitada, doente. Era preciso resolver, decidir, — cortar. Ou êsse homem quebrava o seu incógnito — ou não voltava mais. Na noite seguinte quando êle veio, M.^{elle} X não teve coragem para lhe dizer uma só palavra, e deixou-se beijar em silêncio e em êxtase. Acabava de compreender, com pavor, que aquele desconhecido era já alguêm para a sua alma. Dalí por diante, as suas relações com o «homem da malha branca» começaram a parecer-lhe, se não tranquilizadoras, ao menos suportáveis. Sem deixar de examinar-lhe sempre, com uma curiosidade doentia, as mãos, os anéis, a roupa, foi-se habituando pouco a pouco àquela situação, e acabou, tácitamente, por aceitá-la. Já, no fundo do seu espírito romanesco, achava possível, quási natural, amar até à loucura um homem — sem saber quem êle fôsse. Chegava a

encontrar nessa ideia uma vaga e perturbadora volúpia. Por fim, já ela própria era interessada em prolongar uma situação que a princípio lhe parecera ofensiva da sua dignidade de mulher, e que lhe revelara afinal, a ela, fatigada de emoções, a mais absorvente e a mais profunda de tôdas as sensualidades — a sensualidade do mistério. Duraram alguns meses, no mesmo pé de ingógnito, as relações de M.^{elle} X com aquele homem extraordinário. Um dia, a antiga *ecuyère* achou-lhe na algibeira um revólver. Gritou, empalideceu, olhou-o. Ele, serenamente, sorriu, voltou a guardar a arma cujo punho de prata scintilava como uma jóia, e afundou-se num *couch-corner*, a lêr jornais. Passaram-se dois ou três minutos. De repente, M.^{elle} X, que compunha os cabelos ao espelho, ouviu um tiro. Correu, como doida. O «homem da malha branca» tinha a cabeça levemente inclinada sôbre o sofá, e um fio de sangue escorria-lhe pela face crispada. Estava morto. O mesmo automóvel que o trouxera, conduziu-o ao hospital e à *morgue*.

— Foi êsse morto querido que eu vim enterrar hoje... — concluiu chorando M.^{elle} X, quando o *Renault* lhe parava já à porta de casa, o frasco de sais abandonado no regaço, os crépes fluando à aragem em volta dos seus maravilhosos cabelos côr de fogo.

— E, afinal, quem era êle? — perguntei, ajudando-a a descer.

M.^{elle} X olhou-me, amparou-se ao meu braço, e enquanto as lágrimas lhe borbulhavam dos olhos, respondeu, num soluço:

— Não sei...

MOCIDADE

Entre 'os papeis dum pobre amigo morto, verdadeiras *Confessions d'un enfant du siècle*, encontrei esta sentida página:

Ao chegar a Lisboa, depois de vinte anos de ausência em New-York, tôdas as memórias da minha mocidade distante se avivaram. Senti em tudo, no sol, nas coisas, na luz que me envolvia, no ar que respirava, a ilusão radiosa e perturbadora do passado. Atravessei, quási como um estranho, a cidade que assistira às primeiras emoções da minha juventude. Não houve um recanto, um aspecto, que não tivessem para mim o sentido duma recordação. Nunca julguei que possuísse tão viva a memória do sentimento. Vélhos affectos, antigas lembranças, paixões dum instante e loucuras de tôda a vida, vagas reminiscências de sensações, imagens fugitivas de

mulheres, tudo reapareceu no meu espírito com tanta nitidez — os meus trinta anos, a minha mocidade inteira! — que até a música das vozes, o ritmo dos gestos, a alma dos perfumes acordou para a ilusão transitória da minha saúde. Sorri, recordei, pensei. Como a existência parece longa aos que sofreram e amaram muito!

Entre as recordações que o meu regresso avivou, uma houve mais íntima, mais intensa, mais dolorosamente apaixonada do que tôdas as outras. E' bem certo que na vida de cada homem, por muitas mulheres que passem, apenas fica a memória duma mulher. Tôdas se esvaem como sombras voluptuosas; uma só continua, até à morte, no nosso coração. Senti-o bem, quando, apenas chegado a Lisboa, pensei na pequenina casa da Ameixoeira, pobre mancha côr de rosa entre parreirais doirados, onde, três anos antes da minha partida para a América, escondi tremendo, cantando, chorando de felicidade, o maior amor, o único amor de tôda a minha vida. Existiria ainda essa casa, outrora tão cheia do riso dela, da voz dela, do perfume dela, — ou teria desaparecido já na voragem do tempo, como ela própria desaparecera? Quem moraria agora, vinte anos passados, no ninho de amor onde eu ia esperá-la, de oito em oito dias, e onde tudo parecia resplandecer, sorrir, palpitar, cantar, quando assomava ao longe, numa labareda de sol, o clarão da sua sombrinha vermelha? Todos

nós, sentimentais, temos, mais ou menos, a volúpia do sofrimento. Eu sabia, de ante-mão, que não podia tornar a ver essa casa sem me sensibilizar até às lágrimas. E uma bela manhã, talvez por isso mesmo, fui vê-la. Como eu subia noutro tempo aquela ladeira íngreme da Ameixoeira, desde o vélho solar alpendrado dos marqueses de Anjeja até ao cruzeiro humilde que abre os seus braços de pedra, lá cima, debruçado sôbre o vale viçoso de Odivelas! E agora, vinte anos depois, quando já a mocidade me não sorria e nenhuns lábios de mulher me esperavam, — como eu a subi lentamente, penosamente, sob a névoa triste dos meus cabelos brancos! O coração bateu-me apressado. As lágrimas embaciaram-me os olhos. Lá estava, ao alto do córrego, numa vaga poeira de sol, a pobre casinha côr de rosa que fôra, na profunda expressão das coisas inanimadas, o pequenino abrigo de um sentimento eterno. Aproximei-me para ver melhor, para a acariciar, para a sentir. Umbras negras moviam-se à porta. Uma carreta negra esperava na volta da estrada. Ouvei um chôro convulso. As pernas vacilaram-me. Amparei-me ao muro para não cair. Da casa que eu enchêra com o maior amor da minha vida, saía um caixão. Chorei em silêncio.

Tinha vindo assistir ao entêrro da minha própria mocidade.»

SAIAS DE BALÃO

—Que saúdaes eu tenho das mulheres do meu tempo!— dizia-me o meu amigo D. Alexandre de Sousa, num dos últimos chás mundanos do Hotel Central, vendo passar na varanda dourada pelo sol da tarde uma revoada fresca de raparigas.

—Você está convencido de que eram mais interessantes do que as de hoje?

—Eram, com certeza, muito mais graciosas, muito mais femininas, — muito mais mulheres. Quando vejo o desembaraço viril das raparigas de agora, que jogam o *tennis* e cruzam a perna como rapazes, sinto — palavra de honra! — a nostalgia da saia de balão. Eu bem sei que os vólhos, quando se voltam para o passado, vêem tudo com os olhos dos vinte anos. Mas você, se tivesse conhecido as raparigas do meu tempo, 1858, 1860, com os seus camafeus, as suas capo-

tas de palha de Itália, os seus grandes vestidos de tarlatana côr de rosa e a sua encantadora timidez de *petites vertus*. — havia de pensar como eu. Eu não sei se estas coisas teem mudado, e se vocês, homens novos, preferem a voluptuosidade da audácia à profunda e perturbadora voluptuosidade da candura. Para mim, e para os da vé-lha guarda, como eu, o encanto supremo da mulher está ainda na modéstia, na ingenuidade, no pudor, na graça tímida, na ignorância discreta, e — quer que lhe diga? — naquele delicioso grãosinho de estupidez a que nós outros, românticos, chamamos inocência. Não sei se você já reparou que não são as mulheres muito inteligentes que despertam as maiores paixões. A inteligência tem qualquer coisa de ágil, de másculo, de irritante, — que repele a sensualidade misteriosa de homem. Não conheço encanto superior ao de uma mulher que está calada, — e não sei que escritor inglês afirmou que não havia voluptuosidade comparável à do silêncio. A simplicidade de espírito das raparigas do meu tempo, que tão interessantes as tornou, foi, sobretudo, um produto de educação, uma obra carinhosa da família. Conheci algumas que amaram, casaram, tiveram filhos, e envelheceram em plena inocência como grandes bébés de cabelos brancos. As tendências da nossa educação sentimental levaram-nos, deslumbrados de candura, a considerar a ignorância da mulher tão bela como a

sua fraqueza, e o certo é, meu amigo, que todos nós fizemos dessa ignorância um poema. Há pequenos episódios enternecedores da minha mocidade, que nunca mais me esqueceram, e que dão a impressão exacta do que foi, em 1860, como tipo de ingenuidade e de graça, essa deliciosa boneca de saias de balão, que andava aos pulinhos, que adorava os topázios, que mordida a ponta do lenço, que punha os olhos no chão, que pedia licença aos pais para sorrir, e que sabia esconder, com a hipocrisia mais angélica, as revelações do seu instinto e os sentimentos do seu coração. Vou contar-lhe um desses casos, — que dava uma graciosa aguarela. Você já não conheceu o meu tio Marquês, mas ouviu, de-certo, falar muito dêle. Era um vélho fidalgo, ainda galanteador e homem de sala aos setenta anos, que fazia o prodígio de conservar, numa idade em que nós outros, *viveurs*, não somos senão umas pobres faianças quebradas, a frescura, a vivacidade, a scintilação de espírito dum rapaz. Andam na memória de tôda a gente os seus ditos felizes, as suas pitorescas invenções, as suas anedotas um pouco pueris, que, como Barbey dizia de Lord Seymour, davam às vezes a impressão de que estávamos diante de uma grande criança. Um dia, aí pelo verão de 1859, meu tio Marquês, que recebia habitualmente na sua casa de Lisboa a melhor sociedade do tempo, lembrou-se de oferecer uma merenda no vélho solar

do Lumiar, um casarão do século XVIII, notável pelos seus azulejos do Rato, pelas suas teias de aranha, pelas carrancas dos seus modilhões e por um ou dois admiráveis tetos pintados por Pedro Alexandrino. Passou-se a tarde no jardim. À noite acenderam-se tôdas as serpentinas de prata mareada que se encontraram nas arcas, e as senhoras reuniram-se na sala grande, onde se havia de servir o caldo de galinha da merenda em tigelas velhas da Índia. Ainda me recordo como se fôsse hoje — tinha então dezasseis anos — da impressão que produziu em mim êsse salão profundo, todo guarnecido à volta de pesadas cadeiras D. João V, onde se sentavam imóveis, silenciosas, de olhos baixos, alinhadas como freiras no côro, sessenta ou setenta senhoras ainda novas, pojando os seus enormes balões de pekin verde, de *moirée* Ninon, de *camaïeux d'eté*, de tarlatana côr de rosa, donde pendiam como badalos de sino — as cadeiras eram altas — cento e vinte, cento e quarenta pésinhos calçados de duraque preto. A secretária da legação da Áustria cantou a *Gazza Ladra*; Bulhão Pato recitou ao piano. A certa altura, meu tio, que brincava sempre, levantou-se, e de pé no meio da casa — estou a ver-lhe a face rapada, a sobrecasaca azul, as mãos finas — preveniu as senhoras de que uma das cadeiras daquele salão, não se sabia ao certo qual, possuía a singular propriedade de obrigar a pessoa que nela se sentava a dizer o

que não queria e a revelar, involuntariamente, os mais íntimos segredos da sua alma. Elas a princípio sorriram, fizeram boquinhas de espanto «ah!», «oh!»; mas depois começaram a olhar desconfiadas umas para as outras, a còrar, a morder o beiço, a levantar-se, a sair à formiga, — e o certo é, meu amigo, que, quando os criados entraram para servir a merenda, já não estava na sala nem uma. Ingenuidade, simplicidade de espírito, defeito de educação, — o que você quiser. O que lhe afirmo é que, no meio das raparigas viris de hoje, que falam em calão, trazem a saia pelo joelho e não teem mêdo de nada, começo a sentir a melancólica saúdade das mulheres do meu tempo, pobres bonequinhas tímidas de há cincoenta anos, que còravam, balbuciam, sorriam, fugiam com mêdo diante duma cadeira — mas que souberam dar-nos na vida a consoladora ilusão da candura, da felicidade e do amor.

O CRIME

A estrada corria, cortando uns montados e bouças floridas de mato excomungado. Na volta, lá baixo, de encontro a uma lomba de pinhal manso, copado de sombras, uma casa faíscou como uma pincelada branca ao sol.

— Vês aquela casa? — perguntou-me o meu amigo, cujas largas mãos de héracles, enluvasdas de lã cinzenta, manejavam como um brinquedo o volante do automóvel.

— Aquela casa branca?

— E' o casal dos Cabeços. Repara, quando passarmos por lá. Tem a sua história.

— Um cunhal de armas?

— Não. Um crime.

Daí a cinco minutos, o nosso admirável *Brazier* passava diante duma terrêa vèlha de quatro paredes caiadas, com o seu telhado duma só água, três cachorros de pedra a aguentarem uma par-

reira sôbre a porta, e a sua chaminé estremenha com chapéu de duas telhas mouriscas juntas pelos topos no gesto cristão duma prece. Tinha à mão direita uma lindada viçosa de hortaliças; fumegava-lhe à porta uma testeirada de estêrco, onde fossavam os cães e onde os moscões scintilavam ao sol, como diamantes; e nas costas, empinada até entestar ao alto no pinhal, uma lomba de monte galgava, hirsuta, sangrenta, doirada de vinhedos.

— E' esta a casa, — indicou o meu amigo, num geito de cabeça.

E enquanto, duma moita rasa de mato queiró, duas perdizes assustadas levantavam vôo, disse-me, parando o automóvel um instante para acender o cigarro:

— Mataram aqui um homem.

— Quem ?

— Já te conto.

O mato rescendia. O sol queimava, como uma labareda. A flor rôxa das torgas montesinhas dava a impressão de môsto a escorrer na terra escaldada. O meu amigo, rápidamente, sacudidamente, como se se comunicasse às suas palavras a vertigem da marcha, contou-me o que fôra, na sua bárbara simplicidade, o crime do casal dos Cabeços.

— Há seis meses morava aqui um homem que tinha sido caseiro de meu pai. Era o João Maria. Cincoenta anos, boi de trabalho, homem são, ca-

çador como um perdigueiro, valente como as armas. Coalhou umas moedas na arca, arrendou este bocado de terra, e casou com uma rapariga do lugar de Negros, a Rosária, que podia ser filha dêle. Um dia, vieram ahi trabalhar no casal de cima uns malteses. Era uma jolda dêles, mal encarados, com um manageiro pior que êles todos. — o Filipe. Dali por diante, o João Maria começou a estranhar a mulher. Achava-a triste. O que era, o que não era. — até que duma vez o manageiro, encontrando-o numa volta da estrada, deu um salto ao largo e meteu a mão à cinta. Quem mal não usa, mal não cuida. O João Maria seguiu seu caminho, e à noite, quando falou à mulher no Filipe, viu-a mudar de côr, o suor es-correr-lhe em baga pela testa, amparar-se a um mocho de cerdeira para não cair no chão, — e ficou a olhar para ela, de olhos esbogalhados, sem entender nada. Nessa noite, o pobre homem não dormiu. Na manhã seguinte, carregou a clavina, aperrou-a, meteu-a no vão da porta com o chumbeiro e o polvorinho de chifre, beijou a mulher, disse-lhe que depois do trabalho ia à vila, que não o esperasse até à noite, atirou a enxada ao ombro, — e abalou. Ainda não era noite fechada, estava de volta. Logo que deitou mão ao ferrolho da porta, ouviu um grito, o rumor duma tigela que se estilhaça no ladrilho, — e a luz apagou-se. — «Quem está ahi?» — gritou êle. Sentiu o resfolegar dum homem; depois, o estoiro dum tiro,

que lhe chamuscou de raspão a camisa, sem lhe tocar. Tinham-lhe metido aos peitos a sua própria clavina, os canalhas. João Maria avançou: adivinhou um vulto a saltar-lhe na frente; viu faiscar-lhe ainda diante dos olhos o ferro duma navalha, — e, sereno, formidável, levantou nas duas mãos a enxada e abateu-a, dum golpe, na escuridão. Houve um ruído cavo; uma pastada quente, sangue ou lama, espirrou-lhe na cara; sentiu ainda a enxada arpoar em carne ou em farrapos; depois, o baque surdo dum corpo, um ronco de estertor, um grito, — e o silêncio. Recuou, até à porta; veio, a cambalear, para a estrada. Atrás dêle, gritando, saíu a mulher. Inútil. Ninguém a ouviria na charneca deserta. João Maria travou-lhe do braço, atirou-a para casa, ordenou-lhe: — «Acende a candeia!» Quando a luz crepitou, o cadáver do maltês Filipe apareceu debruços, com o crânio aberto, numa pôça de sangue. — «Mata-me! Mata-me a mim também!» — uivava a mulher, atirada sôbre uma arca. — «Não. O teu castigo é outro.» E logo, arremessando o capote, agarrando a enxada: — «Traz a candeia. Vamos enterrá-lo.» Enquanto ela alumia a tremer, varejada de soluços, João Maria abriu uma cova à porta da casa; obrigou a mulher a segurar o cadáver pelos pés, enquanto êle o aferava pelos ombros; deitou o corpo à terra, que se esboroava em torrões; cobriu-o, bem coberto, pá sôbre pá; forçou a Rosária, transida, a lavar

de rastos o sangue do manageiro, que empoçava nos tijolos do chão; trouxe a candeia, entrou, fechou a porta, — e sentado na cama, tranqüilamente, a carregar outra vez a clavina, preveniu: — «Se contas isto a alguém, meto-te na cova com êle». Depois, sereno, limpando as mãos, despindo o colete de saragoça:— «E agora, mulher, vamos dormir». Três dias depois, sem que se soubesse porquê, João Maria entregava-se à justiça.

UMA MULHER

Dizia-me duma vez um vélho padre, que eu conheci reitor numa freguesia sertaneja: — «Tô-das as mulheres juntas, meu amigo, não valem uma lágrima!» Engano. Quanta mulher por quem se morre! Quanta mulher por quem se chora!

Lembro-me ainda como se fôsse hoje. Um dia, há dez ou dôze anos, annunciou-se em Lisboa um leilão elegante. Uma das mais lindas mulheres do *demi-monde* da capital, chilena, que tinha a mania das pérolas e que mostrava tôdas as noites, numa frisa de S. Carlos, as suas admiráveis espáduas dignas de suportar os catorze filhos de Niobe, morrera, como Maria Duplessis, das consequências dum resfriamento, e deixara aos herdeiros, uma irmã e um sobrinho, todo o recheio da casa que lhe pusera o conde de ***; um dos seus adoradores, num primeiro andar da Avenida da Liberdade. Dizia-se que essa casa,

mobilada por artistas mandados vir de Paris, era um modelo de distinção e de bom gosto, o tipo do moderno lar de arte em França, com móveis de Maurice Dufrené, dum discreto intimismo, um surpreendente vitral de Carot, *d'après* Besnard, e a mais bela colecção de ferros forjados de Grasset e de Bracquemont — lâmpadas, lustres, fechos de porta — que poderia deslumbrar um amador de decorações modernas. Fui assistir ao leilão. Imensa gente, uma atmosfera de fumo, um calor asfixiante, uma luz doirada e quieta de meia-tarde. Tinha-se começado naquele momento o leilão do quarto-de-vestir. A voz rouca do pregoeiro gritava. Uma réstea de sol ia afagar três Amores côr de rosa que brincavam ao canto dum delicioso tapête de Jorrand. Havia no ar o vestígio, o espectro, a sombra dum perfume. Grupos de rapazes, de chapéu para a nuca, falavam alegremente da mortala, rindo, comentando, fumando. Uma inglesa grave, loira, míope, examinava ao pé de mim a marca dum guarda-jóias de Limoges. Três, quatro cabeças-de-pau, a barba por fazer, as mãos grosseiras e enormes, licitavam, picavam tudo. Procurei desinteressar-me da gente que me rodeava, para observar melhor aquele interior galante, que tão de perto conhecêra a perturbadora intimidade duma mulher. Era um Império Jallot, verde-malva e oiro, gracioso, delicado, ligeiro, onde tudo parecia evocar, na

macieza dos estofos, na alma luminosa dos espelhos, na voluptuosidade morna e crepitante das rendas, o corpo orgulhoso que vivêra, que respirara, que palpitara ali. Dir-se-ia que a profanação hedionda dum leilão não tinha tocado o mistério daquele pequeno templo. A graça feminina, penetrante e imortal, sobrevivera ao que nessa mulher tinha havido de esplêndido e de efêmero. Sentia-se ainda em tudo, num laço de fita em que ninguém tocara, num solitário onde morrera uma flor, o encanto, a espiritualidade das suas mãos, — dessas longas mãos mais grandiosas do que finas, que tantas vezes me haviam recordado as de Mona Lisa Gioconda. Enquanto o pregoeiro punha em praça um lote de meias de sêda, entre risos que eram uma afronta para o pudor dum cadáver, procurei reviver na memória, traço a traço, a figura dessa pobre chilena, o seu perfil aquilino e imperial, a sombra de melancolia que as longas pestanas projectavam sôbre a sua face duma palidez dourada, o seu corpo olímpico, a sua aparente frieza desdenhosa que numa célebre noite de S. Carlos me fizera repetir mentalmente a frase de Barbey de Aurevilly:— «*Ah! Le corps de cette femme était sa seule âme!*» Para mim, que a não tinha conhecido íntimamente, ela realizava o tipo glacial e enérgico das mulheres que todos desejam e que ninguém ama, que são volúpia e que não sabem ser coração, que si-

multâneamente atraem e repelem, apaixonam e desencantam, e que, vivendo da febre insaciável de amar, morrem sem ter conhecido, no bál-samo das lágrimas, a consolação e a doçura do verdadeiro amor. No orgulho da sua insensibilidade e da sua beleza — pensava eu — essa criatura, que despertara tantas paixões, tinha acabado sem um affecto. Lancei dolorosamente um último olhar a êsse templo de deusa morta. Ao alto, num teto delicado de Gustavo Jaulmes, revoavam pombas brancas. Retinieii sôbre uma credência a tampa duma caixa de prata. Passavam roupas, no ar, de mão em mão. Tôda a gente ria, conversava, como numa festa. Quando ia a retirar-me, retrocedi num movimento de irreprimível curiosidade. No corredor, junto do quarto-de-vestir, havia uma porta fechada. Abri-a. As surprêsas, que nós às vezes temos, pobres perscrutadores da alma humana, que quanto mais a estudam, menos a conhecem! Na meia-luz, de joelhos junto ao leito que fôra dessa mulher, dessa mesma mulher que eu julgava incapaz de ter despertado um sentimento profundo, um rapaz loiro, vestido de preto, com um lenço nos olhos, chorava convulsivamente.

M.ELLE NINI

As pessoas de casa tratam-na por *M.^{elle} Nini*. As visitas chamam-lhe, ceremoniosamente, *Senhora Marquesa*. Fez oito meses; põe a cabecinha à banda; tem uns olhos verde-oiro, muito redondos, como bolas de vidro, — e, não sei porquê, sempre que olho para ela, parece-me um desenho a lápis de Columbano. Quando brinca, — brinca doidamente, excessivamente, como uma criança que é. Quando dorme, — dorme em grandes atitudes, orgulhosa, satisfeita, magnífica. Se lhe bate o sol, não há rosas mais côr de rosa do que as suas pequeninas orelhas de búzio, onde treme, num sôpro, uma lanugem fina de prata. Se se volta, brincando, como uma grande borla de pó de arroz, — luzem-lhe os olhos como contas de oiro, cruza as mãos sapudas, o narizito arfa-lhe, inquieto, voluptuoso, interrogativo, parece que ri, e todo o

seu corpo se encrespa, numa penugem branca, como se em plena primavera tivesse nevado sobre uma flor. O seu organismo leve, nervoso, vibrátil, tem, ao mesmo tempo, o segrêdo dos movimentos vertiginosos e das imobilidades paradoxais. Tudo nela é ritmo, ondulação, mistério, sensualidade, encanto penetrante e graça feminina. Há expressões em que tôda ela se frauze, e se enruga, e parece que sorri. Há horas, atitudes, efeitos de luz, em que a sua adorável cabecinha dá a impressão de que a empouaram, e de que se debruça duma berlinda Luís xv, «*devant les trois marches de marbre rose*». Passo às vezes muito tempo a olhá-la, a observá-la, a segui-la. Tem, em todos os seus gestos, em todos os seus movimentos, a inconsciência duma criança e a volubilidade duma mulher. Pensa-se, vendo-a, no leque dum pavão branco, na transparência dum floco de neve, na rijeza elástica duma vara de metal. Não conhece meios termos: tôda ela é rapidez fulgurante ou lentidão desdenhosa; agressão ou carícia; garra ou pluma; fera ou flor. Naquele pequenino corpo que ondula, que se recurva, que se enrosca, vive, como um diabinho familiar, o génio da contradição. Quer o que ninguém quer, faz o que ninguém espera, pede o que não se lhe pode dar, — e ai de nós se não lhe satisfizemos todos os caprichos, tôdas as exigências. tôdas as vontades: a cabeça empoadada ergue-se, os olhos fuzilam como vidros de côres ao sol,

tôda ela treme, e vibra, e grita, e se levanta para nos bater, encrespada, ouriçada, um laço côr de rosa a abanar-lhe no pescoço, uma névoa de prata a envolvê-la como um fumo ligeiro, a crueldade da Eva eterna a entreabrir-lhe a bôca pequenina... Censuram M.^{elle} Nini porque ela brinca com uma bola. Ralham com M.^{elle} Nini porque ela mexe nas gavetas. E, entretanto, M.^{elle} Nini é sociável, M.^{elle} Nini é civilizada, M.^{elle} Nini recebe às quintas-feiras, M.^{elle} Nini gosta tanto de música, que é capaz de ouvir, sentada no tampo polido dum Pleyel, sem se mover, sem pestanejar, com a cabeça à banda, em êxtase como se olhasse um mosquito imóvel e luminoso, a *Cathedral engloutie*, de Debussy, ou a *Pavane pour une Infante defuncte*, de Ravel. Nunca viram aqueles bravos leões heráldicos que batalham, lampassados de vermelho e armados de oiro? Empoem-lhe a juba, escondam-lhe as unhas, — e aí teem M.^{elle} Nini quando brinca com a ponteira da minha bengala. Tufa como um ouriço branco, rebola como um gnomo satisfeito, os olhos scintilam-lhe, as orelhas rosadas estremezem, tem atitudes cândidas de mulher que mente, e há dois meses — já há dois meses que o seu guizo alegre tilinta pela casa! — um génio mau rasga-me os papeis, quebra-me as jarras, revolve-me os armários, arrepela-me os tapêtes, arranha-me as mãos...

Porque M.^{elle} Nini — esquecia-me de lhes dizer — é uma gatinha francesa.

A TOUCA DE RENDAS

Estávamos cinco solteirões à mesa da ceia. O mais vélho era D. Caitano de Noronha, irmão dos marqueses de ***, setenta anos de elegância e de distinção que faziam lembrar certos retratos *gant jaune* do conde Robert de Montesquiou; o mais novo era Mr. Clarks, de passagem em Lisboa, inglês ruivo, fino, sibarita, wildeano, que chegara do Transwal e ia convalescer da sua neurastenia entre os rododendros côr de rosa e os faisões côr de ouro dos jardins de Herfortshire. Conversou-se. Discutiuiu-se. Falou-se na lenda de egoismo e de insensibilidade que envolve todos os homens solteiros. E enquanto Mr. Clarks sorvia voluptuosamente o seu Pôrto, que scintillava no cálice como uma grande pedra preciosa, D. Caitano de Noronha sorriu, recostou-se na cadeira, puxou os punhos como fazia o marquês

de Resende antes de contar uma anedota, e, brincando com a fita do monóculo, disse-nos:

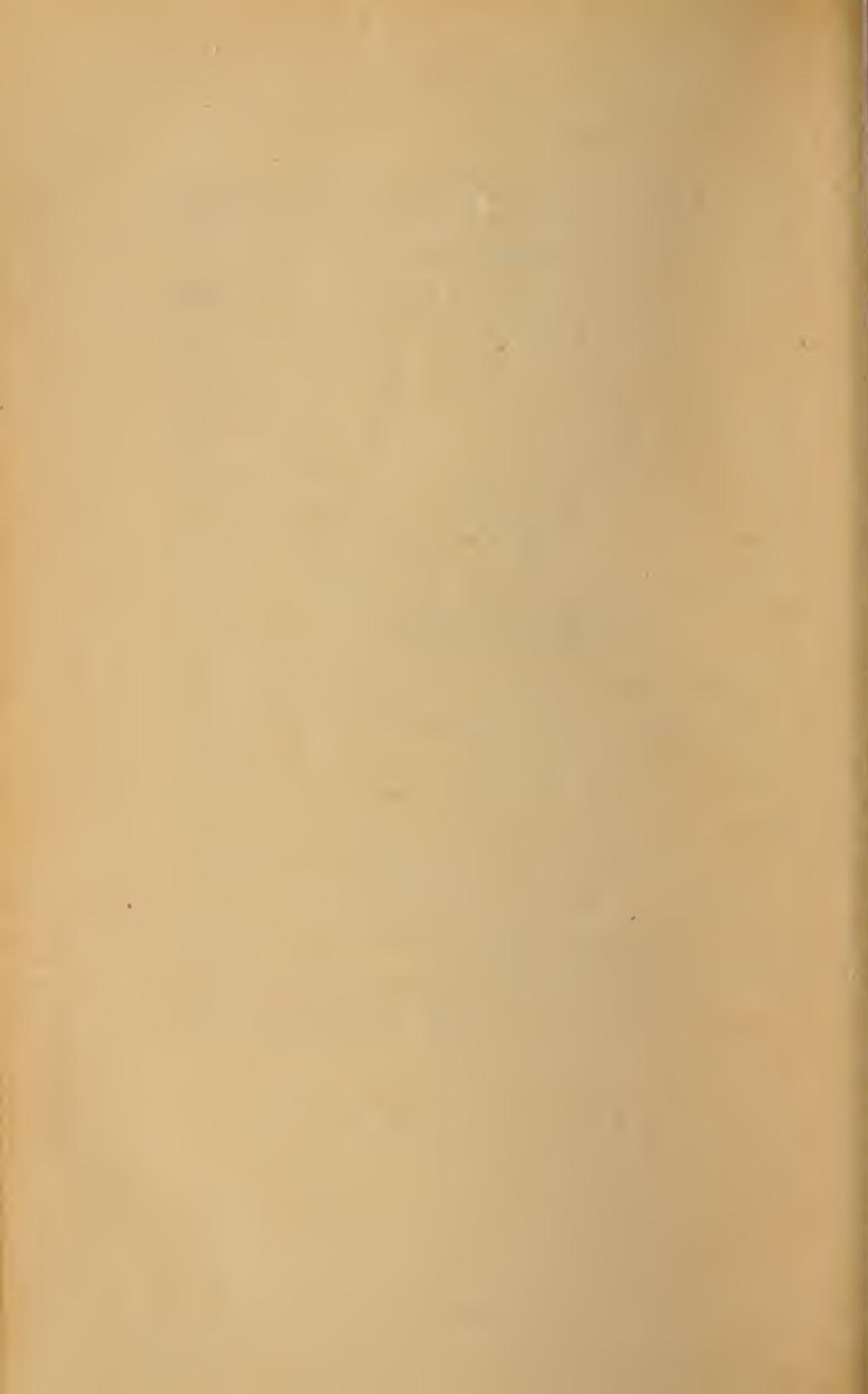
— Não. A lenda da nossa insensibilidade é uma *blague* inventada pelas mulheres. Pelo contrário, meus amigos, eu estou convencido de que todo o solteirão é fundamentalmente um sentimental. Pergunte-o cada um de nós cinco a si próprio. Foi porque amei muito tôdas as mulheres, que não pude resignar-me a adorar uma só. Foi porque a natureza nos fez pródigos de coração, que chegámos à velhice esquecidos de que não tínhamos um lar. Há na vida as formigas do amor: nós fomos as cigarras. Não enceleirámos para o inverno; não soubemos criar, em volta de nós, os affectos tranqüilos que sobrevivem às paixões da juventude: mas com que entusiasmo, com que ternura, com que sentimento, com que comoção a cigarra doirada da nossa mocidade cantou a volúpia eterna de viver e a glória imortal de amar! O solteirão não será — ai de nós! — um apaixonado fiel; mas, mesmo quando é um inglês fleumático como Mr. Clarks, é sempre um coração sensível. Vou contar-lhes uma história de há um século, que ouvi a minha tia-avó, a senhora condessa viúva de Paço de Sousa. E' a história enternecedora de três velhos solteirões. Não me lembro dela, que me não passe na alma a névoa dum sorriso e duma lágrima. A senhora condessa, que tinha dezoito anos quando se casou, recebia no seu solar a par

de S. Tomé— parece que estou a ver as grandes salas armadas de gorgorão amarelo, as cómodas de laca e bronze, as estampas de Cochim e de Lebas pelas paredes!— três vélhos fidalgos, que eram o seu confessor, D. António Rafael de Castro, principal da Igreja Patriarcal; o seu padrinho, general D. José de Melo César de Meneses, ferido três vezes em Smolensko, em Moscow, em Wagram; e o seu tutor, D. Alexandre, irmão do marquês de Penalva, um vélho do antigo regímen, cabeleira de rabicho e sapatos de fivela, que não apertava a mão a ninguém com mêdo de se sujar, e que não assistia a um baile sem trazer atrás de si um criado ajoujado com uma bacia de prata, um gomil de água-às-mãos e uma toalha de rendas. Nenhum dêles tinha chegado a casar-se, — Monsenhor porque era padre, o general porque nunca pensara a sério senão em roubar bailarinas como Junot e em atirar à pistola como o duque de Lafões, e o Penalva — dizia, sorrindo, o senhor Patriarca — para não ter de apertar a mão à noiva debaixo da estola do padre. Solteirões impenitentes, o sorriso dêles, a menina dos seus olhos era tanto a joven condessa sua pupila, que não se passava um dia, mesmo depois de casada, que não fôessem vê-la, beijar-lhe a mão, levar-lhe presentes, músicas, cuvilhetes de doce, ramos de flores, e que não repetissem às visitas, ao marido, à mãe, apontando a sua figurinha ligeira que

se perdia entre as credências doiradas como uma nuvem de musselina branca:— «Verdadeiramente, os pais desta menina somos nós». E não há dúvida de que o eram, —senão pela natureza, ao menos pelo coração. Um belo dia, andados quatro meses depois do casamento, D. António Rafael de Castro, que tinha o mau hábito de mexer no açafate de costura das suas confessadas, encontrou no bofetinho da «menina condessa» (era assim que êle lhe chamava) uma pequenina touca de rendas. Como não havia crianças na casa, Monsenhor, por cujo espírito nem sequer passou a ideia de que poderia havê-las em breve, guardou a touca, considerou com os seus botões que aquilo «ou era pecado das criadas ou presente para o menino Jesus», e quando à noite, num côche do palácio da Regência, D. Alexandre Penalva e o General chegaram para o volta-rete, D. António Rafael de Castro apresentou-lhes, com a mais ingénua das solenidades, falando baixo, e sem se esquecer de cerrar primeiro as portas, aquele sôpro de rendas que, na sua opinião, «bem podia destinar-se, escandalosamente, a cobrir a cabeça dum recém-nascido». Os dois fidalgos atiraram-se para cima dum sofá a rir com gôsto da simplicidade do padre, e explicaram-lhe, com o respeito devido à sua dignidade de cônego vermelho, que, tendo-se feito um casamento havia quatro meses, não era demais que se fôsse pensando no enxo-

val para o baptizado. Monsenhor, que a principio embezerrara, acariciava, já risonho, a pequenina touca; Penalva, de espadim e rabicho, olhava-a, num enlêvo; o general sorria para ela amorosamente, como se, debaixo dessa névoa de rendas, palpitasse a polpa rosada duma face de criança. Por um instante, aqueles três solteirões, a quem Deus não dera a graça dum filho e cujos cabelos brancos não conheciam senão o lume do lar alheio, estremeceram no mesmo sentimento de comovida ternura. Essa pequena touca de rendas, se tivesse um dia passado na sua existência, teria sido para êles a felicidade. Tomaram-na nas mãos, agora um, logo outro; embalaram-na como se tivessem uma criança nos braços; viam já, na ilusão do seu embevecido carinho, um berço a arfar junto dêles; e — pobres de nós, solteirões, três vezes ingênuos e três vezes desgraçados! — quando, daí a um momento, pé ante pé, envolvida no nevoeiro branco do seu vestido de musselina da Índia, a senhora condessa minha tia-avó os foi surpreender na sala, os três vélhos, com os olhos marejados de lágrimas, choravam e sorriam em silêncio...

NA ARTE



OS DOIS RETRATOS

— Às 11 e meia ?

— Em ponto.

A hora combinada, António Carneiro chegou, com o seu chapéu velasqueano, o seu olhar tranqüilo, a sua sobrecasaca preta. Trazia debaixo do braço um cartão enorme. Ia começar o meu retrato.

— Maravilhosa luz !

Assentámo-nos ambos. Servia de cavalete ao admirável mestre da sanguínea, o espaldar duma velha cadeira D. José. Tomei, despreocupadamente, uma atitude habitual. Olhámo-nos, em silêncio. A luz, muito doirada, muito macia, muito doce, envolvia-nos, acariciava-nos, babava o riço vermelho dos móveis, espelhava nos silhares de azulejo de tapête, acendia-se em labaredas nos latões faiscantes do grande lampeão

do século XVIII, trazido, havia anos, dos cláustros de S. Vicente de Fóra. Durante cinco, dez minutos, António Carneiro, sem uma palavra, observou o modelo. O lápis rolava-lhe maquinalmente nas mãos. Os olhos, única expressão de vida na sua face imóvel, surpreendiam, perscrutavam, interrogavam, traço a traço, acidente a acidente, modelação a modelação, aquela fisionomia ainda imprecisa, ainda enigmática, que o seu génio de pintor ia revelar, interpretar, sentir. De repente, quando eu esboçava uma inesperada flexão de cabeça, o mestre sorriu, animou-se, deteve-me num gesto:

— Assim. Está bem.

O primeiro traço mordeu o papel. Senti-lhe a aspereza, a nitidez, a energia. O trabalho começou. Conversámos. Palavras vagas, distraídas, difíceis, costadas de falhas e de silêncios. Depois, recaídos na primitiva mudez, ficámos a observar-nos, mútuamente. Estava ali, diante de mim, simples, grave, modesto, apertado numa sobre-casaca preta com o ar sacerdotal duma batina, o pintor português que, depois de Columbano, melhor tem sabido surpreender expressões e desenhar almas. Fiquei absorvido a olhá-lo. A luz, mais metálica, mais violenta agora, marcava a largas pastadas de oiro tôda a modelação da sua calva socrática, um pouco ponteaguda no vértex como se a tivessem moldado por um casco grego de bronze, — e, fluida, scintilando, tre-

mendo, escorria-lhe pelos largos malares e pela barba grisalha, uma barba vaga, confusa, nevoenta, que lembrava o *Verlaine* de Carrière e fazia pensar em certos evangelistas do *Greco*. As vezes, em determinadas atitudes, sobretudo quando o olhar se fixava no modelo, a sua fisionomia espiritualizava-se, resplandecia, ganhava o ar profético de um *poppe* russo que conduzisse uma multidão em delírio. Depois, quando o olhar baixava, as feições endureciam, as rugas cavavam-se, e, através da névoa grisalha da barba, adivinhava-se uma bôca firme, um mento audacioso, uma maxila forte. A princípio, as incertezas do trabalho traduziam-se-lhe na expressão inquieta, na palidez ansiosa; mas, pouco a pouco, achado o traço decisivo, encontrado o equivalente psicológico do modelo, a serenidade voltou, as narinas dilataram-se, a face readquiriu a sua calma patriarcal, e as próprias mãos brancas, finas, nervosas, única nota feminina no seu tipo viril de fauno pensador, moviam já menos precipitadamente o esfuminho, leve como um cigarro, pequeno como uma jóia. Passaram-se duas horas. Ainda eu o observava, cheio de curiosidade, quando António Carneiro se levantou, sorrindo e mostrando-me o desenho terminado:

— Pronto.

Era uma obra-prima. Tínamo-nos retratado um ao outro.

OSÉ DE ALPOIM

Um amigo íntimo trouxe-me a triste notícia: Morreu Osé de Alpoim.

Não foi uma suprêsa. Aquela exuberante natureza de atleta estava minada das mais horríveis e cruciantes doenças. Uma aortite e uma neoplasia do mediastino. Duas sentenças de morte. Há muitos dias que vivia de costas no leito, sem abrir os olhos, imóvel, um saco de água quente sôbre o coração. Ontem foi unguido. Hoje, pouco depois da uma hora, a misericórdia de Deus tocou-o, e essa cabeça loira de titan, essa cabeça leonina que o clarão da mais nobre eloquência animara, resvalou para sempre na sombra. Descubro-me, com saúde e com respeito, perante o seu cadáver. Se os vencidos podem morrer com glória, — êsse vencido inolvidável soube resgatar gloriosamente, pela suprema resi-

gnação cristã da sua morte, todos os erros humanos da sua vida.

Pobre José de Alpoim !

Estou a vê-lo, embrulhado na sua *robe-de-chambre* de flanela côr de rosa, flácido, gelatinoso, enorme, parecendo maior ainda na meialuz do escritório-biblioteca do Passadiço, em cujo interior de serenidade e de penumbra scintilava apenas, como um revérbero, a prata batida dum tínteiro D. João v. Recordo a intimidade com que êle recebia os seus amigos, estendido no profundo sofá da sala, uma botija de água quente aos pés, um bule de chá fumegando ao alcance do braço, — carinhoso, acolhedor, feminino na sua affectividade, repetindo maquinalmente — «meu querido amigo», «meu querido amigo», e acariciando a penugem loira do buço no gesto habitual que imitara inconscientemente de José Luciano. Nesta hora em que tôdas as reminiscências acordam mais lúcidas, e, por isso mesmo, mais pungentes, recomponho, feição por feição, traço por traço, a fisionomia paradoxal dêsse homem superior, — a sua cabeça simultâneamente enérgica e infantil, terna e violenta, leão hirsuto e *bambino* delicado; os seus olhos vivos, ora pardos ora azúis conforme a incidência da luz, pontuados de incertas manchas côr de oiro e côr de tabaco, dando com a mesma intensidade a expressão das grandes ternuras e das grandes cóleras; a sua bôca polpuda, sensual, vermelha, pequenina; a sua

ampla testa trabalhada já de calvície nas têmporas, coroada ao alto de uma lanugem loira — resto glorioso daquela bela juba apolínea, que ainda ao apontar dos sessenta anos resplandecia de talento, de audácia, de beleza e de fôrça. Vejo-o, de pé na minha frente, com o seu torso de héracles, com a sua eloquência inquietante, com a sua verbosidade torrencial, com tôda a sua natureza grandiosa, exuberante e explosiva, que se diria o produto dalgum normando remoto e gigantesco. dum *Rob Roy* do Cotentino, agricultor o bárbaro, em que as violências de temperamento se corrigissem pela essencial e indestrutível fidalguia do trato e das maneiras, — modelar no homem em cujas veias corria o sangue de Pedro de Alpões, e cuja nobreza blasonava das cabras passantes e armadas de negro dos Cabrais, da cruz florida de oiro dos Cerqueiras, do leão aleopardado e flordelizado dos Borges. O titan era um gentil-homem. O gigante era uma criança. Aqueles que, como eu, puderam conhecer o encanto da sua intimidade carinhosa, sabem o que valiam em José de Alpoim as delicadezas do coração, os tesouros quási femininos da sensibilidade, essa exaltação tão viva e tão pessoal do sentimento afectivo, que o levava — como me dizia ainda há pouco uma inteligente senhora — a escrever verdadeiras cartas de amor aos seus amigos. A paixão política envenenou-o? E' certo. E envenenou-o tanto, — que o matou. Às vezes as

cicutas nascem ao pé dos lírios. A cicuta dêsse grande coração foi aquele «delírio da praça pública», de que já Nietzsche dizia — que assassinava heróis. E' cedo ainda para se saber se José de Alpoim teve ou não teve razão. A história escreve-se lentamente, porque se escreve em bronze. Por enquanto é apenas a hora das lágrimas; — e essas, feliz ainda de quem as pode chorar !

O PINTOR DO SOL

Já é a terceira vez que visito a exposição Sousa Lopes. O ilustre pintor despertou em mim mais do que admiração: curiosidade intelectual. O seu temperamento, a sua evolução, os seus processos, apareceram-me desde logo como outros tantos motivos de estudo. Estremenho sensualista, vibrante, dionisiaco, insaciado de luz, Sousa Lopes podia atribuir-se a frase de Barbey d'Aurevilly: «*je suis un intense*». Dir-se-ia que esse «intenso» devia logicamente usar na sua pintura processos exuberantes e torrenciais. Engano. Em Sousa Lopes, o máximo de efeitos é obtido com o mínimo de esforço aparente. A sua intensidade encontrou uma expressão técnica paradoxal: a simplicidade. Pintor dos poentes, dos incêndios, dos clarões, — pintor ofuscante e obstinado da luz, — o mestre admirável do *Círio de Santa Su-*

sana não é propriamente um plenarista, nem um impressionista, nem um naturalista; é, na sua maneira simplificada, um «virtuoso do sol», ou, como o definiu José de Figueiredo, «um apaixonado fremente das grandes claridades». A obsessão da luz domina-o. Tôda a sua exposição, quando não é uma elegia à noite, é um hino ao sol criador. Por tôda a parte, nos poentes de Veneza e nos céus verdes de Nápoles, nas vinhas fulvas do Ribatejo e nas ruas extáticas da *Bruges la Morte*, o sol arde, esplende, vibra, ofusca; sciutila em faúlhas vivas de cobre, alastra em chamas, em clarões, em glória. Aqui, é a casaria do Grande Canal que flameja como um mosaico doirado; além, um pôr do sol na Giudecca, — incêndio, scentelhas, cinza; agora, um céu de Florença lembra um grande esmalte verde e luminoso; logo, uma larga vela dos barcos da Chioggia, como um vêlho brocado, uma maravilhosa tapeçaria tecida de oiro, chameja ao sol; em volta de nós, a cada canto, por tôda a exposição, o sol bate de chapa nas tabernas da Laguna, morde de cobre e de fogo a Calle de las Sierpes, ennevoa-se de mistério no mármore còr de rosa de Versailles, corusca, como um cachão de prata, nas águas do Brondolo e do Malamocco, faz cantar, faúlhar, arder, águas e gôndolas, palácios e canais, tôda a Veneza de Corrégio e de Ticiano, de Veroneso e de Tintoretto, de Rosalba e do *Livro de Ouro*, do doge Manin

e das *zentildonne*, essa Veneza que teria ensinado Sousa Lopes a amar a luz — se êle não tivesse nascido em Portugal. Na sua pintura viril, sóbria, forte, magnífica, — tudo scintila, tudo esplende, a nudez e a terra, a atmosfera e o mar. Encandeia. Deslumbra. Para o ver, é preciso pôr lunetas fumadas. Céus da Normandia, casas da Flandres, pátios do Alentejo, carnes de mulher, — tudo chispa, fuzila, reverbera. Há atmosferas que são labaredas. Sôbre uma paisagem que lembra as melhores de Zuloaga, rola uma nuvem de ouro. Sôbre uma rua tranqüila da Bruges de Rodembach escorre um clarão de âmbar e de opala. A heliofilia de Sousa Lopes é uma característica fundamental da sua obra. Nêle, a preocupação de «pintar a luz» não se limita ao ar livre; acompanha-o nos quadros de atelier. Como no admirável *Abrindo Casas*, onde uma almofada vermelha faz vibrar todos os brancos na sombra, o artista coloca as suas figuras no clarão de grandes vidraças e pinta, amorosamente, voluptuosamente, o sol que as morde, que as queima, que as inunda. O seu desvio para a água-forte é ainda uma forma da sua atracção para a luz. Não lhe falem em dificuldades. Vence-as sempre dando-nos a falsa impressão de que elas não existiam. Tem a audácia, tem a experiência, tem os processos, — tem a fôrça. Às vezes, obtem o máximo efeito de luminosidade pintando só o que está na sombra. Há quadros em

que o sol é dado pelo branco do aparelho da tela. Há manchas que são apenas luz. Para êle, como para o grande Manet, — «*le principal personnage d'un tableau c'est la lumière*». Simplificação de efeitos; justeza de valores. E, acima de tudo, — visão, garra, talento. Columbano admira-o. Malhóa abraçou-o. Os mestres consagram-no. As mulheres sorriem-lhe. Triunfou.

SCHWALBACH

Aquele homem duma distinção fácil e duma elegância pernaltta, andando em lagras passadas, dando-nos em certos movimentos e em certas atitudes a impressão rectilínia duma cegonha que marcha, um fraque preto, um nariz voluptuoso, um chapéu para os olhos, uma face rosada e môça abrindo lôda em rugas divergentes, uma barbicha branca que nos faz pensar, não sei porquê, nalguns faunos elegantes da escultura francesa do século XVIII, uns olhos vivos, piscos, pequeninos, risonhos, ao mesmo tempo fulgurantes de ironia e húmidos de ternura, — aquele homem paradoxalmente novo e vélho, infantil e grave, jovial e triste, é hoje em Portugal a mais alla expressão da fantasia literária e da *verve* criadora.

Tenho aqui, sôbre a minha mesa, o seu último trabalho. Três ou quatro vezes ouvi e

aplaudi na scena o *Poema de Amor*. Acabo agora de lê-lo na sua edição Chardron. O conhecimento dessa obra-prima do teatro contemporâneo deve ter dado aos meus camaradas do Pôrto a mesma impressão que me deu a mim: ninguém hoje, na literatura dramática portugueza, excede Schwalbach na arte difficilima de mover, de mecanizar, de automatizar a ficção teatral da vida. Pode alguêm igualá-lo, ou vencê-lo, na veemência da paixão, na lógica dos caractéres, na harmonia estrutural da fábula, na sóbria eloquência da expressão, que é a suprema nobreza da obra literária: mas ninguém se lhe compara na scintillação, na fantasia, na originalidade, na rapidez, no virtuosismo — no movimento. São as suas qualidades surpreendentes. Schwalbach tem do teatro uma visão caracterizadamente dinâmica. E' a visão mais nobre? Não sei. Sei que é a visão mais justa. Benavente, com cujo temperamento dramático Schwalbach possui afinidades, pôs claramente a questão: «*lo que el público quiere es que pase algo; que suceda algo; que las figuras se muevan: que la vida circule por la escena*». Tôda a técnica schwalbakiana está nesta fórmula eminentemente complexa e eminentemente simples: acção, imprevisto, vertigem. E', em França, a fórmula de Bernstein; é, em Espanha, a fórmula de Benavente; é, em Portugal, a fórmula de Schwalbach. O *Intimo*, a *Bisbilhoteira*, os *Postiços*, a *Cruz da Esmola*, são dramatizações

vivas, fulgurantes, rápidas, hiper-movimentadas. No próprio *Poema de Amor*, a mais serena de tôdas as suas obras, a scena divide-se, as figuras atropelam-se, acelera-se o ritmo da acção, as mesmas rúbricas dão-nos a medida do carácter convulsivo da técnica de Schwalbach: «rápido, quási simultâneo»; «depressa»; «muito rápido»; «rápido como um relâmpago». É a fulguração, como processo de teatro; é o movimento, como expressão gloriosa e triunfante da vida. Enganam-se aqueles que supõem que o público se domina pelos reaciocínios. Não; o público domina-se pelas sensações. Em teatro, para que uma ideia impressione, é preciso convertê-la em movimento. Acção rápida, mecanização lógica da vida: — eis as condições de successo; eis, também, as dificuldades supremas. Aqueles que, como Schwalbach, «nascem» dramaturgos, vencem-nas a golpes de instinto e de audácia. Os outros, os psicólogos, os idílicos, os contemplativos, os «míopes do teatro», sentem-nas, adivinham-nas, rodeiam-nas, — mas não são capazes de as resolver. A geração literária a que eu pertença, permitiu-se, talvez por influênciã de Fialho, o luxo intelectual de desdenhar dos grandes mecanizadores do teatro. Julgou que o *ibsenismo*, o *hauptmanismo*, o *d'anunzianismo*, com as suas «acções interiores» e os infinitamente pequenos da sua análise psicológica, constitufam os verdadeiros e definitivos modelos. Engano. É hoje, mais do que

nunca, necessário não confundir teatro com literatura dramática. O próprio Fialho o compreendeu mais tarde, quando, deslumbrado de acção e de movimento, sonhava em Vila de Frades o seu *Infante D. Henrique*, como um grande fresco animado de cathedral onde esbracejassem figuras, rugissem multidões, estalasse tempestades. — «Que admirável coisa — dizia-me êle um dia, estendendo-me à porta da Havanesa a sua mão nodulosa de artrítico — que admirável coisa saber mover figuras num palco!» Essa *admirável coisa* é uma grande arte, — e é precisamente nessa arte que Schwalbach é mestre. O eminente dramaturgo pode hoje sorrir, traçar a perna, torcer no seu gesto habitual a fita do monóculo, e, como o outro assombroso mestre da *Princesse de Bagdad*, dizer plácidamente aos seus detractores:

— *D'abord, mes amis, parlons métier!*

ESPIRITO GENTIL.

Morreu Maria da Cunha.

Foi há oito anos que eu conheci em espírito a poetiza das *Trindades*. Um dos meus confrades da Academia, filólogo eminente, tinha-me mandado, sob tôdas as reservas, as provas tipográficas dum livro de versos. Antes de o publicar, a autora, uma senhora ilustre, quisera conhecer por escrito a minha opinião. Confesso, -- comecei a lê-lo com a desconfiança preconceituosa com que todos nós, por mais habituados que estejamos à ideia da superioridade mental da mulher, recebemos sempre a sua literatura. Mas essa vaga desconfiança durou apenas o tempo que levam a lêr-se quatorze versos. Logo o primeiro soneto era uma obra-prima. Daí por diante, cada fôlha que passava tremendo entré os meus dedos, teve para mim o valor duma revelação. Estava ali uma das maiores poetizas por-

luguesas de todos os tempos. Que delicada sensibilidade, que prodigioso instinto melódico, que riqueza de temperamento, que calma nobreza de expressão! Tudo quanto pode haver de delicado na alma duma mulher, tudo quanto pode haver de perfeito na arte dum parnasiano, cantava, sorria, brincava nas minhas mãos. Era a Musa do Soneto que renascia, grave e triste, do leque de rendas da senhora de Oeynhausen. Se nas suas elegias, duma clássica melancolia, o Amor parecia chorar sôbre um leito de rosas, — nos seus sonetos, dum ritmo lento e magnífico, dir-se-ia que os quatorze remos de prata duma galé egípcia batiam largamente, sumptuosamente o mar. Natureza opulenta e sensível, havia por vezes na sua feminilidade alguma coisa de másculo. — a energia da expressão, a nitidez do conceito, a lógica do raciocínio. Durante uma manhã inteira, li, intrigado e encantado, os versos dessa desconhecida ilustre. Para os poder lêr ainda no dia seguinte, deixei-os uma noite sôbre a minha mesa de trabalho, entre um ramo de rosas e uma faiança inglesa. Por fim, devolvi-o ao vêlho amigo que mo mandara, perguntando-lhe em que assentada de Ménalo tinha encontrado aquela Musa. Só quando, mais tarde, o livro se publicou, soube que a autora tinha trinta anos — a idade esplêndida da mulher — que pertencia a uma nobre família do Alentejo, e que se chamava Maria da Cunha. Foi-me dada, então,

a honra de lhe beijar as mãos. Antes, mesmo, de nos vermos pela primeira vez, a curiosidade intelectual que nos aproximara tinha feito de nós dois vólhos conhecidos. Era uma senhora duma formosura trançuilta e triste, com uns maravilhosos olhos de portuguesa, negros, dormentes, fendidos em amêndoa, uma pele branca, fina, um pouco doirada à luz como certos marfins religiosos, umas atitudes nobres, calmas, vagamente reflexivas, uma expressão de distinta sobriedade, de candura inteligente, de modéstia graciosa, que não era o menor encanto da sua figura e das suas maneiras. Parece-me que a estou vendo ainda, na névoa longínqua do tempo. Não era a florentina magra, viril, angulosa, inquietante, que eu sonhara através das páginas mais fortemente masculinas da sua obra: era a beleza melancólica e doce, orgulhosa e terna, em cuja bôca polpuda revoava sempre a tristeza dum sorriso, em cujos olhos passava, como um clarão, todo o êxtase luminoso da paisagem alentejana, e cuja bela cabeça, ao mesmo tempo de criança e de Madona, lembrando simultaneamente os Amores de Besnard e as Virgens de Bouguereau, resplandecia de talento e de formosura, de juventude e de graça...

Morreu.

Há sonhos que parecem ser às vezes a seqüência lógica da vida. Numa das últimas noites, na agitação da febre, julguei-me dormindo,

à hora doirada do crepúsculo, debaixo duma grande macieira florida. Tinha-se levantado vento. Pouco a pouco, em volta de mim, sôbre as minhas mãos, sôbre os meus cabelos, as flores foram caindo, perfumando o ar, juncando a terra dum tapête côr de rosa—e na árvore desabitada uma só flor ficou, como um sorriso, embebida ainda dos derradeiros raios de sol. Quando acordei, de manhã, a primeira notícia que li nos jornais foi a da morte de Maria da Cunha. Os olhos embaciaram-se-me de lágrimas...

Caíra a última flor.

NOVOS METROS, NOVOS RITMOS

Alfredo Pimenta quis ter a bondade de vir lèr-me, ainda em provas, o seu último livro de versos — *Paisagem de Orquídeas*. Antes, porém, de realizar essa leitura, que tão agradável foi para mim, o meu ilustre camarada falara-me na sua intenção de introduzir na poética portuguesa novos metros e novos ritmos, criando os versos de 15 e de 19 sílabas. Confesso que, a princípio, vi apenas no propósito de Alfredo Pimenta uma afirmação daquela orgulhosa originalidade e daquele espírito de ampliação que não são os menos interessantes aspectos do seu talento. Um verso de 19 sílabas afigurou-se-me desde logo alguma coisa de arítmico, de monstruoso, de aberrante, uma criação fóra de tóda a crítica e de todo o sentimento das proporções. Pois bem. A leitura fez-se, conheci as formas hipermétricas da *Paisagem de Orquídeas*, — e para que negá-lo?

—encontrei nelas uma beleza e uma nobreza que, se não me levam a aconselhá-las aos poetas moços, bastam, entretanto, para justificar perante o meu espírito a aparente extravagância da sua adopção. Na sua arte subtil, complexa e sumptuosa, Alfredo Pimenta conseguiu provar-me que, com 15 e 19 sílabas, podem fazer-se excellentes versos.

Mas vejamos o caso de mais perto. Como constroe o poeta os seus metros novos? Como consegue realizar, numa tão extensa formação silábica, a síntese rítmica que se chama — um verso? Qual a estrutura das suas formas métricas de 15 e de 19? Seria injusto afirmar que estas questões mínimas não teem interêsse, — pelo menos para os poetas. Como se sabe, a poesia decadente da França de há vinte e cinco anos, tôda a *poussée* simbolista, instrumentista, bizantinista e nefélica, manifestou sempre uma accentuada tendência para criar formas melódicas novas. Jean Moréas, Stéphane Mallarmé, Laurent Tailhade, Vielé Griffin, Stuart Merrill, René Ghil, Leo d'Arkaï estão cheios de hipertroflas métricas que não conseguiram vingar, ou porque eram a negação de todo o ritmo, «*d'étranges vers, heurtés, aux allures de prose*» (Marcial Besson), ou porque pretendiam impôr construções podálicas gregas, de ritmos eruditos e inacessíveis, absolutamente contrários à índole da língua e às tradições da poética francesa. A

maior parte dos «grandes metros» dos decadentes são a pura prosa irregular a que Sousa Martins chamou um dia — «serradura de palavras». Ora é isso, precisamente, o que não se dá com os metros de 15 e de 19 usados pelo poeta da *Paisagem de Orquídeas*. E não se dá, porque Alfredo Pimenta, em vez de criar ritmos novos, limita-se, afinal, a associar e a combinar velhos e conhecidos ritmos. Os seus «grandes versos» são constituídos, como vou mostrar-lhes, pela sequência de «pequenos versos» de 7 e de 4, simetricamente dispostos. Não passam, pois, de construções melódicas rudimentares, onde, a despeito de tôdas as aparências, é a velha poética que triunfa. Vejamos uma das poesias de 15 sílabas — o *Cravo Misterioso* — evocação cheia de beleza de um antigo cravo do século XVIII, cuja voz geme, sobrenaturalmente, ao canto dum salão abandonado. Destaco um verso, ao acaso : «*O mistério desse cravo, tristemente, a solucionar...*». Ritmo novo? Não. Ritmo velho. A juxtaposição de dois versos de sete sílabas, sem cesura, isto é, com o primeiro verso grave, o segundo abrindo por consoante, e, portanto, uma sílaba muda entre ambos : 7 + 1 + 7. Ou, dobrando :

**O mistério desse cravo,
Tristemente, a solucionar...**

No metro de 19, Alfredo Pimenta adopta o mesmo processo a que chamarei, à maneira latina, «de contaminação». Estudemos o primeiro verso da magnifica poesia — *Palácio em Ruínas*: «*Todo enterrado na sombra escura dum parque triste, mortificado...*» Nenhuma novidade também na construção rítmica: a seqüência simples de quatro versos graves de 4 sílabas começando sempre por consoante, e, por conseguinte, com três sílabas mudas perdidas, segundo a fórmula: 4 + 1 + 4 + 1 + 4 + 1 + 4. Ou seja, na decomposição, uma vulgaríssima quadra de téssarassílabos:

• *Todo enterrado*
Na sombra escura
Dum parque triste,
Mortificado...

É incontestável que semelhante associação de formas rítmicas iguais e simétricas tem amplitude e tem nobreza. Os árcades usaram-na. Já produziu a *Cantata de Dido*. Mas o seu inimigo mortal é a monotonia. Não há côr, não há joalheria, não há opulência de expressão — e Alfredo Pimenta, como os poetas do *Pélerin Passioné* e das *Flûtes de Jade*, tem muitas dessas qualidades — que possam vencer a monótona insistência de um desenho melódico repetido quatro vezes em cada verso e dezasseis vezes em

cada quadra. De resto, em todo o livro, mesmo adoptando processos na aparência ousados, o artista da *Paisagem de Orquídeas* conserva-se o que sempre fundamentalmente foi: um cultor dos velhos ritmos, que passeia pelas letras, entre Jean Lorrain e Oscar Wilde, o seu néo-parnasianismo impenitente.

TEATRO CAMONEANO

Ainda que o poeta do *Auto de El-Rei Seleuco*, dos *Anfitriões* e do *Filodemo* não tivesse sido o grande épico dos *Lusiadas* e o lírico admirável que moldou, no puro oiro do verso português, as formas do néo-platonismo florentino. — a história do teatro teria de ocupar-se largamente dêle como de um dos mais vivos, dos mais característicos e dos mais interessantes cultores da comédia nacional.

Passei ontem uma longa noite de inverno a estudá-lo e a admirá-lo. A independência intellectual de Camões, largamente revelada na epopeia e no lirismo, e verdadeiramente assombrosa num século como o de quinhentos, dominado pela rigidez das formas e pelos preconceitos de escola, — manifesta-se, com a mesma eloquência e a mesma flexibilidade, na obra do poeta cómico. Tôdas as correntes dramáticas lhe foram

familiares. No *Rei Seleuco* é a influência espanhola da *Propaládia* que se acentua na dramatização do motivo e no desenvolvimento do episódio; no *Filodemo*, a corrente italiana, com sugestões castelhanas da *Celestina*, de Fernando de Rojas, e um «vicentismo» marcado na curva melódica da redondilha; nos *Anfitriões*, a influência clássica das escolas de Oviedo e de Salamanca, que tentavam, com o reitor Fernão Perez de Oliva e com o médico Francisco de Vila Lobos, as equivalências da tragédia grega e da comédia plautiana. E, entretanto, apesar da sua criação ter obedecido a sugestões diversas, as três comédias mantêm o mesmo carácter, o mesmo feitiço, a mesma fisionomia, as mesmas linhas de construção geral, o mesmo desenvolvimento dos elementos dramáticos, de forma a poder-se afirmar a existência de uma «dramaturgia camonca-na». Essa dramaturgia, que na divisão dos actos e na criação do intróito e do argumento, tem pontos de contacto com a de Tórres Navarro, e que, na inclusão de scenas em prosa, acusa vivamente a influência italiana de Ariosto e de Machiavel, — distingue-se, porém, pela sábia articulação do episódio lírico e do episódio cómico; pela associação imprevista do elemento erudito e do elemento popular; pela criação do tipo do «gracioso», que erradamente se atribue a Lope de Vega e que deve reivindicar-se para Camões; pelo paralelismo das acções dramáticas e

das personagens do primeiro e do segundo plano; pelo desenvolvimento inesperado do diálogo, e pela eloquência lírica das figuras femininas (Alcmena, Estratónica, Diónisa), só excedida mais tarde, no século xvii, no teatro de Calderon de la Barca. A originalidade da obra dramática de Camões reside, evidentemente, mais nos processos do que nos motivos. Os *Anfitriões* são a vé-lha fábula dórica de Epicarmo, dramatizada irreverentemente por Plauto. O nosso poeta conheceu a peça, sem dúvida, através da versão em prosa do médico de Isabel a Católica, Francisco de Vila Lobos, cuja murça amarela se ccmprazia no comentário erudito da comédia clássica, — e, segundo o texto do tradutor castelhano, omitiu o prólogo, e eliminou a fala de Mercúrio no primeiro acto e o monólogo de Jú-piter no terceiro. As figuras de Felísio e de Brómia e o episódio cómico dos seus amores são criação original de Camões, que, muito antes de Molière inventar, no *Amphitrion*, o tipo de Chleantis, já tinha previsto a necessidade do desenvolvimento de uma acção paralela. O motivo do *Filodemo* também não é de Camões; é da comédia italiana, remontando a genealogia de algumas figuras à poesia e ao teatro espanhol do século xv. A figura perfeita de Solina apparece-nos construída com elementos castelhanos e portugueses da *trota-conventos* do arcepreste de Hita; da *Celestina*, de Fernando de Rojas; da

Filtra de Jorge Ferreira de Vasconcelos, e, um pouco, das alcoviteiras de Gil Vicente (Branca Gil, Brízida Vaz, Ana Dias). O próprio *Auto do Rei Seleuco* é, na sua scena fundamental (scena do Físico), sugestão directa da leitura que Camões fez da *Propaládia* de Tórres Navarro, publicada em Nápoles, em 1517. Numa das peças desta curiosa colecção, a *Aquilina*, um cirurgião astuto descobre que o filho do rei da Hungria está apaixonado pela filha do rei de Leão, porque o pulso do rapaz se altera sempre que vê ou ouve a infanta, tal qual como o físico do *Rei Seleuco* surpreende os amores do príncipe Antíoco pela madrasta — «*nel pulso que se alteraba se la via o se la oia*». Camões não foi um criador original de acções e de conflitos; mas ficará, repito, como um notável criador de processos. Nas suas comédias, a fábula, quando não é apropriada da obra estranha — *il prenait son bien où il le trouvait* — é pobre de invenção, mas a dramatização dos motivos apresenta-se sempre rica de originalidade, de movimento e de interesse, exuberante de graça e de expressão lírica, lógica na deducção dos seus elementos cómicos, e, quanto possível, harmónica nas linhas gerais da composição.

Não seria interessante fazer representar, num serão camoneano, as três célebres comédias do grande poeta, — com o mesmo espírito de devoção com que a Espanha moderna está ressur-

gindo, pela mão de anéis da erudita Guerrero, o teatro de Guevara e de Fray Lope, de Cervantes e de Calderon, de Moreto e de Fray Gabriel Teles ?

MÚSICOS DE GASACA DE SEDA

O ilustre jornalista e meu amigo, J. Fraga Pery de Linde, ofereceu recentemente ao Estado, por meu intermédio, um documento do mais alto valor para a história da música em Portugal: o manuscrito original do *Compromisso da Irmandade da Gloriosa Virgem e Mártir Santa Cecilia ordenado pelos professores da Arte da Música em o ano de 1749*, seguido do termo de aprovação pela Junta Geral da confraria em 13 de fevereiro de 1750, e de públicas-formas dos alvarás de 15 de abril de 1792 e 25 de outubro de 1708, e da provisão do Patriarca D. Tomás de Almeida, de 5 de outubro de 1722, passadas a requerimento do Procurador da Mesa pelo tabelião João Varela da Fonseca, «defronte da porta travessa da Basílica de Santa Maria, junto à Caridade». É um códice de papel, de 38 folhas inumeradas, aparo doirado, com rosto e tí-

tulos dos capítulos a vermelhão, contido numa pasta de marroquim encarnado que evidentemente não lhe pertence, com bons ferros das armas do reino, em ouro. A sua especial importância provêm de dois factos: de se ignorar, até hoje, a existência de um estatuto da Irmandade de Santa Cecília com a data de 1749, e de se encontrar assinado o têrmo de aprovação dêsse estatuto pelo punho de cento e quinze profissionais que, na Lisboa de D. João v, viviam da arte da música.

O primeiro *Compromisso* desta Irmandade data de 1603. Era em pergaminho e papel, iluminado, com pastas abrochadas de prata, e tinha apensos os originaes dos alvarás de 1702 e 1708, e da provisão de 1722, segundo se infere da descrição que dêle faz o tabelião João Varela. Infelizmente, o livro ardeu no incêndio que se seguiu ao terramoto de 1755. Muita gente supõe que foi para substituir o estatuto de 1603, destruido pelo fogo, que se elaborou e aprovou o *Compromisso* de 1765, de que possuía um exemplar impresso o falecido musicólogo Ernesto Vieira. Não é, porém, assim. A doação do snr. Pery de Linde vem provar que o estatuto seiscentista primitivo já fôra, antes do terramoto, substituido por outro, o de 1749, cujo original ignorado aqui tenho aberto diante de mim. As razões que levaram os músicos pré-pombalinos a fazer esta substituição, constam do Prólogo do

Compromisso agora aparecido. Não era grande o espírito associativo entre os profissionais da música na velha cidade patriarcal, e à sua falta de escrúpulo no cumprimento das obrigações estatuais do «tostão», da anuidade e da jóia, juntava-se, segundo o testemunho insuspeito de um documento por muitos dêles assinado, a sua frequente ausência de decôro artístico. Reconheceu-se que era preciso dignificar a profissão; desenvolver no meio musical lisboeta do século XVIII o espírito de confraria; atrair ao grémio novos irmãos; assegurar mais eficazmente o cumprimento dos deveres estatuais; e, como as disposições do *Compromisso* primitivo, em grande parte anacrónicas, tinham caído em desuso, foi julgada oportuna a sua reforma, e de-certo para ela muito contribuiu o prestígio pessoal do então Provedor da Irmandade, Diogo de Mendonça Côrte-Real, filho do ministro de D. João V, conselheiro da Fazenda, Deputado à Junta da Casa de Bragança, Provedor da Casa da Índia, e o valimento de que gozava junto da Princesa Maria Vitória o velho e ilustre D. Lucas Giovine, seu mestre e primeiro assistente da Mesa, cujo retrato ainda hoje se vê, ao lado do de David Pérez, no sumptuoso teto da Sala das Talhas, em Queluz. Assim nasceu o estatuto de 1749, que não chegou a ser impresso, e que os músicos pombalinos julgaram perdido, como o de 1603, no incêndio que se seguiu ao grande ter-

ramoto, — o que os determinou a reünirem-se em junho de 1765 em casa de Pedro António Avendano, compositor de oratórias e de minuetes, cuja celebridade fácil obscurecera já a do decrépito Giovine, para redigir o novo e terceiro estatuto da Irmandade. Como se teria salvo do incêndio de Santa Justa o precioso original do *Compromisso* de 1749? Quem, e com que interêsse, o teria subtraído e conservado em seu poder, tão occulto, que a própria Irmandade o julgou pasto das chamas? Através de que vicissitudes viria o interessante documento parar, cento e sessenta anos depois, ao ferro-vêlho do mercado de S. Bento, onde, por um feliz acaso, o encontrou a erudita curiosidade do sr. Pery de Linde? Impossível sabê-lo. O que é positivo é êste facto: a existência do *Compromisso* de 1749 constitue uma revelação.

Mas não é ainda êste o aspecto mais interessante porque pode ser estudado o códice a que venho aludindo. O que lhe attribue um considerável valor, como documento para a história da música em Portugal, é a circunstância de se encontrar junto ao *Compromisso* o respectivo têrmo de aprovação com as assinaturas de 115 músicos profissionais, alguns muito ilustres, que exerciam a sua arte na vêlha Lisboa de D. João v. Havia, evidentemente, muitos mais, — organistas, cravistas, violinistas, *castrati*, bailarinos, *virtuosi*, liturgistas, contra pontistas, mestres-de-

solfa, compositores, cantores de ópera, motelistas ligeiros, cantochanistas capuchos, — reúnidos nessas riquíssimas colmeias musicais que foram, em 1749, a Basílica Patriarcal, a Ópera italiana do Paço, o Seminário de música de S. Francisco, o mosteiro de arrábidos de Mafra; mas a falta de espírito de associação era manifesta; invencível, entre os profissionais da música, a repugnância por tôda a espécie de subordinação a preceitos estatuais; difícil a harmonia de interesses e a comunidade de ânimos numa classe constituída por elementos tão heterogêneos; e, para salvar a Irmandade, ainda não se tinha chegado ao extremo de cometer, como se fez mais tarde pelo alvará de 15 de novembro de 1760, a violência, de resto pouco eficaz, de proibir o exercício da música, sob pena de dôze mil réis de multa pagos da cadeia, a quem não fôsse irmão da confraria de Santa Cecília. Entretanto, os 115 nomes que subscrevem o estatuto de 1749 constituem já um importante subsídio para a história da música portugueza, tanto mais valioso quanto é certo que, à grande maioria dêles, não fazem a menor referência os trabalhos dos nossos musicólogos. Esses nomes ocupam quatro páginas, a duas colunas, assinando à cabeça o Provedor, Diogo de Mendonça Côrte-Real, que depois havia de sofrer tão duramente as perseguições do grande Marquês; o primeiro Mordomo assistente, D. Lucas Giovine, capelão-fi-

dalgo da Casa Rial; os Mordomos da Mesa; o Tesoureiro; o Secretário; os Procuradores da Mesa e da Irmandade, e, em seguida, sem ordem de precedências, indistintamente, os irmãos. Dos 115 músicos profissionais que tem as assinaturas no *Compromisso* de 1749, 44 são estrangeiros ou de origem estrangeira — espanhóis, franceses, na maior parte italianos, — e 71 portugueses. Dentre os nacionais, 25, admitidos nos termos da provisão de 5 de outubro de 1722, pertencem ao clero regular ou secular, — número exíguo, se atendermos ao formidável quadro dos capelães-cantores da Basílica Patriarcal e aos muitos seminaristas de S. Francisco e cantochanistas arrábidos que se metiam a mestres-desolfa das casas fidalgas. No meio de nomes que nada hoje nos dizem, aparecem alguns dos corifeus da música portuguesa setecentista: o célebre Espírito Santo, organista e mestre de capela da Bemposta; José da Silva Reis, violoncelista da Capela Rial e excelente contrapontista, secretário da Mesa da Irmandade; Francisco Inácio Solano, o mais notável músico didático do seu tempo; o violinista António Pecoário, cunhado do escultor Giusti; outro violinista, o ilustre João Tomás Mazza, de Parma; o napolitano Andréa Marra, violinista também; o cantor Joaquim do Vale Maxilim; e algumas figuras de dinastias célebres de músicos que se fixaram em Lisboa, — os Paghetti (Francisco Ma-

ria e João Baptista), filhos do violinista Alexandre Paghetti, que D. João v contratou e que introduziu na côrte o gôsto pela ópera italiana; os Biancardi, pai e filho; dois Felner; dois Avondanos, — um dos quais, Pietro Giorgio, 1.º violino da Basílica Patriarcal, fei o pai de Pedro António Avendano, alma da Irmandade no período pambalino, compositor galante a cujos perturbadores minuets Twiss alude no seu livro *Voyage en Portugal*. Faltam os nomes de alguns músicos conhecidos, entre os quais o de Francisco António de Almeida. O glorioso autor da *Finta Pazza* e da *Spinalba*, que tanto brilho deu à Ópera do Paço da Ribeira, vivia ainda, mas era quási octogenário. David Perez, êsse, estava em 1749 em Milão. Só três anos depois, por diligências da Rainha D. Mariana Vitória, veio estabelecer-se em Lisboa.

« VERÃO »

Vou falar-lhes dum poeta brasileiro.

E' preciso que Portuagi conheça o admirável, o surpreendente movimento literário do Brasil contemporâneo, e que todos nós, homens de letras portuguezes, concorramos, na medida das nossas fôrças, para essa indispensável obra de vulgarização. E não apenas em proveito da literatura brasileira; em nosso próprio proveito, também. No Brasil escreve-se melhor o portuguez do que em Portugal, — e os detentores da herança vernácula de Vieira e de Bernardes (tenhamos a coragem de o confessar) não estão hoje àquém Atlântico. A floração de poetas é, então, notabilíssima. Provam-no muitos volumes, recentemente publicados, que conservo sôbre a minha mesa de trabalho, — e, mais do que todos êles, um livro que acaba de aparecer nas montanhas do Rio e de S. Paulo, e que é a afirmação

de um extraordinário talento de poeta: o *Verão* de Martins Fontes.

Há muito tempo que a leitura dum livro de versos não produzia sôbre o meu espírito uma tão viva emoção. Li-o duas, três vezes, dominado, subjugado, deslumbrado. Julgo que a impressão produzida no meio intelectual brasileiro foi considerável também. Com o *Verão*, de Martins Fontes, está assegurada — diz Óscar Lopes numa scintilante crónica do *País* — « a permanência do máximo fulgor na poesia brasileira ». Depois de Olavo Bilac, de Alberto de Oliveira, de Raimundo Correia, de Luís Murat, pontífices máximos, nunca, que eu me lembre, o neo-parnasianismo brasileiro produziu páginas de um tão ofuscante esplendor verbal. Não é fácil filiar êste livro em qualquer escola literária, ou subordiná-lo a qualquer das correntes dominantes na grande poesia portuguesa contemporânea, — o *botticellismo* de Eugénio de Castro, o *heinismo* de Augusto Gil, o *neo-romantismo* de Fausto Guedes, o *virgilianismo cristão* de Correia de Oliveira; é um caso à parte, um facto literário isolado, fundamentalmente, se quiserem, a obra de um parnasiano, — mas de um parnasiano intenso, exuberante, trasbordante de seiva, latejante de clarões, pujante de formas novas, de ritmos novos, o mármore e o bronze do vernaculismo sacudidos, animados pelo sangue, pelos nervos, pela vida, pela vibração do génio. Não

há, na obra de Martins Fontes, unidade de concepção nem unidade de filosofia: haverá, quando muito, unidade de processo, se considerarmos como tal a média entre duas tendências, — procura da simplicidade e da limpidez ateniense dos conceitos, expressá na modelar poesia de abertura — *Parthenon* — e a preocupação do esplendor, da ostentação, da opulência vocabular, que atinge o máximo de beleza, de riqueza e de força no mais notável poema do livro, simultaneamente uma das mais altas páginas da literatura brasileira moderna: a *Floresta da Água Negra*. Martins Fontes divide o seu livro em cinco partes: *Poemas Olímpicos*, *A natureza e o sonho*, *As almas e as estrêlas*, *Palavras românticas*, *Ao luar em surdina*. A primeira parte, que palpita e resplandece de tóda a beleza pagã, é um maravilhoso friso de dez métopos, ou sejam dez incomparáveis sonetos, seis heróicos e quatro alexandrinos, onde, na luz doirada da vélha Grécia, entre ciprestes negros e loureiros sagrados, passa a nudez viril de Apolo; o corpo branco e olímpico de Anadiomene, Orfeu cantado, á sombra rôxa dos plátanos, entre bandos de égiptans semicapros e de ménades amorosas; Hephæistos, o deus-ourives, que cinzela em Lemnos o strophion de oiro de Afródite; Diónisos, glabro e fulvo, ao som de crótalos, de sistros, de címbalos de cobre, numa nuvem de sátiros e de hespérides nuas; Pan levando à bôca, ao luar da

Arcádia, a flauta em que se transformou a nudez doirada de Sirinx; Anfitrite que nasce; Babilónia que esplende; Frinéa, em Eleusis, saindo, branca, da espuma do mar; e, enfim, a Afródite de Mélos, a Vénus de França, — Vénus quási latina, Vénus-flôr-de-lis, Satânia-Gioconda, Virgem-Colombina, expressão contraditória de serenidade imutável e de graça perturbadora. No seu conjunto, como visão estética e como afirmação de processo, êstes dez baixos-relevos gregos constituem a parte mais nobre, mais equilibrada, mais harmónica de tôda a obra, parecendo a demonstração e a aplicação integral das regras de arte-poética admiravelmente desenvolvidas na poesia de abertura, — *Parthenon*: «sê claro, puro, simples, correntio»; «aprende a amar nos mestres do passado o culto heróico das paixões serenas»; procura a limpidez; que nos teus versos «a rima fulja, inédita, imprevista»; que o estilo seja sóbrio e a frase justa, à similhaça «do fio numa trama de sêda do Levante»; «cinzela a estrofe, como Fray Juan de Segovia rendilhando o relêvo de prata de um sacrário»... É, porêem, na segunda parte que se encontra a obra-prima de Martins Fontes: — *A Floresta da Agua Negra*. Tenho pena de não poder transcrever os duzentos e cincoenta versos dêste poema, — sem dúvida a jóia de todo o livro. É uma assombrosa evocação dos sertões brasileiros adustos e formidáveis, das suas florestas, das suas

tempestades, dos seus pântanos espelhantes e tenebrosos como superfícies de hulha, da sua atmosfera espessa de oiro oleoso, — evocação feita com um poder de dramatização da paisagem, com um sentimento trágico da natureza que lembra Rollinat, no *Dans les Brandes*, e, sobretudo, com aquele vigor, aquela intensidade, aquela sonoridade, aquele vernaculismo, aquela opulência verbal de que o *Caçador de Esmeraldas*, de Bilac, é o modelo supremo, e que só tem, que eu saiba, o seu equivalente em prosa nos *Sertões*, de Euclides da Cunha, e no *Rei Negro*, de Coelho Neto. Comparando este trecho, que não hesito em considerar dos mais belos que se tem escrito em língua portuguesa, com a adorável poesia *Simplicidade*, inserta na última parte da obra — duma leveza, duma fluidez, duma transparência, duma doce melancolia que recordam a *Pluie*, de Verlaine — temos as expressões máximas das duas tendências a que obedeceu, durante a elaboração do seu livro, o espírito magnífico de Martins Fontes. Qual de elas triunfará, na sua obra de amanhã? Há de dizê-lo o futuro, — e o futuro, para Martins Fontes, é a glória.

NA HISTÓRIA

O FRADE TRINO

No dia 26 de novembro de 1731, das quatro para as cinco horas da tarde, o brado de um grande crime de morte comoveu a Lisboa tranqüila, imunda e patriarcal do segundo quartel do século XVIII. O cirurgião francês Isaac Elliot, encontrando a mulher nos braços de um frade trino, assassinara-os a ambos. Do sangrento caso, ocorrido na própria morada do cirurgião, à rua do Outeiro, vem larga notícia no códice n.º 1161 da *Torre do Tombo*, o que me permite fazer, a dois séculos de distância, a reconstituição do crime — segundo uma versão um pouco diferente da adoptada por Camilo Castelo Branco.

Isaac Elliot era, como diríamos hoje, o operador mais feliz de Lisboa. Tinha conhecido, ao estabelecer-se na cõrte, as vélhas práticas anacrónicas da cirurgia portuguesa, immobilizadas, depois do génio operatório de Francisco Guilher-

me, na rotina tradicional dos cirurgiões do século xvii, e decidira revolucioná-las a golpes de talento o dê audácia. A fortuna bafejou-o. Diante dos seus tacões encarnados e da sua maravilhosa cabeleira de França, fugiram, espantadas, as lôbas negras de todos os sangradores de Lisboa criados na *Prática de Barbeiros* de Manuel Leitão. Poucos anos depois da sua chegada à côrte, Elliot ganhava já, pela sua faca, cinco mil cruzados por ano; D. João v, que o chamara para lhe curar os tumores do pescoço, concedia-lhe, com uma bôa tença, a mercê do hábito de Cristo; uma das mais lindas mulheres de Lisboa, namorada da elegância do cirurgião francês, tão distante já da capa e volta dos discípulos de António Baião, levava-lhe nos baús do enxoval, em bons sacos de dobras de ouro, o melhor de quinze mil cruzados. Este casamento, em que Isaac Elliot viu uma arma para a sua ambição, — foi, afinal, o primeiro passo para a sua desgraça. Dona Antónia — que assim se chamava a mulher — uma frança trigueira de 1730, nascida para enfiar pérolas e enfeitada como um pucarinho do Natal, não se esqueceu de trazer para a morada da rua do Outeiro tôda a gente que em solteira lhe continuava a casa, e, com mais freqüência, as irmãs de certo frade trinitário, Frei André Guilherme, costumadas, desde meninas, a acompanhá-la tôdas as tardes à merenda. Atrás das irmãs, veio a mãe; atrás da

mãe, veio o frade; e, daí a pouco, com escândalo da vizinhança, já entrava o frade sozinho, sem a mãe e sem as irmãs. Principiou-se a murmurar. Muitos achavam que Frei André Guilherme era moço e descomposto de mais para doutrinar no amor de Deus uma mulher como Dona Antónia; outros entendiam que os frades não tinham idade, e que a majestade do hábito estava acima das más línguas do mundo; alguns vizinhos da porta, afeitos a não ver sair Isaac Elliot sem as pistolas nos coldres, juravam que, mais dia menos dia, o padre bailava no inferno. Assim foi. Uma tarde, o cirurgião, avisado pelo criado francês que o acompanhava sempre, voltou inesperadamente a casa: abriu a porta, de repelão; entreviu, sobre um espreguiçadeiro de damasco, o vulto branco dum frade trino abraçado à mulher; cresceu para os dois, como uma fera; despejou-lhes duas vezes as pistolas no peito; e enquanto o cirurgião, à ponta de espadim, acabava bárbaramente Dona Antónia, — o criado, brandindo as faces do ofício, saltou sobre o corpo arquejante de Frei André, calcou-o, voltou-o, ferrou-lhe um joelho no ventre, e cego de fúria, possesso de crueldade, feriu, cravou, dilacerou, retalhou. Os dois cadáveres ficaram numa pôça de sangue, um de-braços sobre o outro, junto de um pote de prata cheio de imundícies. Estava consumado o crime. Isaac Elliot e o criado, perseguidos de perto por dois

beleguins de saltimbarca e chuço, saltaram por uns quinchosos e foram pedir asilo ao convento de S. Francisco. Durante algumas horas, acolheram-nos na portaria; mas, logo que se soube na cela do guardião que o assassinado fôra um frade, enxotaram-nos, atiraram-nos de roldão pelas escadas, e os dois fugitivos, de noite, embrulhados no rebuço dos capotes, os cabelos ainda empastados de sangue, dois sacos de dobrões tinindo-lhes à cintura, atravessaram o terreiro do Rocio em damanda do mosteiro de S. Domingos. Aí, alegando que a morte-de-homem fôra por crime de adultério, conseguiram abrigo até de madrugada; lançados, com sol nascido, pela porta do convento que dava para o Hospital de Todos os Santos, ainda a piedade dum homem, de nome Pedro Gonçalves, lhes cobriu a fuga para a igreja de S. Luís; — mas em S. Luís foram presos. Era o princípio do fim. As *Orde-nações*, livro 5.º, título 25, não davam ao marido afrontado o direito de defender por suas mãos a própria honra. Isaác Elliot, por sentença da Mesa da Consciência e Ordens, de 2 de junho de 1732, foi privado do hábito, tença e título, relaxado à justiça e cúria secular, — e, seis meses depois, perante as lágrimas dum pobre padre catalão de Rilhafoles, enforcado na rua do Outeiro, diante da mesma casa onde cometêra o crime. Durante muito tempo, a cabeça do illustre cirurgião francês, decepada e pregada no

alto do patíbulo, ficou apodrecendo à chuva e ao sol. Enquanto ela lá esteve, os vizinhos, eriçados de terror, contavam a quem queria ouvi-los que uma figura branca de frade, a cruz vermelha e azul dos trinos aberta no peitoral do hábito, vinha tôdas as noites gemer em volta da forca de Isaac Elliot...

S. MIGUEL ARGANJO

Os documentos que o Dr. António Teixeira Coelho de Vasconcelos, da ilustre Casa de Cörtinhas em Cabeceiras de Basto, acaba de oferecer-me com destino aos Arquivos do Estado, veem projectar uma inesperada luz sôbre a história, obscura ainda, do movimento miguelista de 1846-1847, que teve como consequência o massacre de Braga e a triste jornada de Guimarães, e cujo último lampejo se extinguiu, nas serranias de Trás-os-Montes, com as guerrilhas heróicas do Padre Casimiro e de Frei Manuel de Agra. É opulentíssima esta colecção. São cêrca de trezentas peças, que estudei logo que as recebi das mãos do meu amigo Dr. Castro e Almeida, e entre as quais se encontram, além do copiador de Anelhe e do sinete com o sêlo do Governo Provisório de Basto, cartas muito interes-

santes do rei exilado; do conde de Almada; de Ribeiro Saraiva; do Doutor Sacra-Família; do Doutor Cândido Rodrigues Alvares de Figueiredo e Lima, logar-tenente de D. Miguel em Portugal e organizador do movimento revolucionário de 46; do egresso Frei Francisco da Natividade de Maria, seu confessor, alma do *complot* miguelista; do Samoça; de Alpuim e Menezes; do enérgico e rude Frei Manuel Antunes; do secretário Carneiro; do guerrilheiro Frei João do Carmo; dos brigadeiros Guedes e Bernardino; dos fidalgos das casas do Souto, de Singeverga, da Granja de Ribas; do comendador António Taveira Pimentel de Carvalho, chefe da dissidência legitimista de 1851, o homem que fez dissolver a célebre «Junta de Marco-Aurélio», que foi a alma do triste pacto com a patuleia, e que não concorreu pouco para atenuar a força política da mais medularmente nacional de tôdas as facções partidárias portuguesas do meado do século XIX: o miguelismo estreme, corcunda, apostólico e tradicional. Que belo livro dorme nesta ruma de papeis velhos, e como eu gostaria de ter saúde e tempo para o escrever!

Há no copiador de Anelhe uma carta do padre Casimiro, que me impressionou. É uma página de história. É o documento duma fé, duma energia e dum carácter. Escreveu-a em 1852 o audacioso guerrilheiro ao Doutor Sacra-Família,

confessor, secretário e assistente de D. Miguel, que então se encontrava com o rei no palácio longínquo de Lauguenselbold. Lateja nela a mesma exaltação mística, o mesmo forte espírito de reacção apostólica que pareceu renascer um momento, setenta anos depois, na figura do padre Domingos. Através das suas palavras ao mesmo tempo másculas e humildes, sente-se aperrar armas, crepitar fogueiras, murmurar orações. Quer que o rei saiba tudo, — quem êle é, como êle sofreu, como êle matou pela santa causa. Conta como em maio de 1846 saíu pela primeira vez a campo com todo o povo do Minho e de Trás-os-Montes, que o aclamava, que o beijava, que o proclamava general e defensor das Cinco-Chagas. No meado do mês tinha já trinta mil homens em volta de Braga. E não cuidasse o Sacra-Família, não cuidasse o rei que eram setembristas. Não! O povo queria lá ouvir falar em chefes da patuleia, em Montalvernes, em Bentos Gomes, em Motas, — raça danada, tão boa ou tão má como os Cabrais! O chefe era só êle, o ídolo era só êle, padre Casimiro. Choravam quando o viam, cobriam-no de flores, cantavam hinos em seu louvor. O bom povo, o lial povo braguês! Chegou em triunfo a Ruivães: Montalegre coalhou-se de gente para o ver passar; armada de foices, de cacetes, de navalhas, de mosquetes velhos, a multidão queria acompanhá-lo se êle marchasse para Chaves, a ata-

car Vinhais. E não eram só os homens; eram as mulheres também, as lindas mulheres de Salamonde e da Ribeira de Sonas, que deixavam tudo, lar, marido, filhos, para seguir atrás d'ele, desgrenhadas, de clavina nas mãos. O bom povo, o lial povo transmontano! Quando, quasi abandonado, se recolheu a Vieira, o Antas marchou de Lisboa com uma brigada de mil e seiscentos soldados, para o cercar, para o caçar como a um lobo. Era elle o terror. Era elle o espectro duma rialeza de seis séculos, arrastando o seu manto pela urze negra das montanhas. Marchava com um rosário e um arcabuz nas mãos. Se quisesse — conta elle ao rei — teria levado cem mil homens às portas de Lisboa. Até um regimento espanhol, sublevado na Galiza, se lhe fôra apresentar em massa, officiais à frente, ao seu pobre passal de Vieira. E depois! Depois, no movimento de novembro organizado pelo Doutor Cândido, o santo, o virtuoso logar-tenente do seu arcanjo S. Miguel! Ao seu brado de armas, os estudantes, os artífices, o povo inteiro de Braga e das aldeias correu a juntar-se-lhe, como uma só alma, como um só coração. Quem se opôs a que elle, padre Casimiro, sòzinho, sem dinheiro, levantasse contra saldanhistas, contra setembristas, contra todos, — milhares e milhares de homens? Mac-Donell, o próprio Mac-Donell commandante das fôrças miguelistas de Braga, — Mac-Donell, o traidor. O padre Casimiro, do alto

dos seus serviços, do seu prestígio, do seu de-sassombro, — acusa. Mac-Donell, o escocês, era um maçõn. O seu nome andava, em Paris, nos almanaques dos pedreiros-livres. E porque era um maçõn, um vendido, impediu-o, a êle, de levantar gente armada contra os clubistas, contra os devoristas, contra os Coburgos de Lisboa. atraçouo, abriu as portas a Casal, preparou o massacre tremendo de Braga em 31 de dezembro, — e por engano, por equívoco, por confusão, por castigo de Deus, foi morrer, caminho de Vinhais, às mãos duma patrulha. Que o Doutor Sacra-Família não deixasse de o repetir ao rei: a corõa resvalára-lhe mais uma vez da cabeça, porque Mac-Donell era um traidor. Afirma-o êle, padre Casimiro, com a autoridade moral de quem jogou a vida, de quem perdeu os bens, de quem viu morrer pai e irmão, de quem andou homisiado, a monte como os lóbos, — pela causa sagrada de D. Miguel. Não quer honras; não quer dinheiro, porque só aceitou vinte mil réis para seis arrôbas de pólvora: quer um rei portugûes para Portugal, e jura que há-de continuar a bater-se, com a cruz e a clavina nas mãos, até ver de todo edificados os muros da nova Jerusalém.

Pobre padre Casimiro! Ingénuo Du Guesclin do miguelismo expirante! Pouco tempo andado, — a fé extinguiu-se, miguelistas e patuleias confraternizavam, germinava a semente da dissi-

dência e da intriga, da defecção e do ódio, e a pobre sombra do guerrilheiro de Vieira, abraçada ao seu arcabuz e ao seu rosário, dissipava-se para sempre, como fumo.

A MORTE DE D. JOÃO VI

D. João vi morreu envenenado?

Esta pergunta tem sido feita várias vezes. Logo que o rei adoeceu, no dia 4 de março de 1826, a paixão política atribuiu imediatamente a enfermidade de D. João vi a uma acção criminosa. O pobre monarca, obeso, artrítico, balofo, com o beiço pendente e as úlceras maleolares dos Braganças e dos Habsburgos, fôra vítima do duelo apostólico-liberal travado em volta do trono. O carácter da doença, a sua aparição súbita, o seu duplo sindroma nervoso e gastrointestinal, os delíquios, as convulsões, os vômitos, avolumaram a suspeita de veneno. Quem o propiciara ao rei? Para os apostólicos não havia dúvidas: os liberais. Para os liberais não havia dúvidas também: a rainha. Quando D. João vi morreu, a questão foi, por ambas as partes, posta com ódio, com facciosismo, com

rancor. Os médicos e cirurgiões da câmara tinham assassinado o monarca. Por ordem de quem? Do Intendente Rendufe, — diziam os «corcundas». De Carlota Joaquina, — afirmavam os pedreiros-livres. Durante muito tempo, os dois partidos atiraram-se à cara, mutuamente, o cadáver do rei. O crime, para uns e para outros, era evidente. Fôra a *água tofana* vinda de Nápoles, — de que já morrêra o cozinheiro Caitano. Fôra o veneno do Brasil trazido pelo cirurgião Teodoro de Aguiar, — que já apressara a morte ao conde de Vila Verde. Chegou-se a afirmar que o rei, oficialmente morto no dia 10 de março, já era cadáver desde o dia 6. É José Agostinho de Macedo que o afirma, três anos depois, na *Bêsta Esfolada*: «Expirou a 6 de março pelas quatro horas e meia da tarde; os almudes de vinagre canforado, que corriam em ondas por aqueles pavimentos manchados com o mais atroz de todos os delitos, e a incessante sentinela do filho do *Noli me tangere* do Pôrto, quero dizer o Rendufe, à porta, e à vista da Rial Alcova, ainda estão mostrando a verdade e a atrocidade de tal crime». A morte repentina do Barão físico-mór, o vélho Alvaiázere, que ousara falar no veneno ministrado ao rei, teve o valor duma confirmação. O suicídio do cirurgião brasileiro Aguiar, ocorrido algum tempo depois, foi considerado um acto de desespero e de remorso. Um cortejo de mortos acompanhava o féretro de D.

João vi. Havia, de facto, um criminoso? Se havia, — onde estava elle? Em Lisboa ou em Queluz? Na Intendência de Policia ou na sala D. Quixote? Era Rendufe ou era a rainha?

Não é facil responder. Os indícios abundam; mas faltam as provas. Vejamos primeiro a versão official. Sigamos, através dessa versão, a marcha dos acontecimentos. No dia 4 de março de 1826, o rei, antes de entrar no côche que o havia de conduzir a Mafra, tomou um caldo. Repentinamente, sentiu-se mal e não parliu. Que se passou depois? Referem-no, com impressionante laconismo, os 27 boletins afixados e publicados na *Gazeta de Lisboa*. O primeiro, datado do Paço da Bemposta, 5 de março, às 8 horas da manhã, e assinado por sete médicos, diz o seguinte: «Sua Majestade Imperial e Rial teve no dia sábadó quatro do presente mês de março uma indigestão, acompanhada de insultos nervosos, que momentâneamente duravam, e dos quais, a beneficio dos remédios que se dignou tomar, se acha melhor actualmenté». Nada mais. O segundo e terceiro boletins, referentes ao dia 5, limitam-se a declarar que os insultos nervosos não se repetiram. Os dois boletins do dia 6 dizem que o rei piorou: um ataque às 5 da manhã; novos ataques do meio dia às 2 horas, «um dêles tão violento que se receou muito pela preciosa vida de Sua Majestade»; o rei é ungido; das 2 e meia da tarde em diante, sonolência

profunda (coma?). É neste dia, e neste estado, que D. João VI assina o decreto nomeando a regência e entregando o governo à filha mais velha. No dia 7 publicam-se boletins de quatro em quatro horas: dizem todos, invariavelmente, que o rei está melhor. O mesmo no dia 8: os sete boletins que se afixam, declaram-no livre de perigo. No dia 9, a informação da tarde volta a acusar um insulto nervoso às seis horas. No dia 10, pela manhã, D. João VI tem «um delíquio que demora 10 minutos»; à 1 hora e 17, novas convulsões, que se repetem às 2 horas. O último boletim, datado ainda do Paço da Bemposta, 10 horas da noite do dia 1, anuncia a morte do monarca: «Sua Magestade Imperial e Rial, que Deus há em glória, tendo continuado a sofrer repetidos insultos nervosos, sobrevieram amiudadamente três, dos quais o primeiro começou às quatro horas da tarde com grandes ansiedades; o segundo às quatro horas e um quarto, e durou quatro minutos; o terceiro principiou às quatro horas e vinte e cinco minutos, terminando desgraçadamente por uma síncope. à qual se seguiu a morte mais calamitosa para os Portuguezes (infelizmente verificada até pelas experiências eléctricas) às quatro horas e quarenta minutos». Por conseguinte, ataques às 8 e meia, à 1 e 17, às 4, às 4 e um quarto, às 4 e 25; às 4 e 40, síncope cardíaca; morte. Eis tudo quanto oficialmente se soube. José Agostinho

de Macedo, na *Bêsta Esfolada*, faz-se eco da voz do povo; diz que D. João vi morreu no dia 6, e afirma que o último boletim foi forjado pelo cirurgião brasileiro Aguiar. Ora isto não é verdade, porque o documento que acabo de transcrever, publicado na *Gazeta* do dia 11, está assinado por dôze dos mais ilustres médicos palatinos: o barão de Alvaázere, físico-mór, e os doutores Bernardo José de Abrantes e Castro, Francisco de Sousa Loureiro, Mariano Lial da Câmara Rangel de Gusmão, Francisco José de Almeida, Joaquim Xavier da Silva, José Pinheiro de Freitas Soares, Francisco Alves da Silva, João Tomás de Carvalho, Inácio António da Fonseca Benevides e Joaquim Félix de Barros. Se os médicos da rial câmara, por conveniências de ordem política, se prestaram a dar como tendo ocorrido no dia 10 um óbito presumivelmente verificado quatro dias antes, fizeram-no sob a responsabilidade do seu nome e com a plena consciência do acto que praticavam. O que impressiona no documento sujeito não é a questão da sua autenticidade; são as reservas com que êle está redigido. Não se diz de que doença D. João vi morreu. Alude-se vagamente a «indigestão», a «ansiedades», a «insultos nervosos», — quer dizer, a perturbações gastro-intestinais e a fenómenos convulsivos de carácter indeterminado, mencionando-se apenas o acidente terminal: a síncope. Tratar-se-ia de um caso vulgar

de urémia aguda? Tratar-se-ia de um crime? Pelos elementos que a versão oficial nos fornece, não é facil, como, se vê, formar um juízo seguro.

Há, porém, versões não officiaes àcerca da morte de D. João VI, que esclarecem melhor o caso. Uma delas tem especial interêsse. É, de tôdas as que correram, a menos impregnada de ódios políticos. Encontrei-a num folheto de autor ignorado e de carácter acentuadamente apostólico, escrito em francês, publicado em Lisboa em 1832, e intitulado *Memoires sur le Portugal*. O autor, que parece ter conhecido de perto os homens políticos do seu tempo, não contesta que D. João VI succumbisse a doença. Acha mesmo natural que o facto de se haverem fechado de repente as úlceras que o rei tinha nas pernas, determinasse os accidentes observados no dia 4. «*Depuis quelque temps, la santé du roi donnait des inquiétudes; des plaies qu'il avait aux jambes s'étaient fermées, et il refusait de se soumettre aux remèdes qui pouvaient prévenir de funestes résultats. Des médecins non suspects pensent que ce put être la cause de sa mort, et tout homme impartial doit le croire, à défaut de preuves positives du contraire*». Não foi o veneno que produziu, segundo o autor francês anónimo, a doença de D. João VI; mas — e aqui a sua afirmação é categórica — foi uma poção ministrada ao rei, no dia 6, que lhe apressou o fim. Quem lha deu? Um médico da rial câ-

mara, «*inicié aux sociétés secrètes*», «*recompensé avec des titres et de l'argent*», «*exerçant la plus scandaleuse influence sur les affaires de l'État*» — em quem não é difficil reconhecer o doutor Francisco José de Almeida, médico palatino honorário, depois barão de Almeida. Quem foi o seu cúmplice? «*Un chirurgien brésilien, nommé depuis chargé d'affaires du Brésil en Portugal*», — quer dizer, o cirurgião da câmara Teodoro Ferreira de Aguiar. A história tem um pouco de Rocamboles. Vejamos. No dia 6 — e isto concorda com a informação dos boletins — D. João VI piorou; os ataques succederam-se; o rei caíu em sub-coma. Os liberais do govêrno, ou, mais próprioamente, o *complot* Lacerda-Rendufe, temendo que a morte próxima do monarca trouxesse a regência da rainha, o regresso de D. Miguel e a vitória dos «corcundas», lavraram o decreto que entregava o govêrno à infanta Isabel Maria e nomeava regentes, com os secretários de Estado, o duque do Cadaval, o marquês de Valada e o conde dos Arcos. Era preciso que o rei assinasse êsse decreto. Reclamava-o a causa dos liberais. Exigia-o o próprio ministro de Inglaterra. Mas como obter a assinatura dum moribundo? Como despertar D. João VI do seu letargo? É então, diz o autor das *Memoires sur le Portugal*, que o médico Almeida intervem. «*Il réunit ses collegues, et les consulta sur les*

moyens de rendre au roi assez de force pour signer un acte d'où dépendait la tranquillité de l'État. Un d'eux lui rappella que, peu d'années avant, le comte de Villa Verde étant à l'extrémité, il lui avait donné, par ordre exprès de Jean VI lui même, une potion qui l'avait ranimé de manière à ce qu'il put indiquer où se trouvaient des papiers dont la possession importait au roi: mais que, si cette potion n'avait pas causé la mort de ce seigneur, elle l'avait du moins accélérée; qu'elle produirait sans doute le même effet sur Jean VI, et, qu'une telle responsabilité ne laissait pas d'être effrayante. Le médecin qui avait provoqué cette conférence, la termina bientôt; et, secondé par un chirurgien de la chambre, sujet Brésilien qui avait su capter la confiance de Jean VI, il fit prendre au roi, sans plus hésiter, la fatale potion. Ce malheureux prince parut en effect se ranimer; il reprit quelque connaissance, et l'on se hâta d'en profiter: mais à peine eut-il jeté les yeux sur le papier qu'on lui présentait, qu'il le repoussa: d'horribles convulsions terminèrent ce premier essai. Dès qu'on le vit un peu plus tranquille, on recommença; cette tentative fut suivie d'un nouvel accident. Le moment était critique: la potion allait agir dans toute sa violence; il fallait en finir. On écarta sévèrement tous les témoins qui n'étaient pas intéressés au silence, et on se rendit maître ainsi des derniers moments de Jean VI. Le dé-

crét fut signé. Comment? C'est ce que l'on ignore; c'est ce qu'on imagine avec horreur.»

Não sei se esta admirável scena de tragédia política se passou como o autor a descreve. No fundo, tratar-se-ia de um vulgar facto clínico: a administração de um estimulante enérgico a um doente prestes a morrer pelo coração ou pelo rim. Que estimulante era êsse? Em que dose foi dado? Quais as intenções reservadas de algum ou de alguns médicos palatinos? Impossível sabê-lo hoje. Se houve crime, as provas faltam. O autor das *Memoires* diz que se fez anatomia ao cadáver real e que se encontraram vestígios de veneno. «*A l'ouverture de son corps, des chirurgiens expérimentés reconnurent les traces d'un poison actif et brulant: provenaient-elles de la potion qu'on avait fait prendre à Jean VI, où étaient-elles le resultat d'un crime antérieur?*» Procurei o relatório da autópsia. Encontrei outros, — entre êles o de D. Pedro iv. Não encontrei o de D. João vi. Ou não chegou a abrir-se o cadáver do rei, — ou o documento dêsse acto, possivelmente comprometedor, desapareceu.

O SARAMBEQUE

Nô propósito de estudar, em tôda a extensão do seu pitoresco, a vida da sociedade portuguesa do século XVIII, fiz reconstituir, no Conservatório, uma das danças tradicionais dos séculos de seiscentos e de setecentos. Chama-se essa dança — o «sarambeque». É um bailado de movimentos vivos, saracoleado, desnalgado, menos grosseiro do que a «fôfa» dos alfamistas e das regateiras do tempo de D. João V, mais rápido e mais vivaz do que a «chacoína», o «oitavado» ou o «Zabel-Macau». Dançaram-no seis «gaivotas» de josêzinhos encarnados e lenços bicudos de cambraia, e seis «francelhos-móres» do tempo de Filinto, com as suas casacas de sêda, os seus bicornes enormes, as suas gravatas «de espêque», os seus brincos nas orelhas, o seu óculo de punho de prata, — degenerescências beatas e apostólicas do terrível *incroyable* da Revolu-

ção. Bateu-lhe os ritmos, num cravo de oitava larga, o talento de Hermínio Nascimento. Reconstituiu-lhe as marcas — ou as «mudanças», como se dizia no século xviii — a competência de António Pinheiro. E a velha dança, que em 1730 fizera tremer de indignação na sua púrpura o nobre cardeal da Cunha, — teve um successo.

O que era o «sarambeque»? Qual foi a sua história? São poucos os documentos que se referem a esta dança e poucas as indicações subsistentes àcerca dos seus «passos» e «figuras». O que parece é que, como a «fôfa», como o «canário», como o «arromba», como o «arrepia», era uma dança originariamente portuguesa. Estava em plena moda no meado do século xvii, — e o povo ainda delirava com ela, na procissão do *Corpus Christi*, ao fim do século xviii. Ao passo que a «galharda», o «pé de chibão», a «pavana rica» morriam ao expirar de seiscentos, — o «sarambeque» batia-se com as «cheganças» no tempo de D. João v, disputava o successo ao «fandango» no consulado pombalino, e dançavam-no ainda, no tempo dos franceses, com a mesma fúria esbelta, desnalgada e brêjeira, os *spencers* azúis bordados de oiro dos oficiais de Junot e os encantadores capotes encarnados que deslumbraaram, no princípio do século xix, a viva duquesa de Abrantes. A vida do «sarambeque» durou, pelo menos, sé-

culo e meio. A princípio, bailavam-no as senhoras fidalgas, por passatempo, nas suas câmaras e oratórios. Mas logo a moral de mosteiro e de cavalaria que caracterizou o século xvii português, condenou, como demasiado desenvolvida, uma dança que à similhaça da «sarabanda» se bailava com os braços e com as pernas, sapateando e estalando castanholas à volta dum tapête ou duma esteira. O primeiro a fulminá-la foi D. Francisco Manuel, discutindo, na *Carta de Guia de Casados*, os passatempos permitidos às espôsas: «Não louvo o trazer castanhetas na algibeira, saber jácaras, e entender de mudanças do sarambeque, por serem indícios de desenvoltura». Essa desenvoltura fundamental fez, daí por diante, a fortuna da antiga dança seiscentista. O «sarambeque» desceu ao povo; passou dos tacões vermelhos das «franças» para os sócos de pau das maranhôas; invadiu as hortas do Catavento e os terreiros da Mouraria; fez as delícias dos picões do Mocambo e dos carpinteiros da Ribeira das Naus, — e farto de sacacotear-se atrás do pálio doirado das procissões, ao lado dos mochatins e do rei David, surgiu, no meado do século xviii, inesperadamente, bravamente, em plenas toiradas fidalgas do Terreiro do Paço. Em 1752 vêmo-lo, preferido pelo povo, adorado pelo povo, dançar-se perante as nobres tranqueiras de toiros que o marquês de Abrantes levantara em honra de el-rei D. José,

Um folheto de cordel, «*Mapa curioso das vistas entradas e danças que hão-de preceder aos combates de touros que no Terreiro do Paço se hão-de combater nos primeiros dias*», dá-nos a impressão da grosseira folia popular em que se teria transformado, no terceiro quartel do século xviii, o aristocrático «sarambeque» de 1650:

*«Outra dança se cobiça
E dizem que há-de ir à praça:
A dança do sarambeque.
.....
Emfim, haja sarambeque,
Dancem, tremam, dêem ao beque,
Que é isso que o povo quer.»*

Foi precisamente a forma plebeia do «sarambeque» que eu fiz reconstituir no Conservatório. É curioso que, na evolução desta dança, se dá exactamente o contrário do que se deu na evolução da «fôfa». A «fôfa», que é, no seu início, uma dança de negros, «*la plus indecente chose que j'aye jamais vue*», diz Dalrymple em 1774, reaparece, com o néo-marialvismo de 1830, entre as contradanças francesas e os caldos de galinha de Queluz, transformada numa dança de sala; o «sarambeque», pelo contrário, dança aristocrática do século xvii, bailada, como a «galharda» e a «pavana», com os garavins de pérolas e as anquinhas bojadas de Velasquez e de Pantoja de la Cruz, resvala das hortas para

as toiradas, das procissões para as ruas-sujas, e morre em pleno carnaval de 1820, em pleno Entrudo dos casacas-de-briche, deixando atrás de si um tipo imortal: o *Ché-Che*.

UM DIPLOMATA

Como se sabe, a França, ou melhor, Bonaparte, mandou a Portugal em 1802, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, o mais grosseiro e insolente dos seus generais: João Lannes. Não era um diplomata; era um arrieiro. Não era um homem: era uma tempestade de má criação. Pois bem. Do copiador dos seus ofícios ao ministro Talleyrand, que tenho aberto diante de mim e que é pouco menos que desconhecido, conclue-se que o general Lannes, moço de cavalaria boçal que Napoleão fez duque de Montebello e marechal de França, se queixou amargamente ao ministro e ao primeiro cônsul de que viera encontrar em Lisboa, com espanto seu, um homem ainda mais insolente e mais mal educado do que êle. Pois era difícil. Sabem quem foi êsse homem? O Intendente de polficia, Diogo Inácio de Pina Manique. Não

é caso, evidentemente, para que o nosso sentimento patriótico se exalte; mas ainda é consolador, como justa expressão do orgulho nacional, saber que houve, na Lisboa timorata e apostólica de 1802, quem batesse o pé ao mais violento e ao mais brutal dos generais de Napoleão.

Na rápida leitura que fiz dêle, afigurou-se-me muito interessante o copiador de officios de Lannes. Abrange os dois períodos de residência do herói de Marengo e de Stradella em Lisboa: o primeiro, de março a agosto de 1802; o segundo, de março de 1803 a julho de 1804. A propósito das suas reclamações junto do governo português nos casos de M.^{me} de Entremeuse e do negociante Lucatelli, de M.^{elle} Agathe e de Pascal Telon, e, muito especialmente, àcerca do contrabando que Pina Manique lhe não deixava fazer. — descompõe para França o Regente, os ministros, a côrte, o Intendente de polícia, mal-sina tudo, intriga tudo, calunia tudo, e acaba por convidar o primeiro-cônsul a empreender a conquista sumária de Portugal, naturalmente para que Sua Excelência o enviado extraordinário de Bonaparte puzesse, com mais facilidade, furtar aos direitos as fazendas de contrabando que vendia em Lisboa aos negociantes Leguer, Lucatelli e Maisonneuve. Mas o que é mais curioso ainda do que tôdas as violências e todos os insultos, é o conceito político que o general

Lannes formava dos homens que, em Portugal, exerciam o govêrno. As suas opiniões sôbre D. João vi, sôbre D. João de Almeida, sôbre D. Rodrigo de Sousa, não falando já no seu inimigo Pina Manique, — são incisivas, rápidas, pitorescas, muitas vezes incoerentes. De D. João vi, faz, em março de 1802, êste retrato, que vai no original francês para não perder o sabor: «*Quant au Prince, il est complètement nul, sa seule occupation est la chasse et son unique plaisir est de chanter au lutrin et de s'y faire applaudir par les moines*». Mas como o Regente, com mêdo dêle, o enche de jóias, lhe dá o seu retrato rodeado de diamantes, e é padrinho do filho que lhe nasce em Portugal, — Lannes converte-se, mente, elogia-o nas cartas para Talleyrand, e não tem dúvida em afirmar, no seu officio de março de 1803: «*Le Prince est le plus brave et le plus honnête homme de son royaume...*» O ministro dos estrangeiros e da guerra, D. João de Almeida, é «um caixeiro e um laçao do ministro inglês, espécie de boneco movido pelo gabinete de Londres»; o ministro da fazenda, D. Rodrigo de Sousa, «homem violento, brutal, é o inimigo jurado da França, capaz de sacrificar o príncipe, a pátria e a própria honra por um capricho de bêbedo»; todos os ministros são «*anti-français, et plus anglais que les anglais eux-mêmes*»; Luís Pinto é «um beato hipócrita»; — mas o retrato mais pitoresco, jus-

tamente por ser o mais rancoroso de todos, é o de Pina Manique, o homem com quem Lannes tem em Lisboa um verdadeiro duelo de insultos, de grosserias e de brutalidades; que chega a ser demittido da Administração Geral das Alfândegas por imposição de Bonaparte; que apreende ao ministro as mercadorias de contrabando nos pacabotes de França e da Holanda; que lhe manda prender o próprio secretário da embaixada, sem mais forma de processo; que vai até ao extremo de proibir que Lannes entre no paço de Queluz para falar a D. João vi; que lhe manda cercar tôdas as noites a casa pelas «môscas» da Intendência de Polícia, — e que faz perder de tal modo a cabeça ao ministro de Napoleão, que Lannes, completamente desorientado, escreve, em outubro de 1803, num despacho para Talleyrand: «Só lhe pergunto, Cidadão Ministro, se devo esperar que êsse homem venha à minha casa insultar-me e bater-me. Estou certo de que já o teria feito, se não soubesse que o não faria impunemente!» E, dias depois, noutro despacho: «Êsse miserável de Pina Manique ameaça-me, cerca-me de esbirros, prende os meus criados, persegue o meu ajudante de campo, arranca de dentro da caruagem o meu secretário de legação, e amanhã é capaz de me vir insultar a mim!» Pinta o Intendente como «um homem ignorante, de carácter baixo e feroz, dominando D. João vi pelo

terror, sendo o instrumento vil dos ódios de todos os ministros, a alma da própria atrocidade, e tornando, por si só, Lisboa inabitável». Pina Manique é o culpado de tudo, — dos negociantes que quebram, das barcas que se afundam, dos franceses que morrem, dos emigrados que se armam, da suprema afronta de D. João VI ter recebido em Queluz Coigny, o delegado de Luís XVIII —, e o seu poder, a sua grosseria, a sua insolência, a sua audácia são de tal ordem, que não há maneira de o derrubar, conclue Lannes, *«tant que la France ne prendra pas à l'égard de Portugal une contenance aggressive»*.

É admirável que o marechal Lannes tivesse de vir a Portugal para encontrar um homem mais mal criado do que êle !

FREI MANUEL DE SANT'ANA

O atentado de 3 de setembro de 1758 contra a vida do rei D. José, a que o autor das *Anecdotes du ministère du marquis de Pombal* chama «uma quimera», teve como consequência a instauração de dois processos: um, o processo dos Távoras, — que foi a tragédia; outro, o processo de Frei Manuel de Sant'Ana, — que foi a farça. Em ambos deixou a sua assinatura Sebastião José de Carvalho. O primeiro, que destroncou as mais puras costelas de ouro da nobreza portuguesa, tôda a gente o conhece, — ao menos do traslado da sentença de 12 de janeiro de 1759, que corre impressa em várias collecções de leis e acórdãos do Desembargo do Paço; o segundo, onde sorri um pobre leigo franciscano da Província dos Açores, — creio que poucos o conhecerão. Tenho aqui, na minha frente, o original dêste processo. Apesar

de pouco volumoso, não sei de mais admirável pintura da vida lisboeta do século XVIII. Vou falar-lhes dêle, — e dizer-lhes quem foi e que crime cometeu o leigo Frei Manuel de Sant'Ana.

Na manhã de 30 de dezembro de 1758, por conseguinte quinze dias antes do suplício dos fidalgos em Belém, uma mulher — nos processos de frades entram quasi sempre mulheres — procurou, embrulhada no seu manto de drognete, o Corregedor do Bairro Alto, e disse-lhe que tinha importantes declarações a fazer no feito crime contra o duque de Aveiro. O magistrado esbugalhou os olhos, mandou-a assentar numa cadeira velha de moscóvia e chamou o escrivão. Viva, esperta, desembaraçada, D. Margarida Antónia de Miranda — assim era a graça da mulher — trinta anos, rosiclér de diamantes no topête, saia verde de crespos de Lamego, uma verónica da Senhora do Pilar ao pescoço, contou que dois dias antes, na manhã de 28, vindo ela da missa e estando em casa do Beneficiado José Gomes Ribeiro, com quem vivia (não consta a que título) na rua da Rosa das Partilhas, — entrara um frade franciscano de visita ao Beneficiado, e dissera «que se os fidalgos fôsem degolados havia de haver muito murro e muito sangue; que o não sentiria ela, por ser solteira, mas que haviam de senti-lo as casadas; e que os verdadeiros suspeitos no atentado contra el-rei não eram os senhores fidalgos,

mas certas pessoas que elle conhecia e que viviam numa terrinha perto». O Corregedor do crime, apoplético, perguntou o nome do frade. D. Margarida Antónia respondeu sem tergiversar: chamava-se na religião Frei Manuel de Sant'Ana, era cunhado do porteiro do duque de Aveiro, leigo franciscano da Província dos Açores, e guardava em Belém a casa do duque desde que elle fôra preso. Que razões de interesse ou de sentimento moveriam esta mulher na denúncia do pobre donato de S. Francisco? A intenção ambiciosa de prestar um serviço à causa do ministro e do rei? O propósito de se vingar dalguma partida de Frei Manuel, que tinha todos os defeitos dos franciscanos — e que não devia nada à virtude? O processo não o diz. Sabe-se apenas que o Corregedor do Crime do Bairro Alto voou à rua Formosa a casa do ministro; que Frei Manuel de Sant'Ana foi immediatamente preso; que nessa mesma hora se expêdiu aviso ao Juiz da Inconfidência, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, e ao desembargador da Casa da Suplicação, António de Oliveira Machado, nomeado para servir de escrivão na diligência; — e que ainda nesse dia, em Belém, no Paço da Quinta do Meio, o pobre leigo franciscano, embrulhado no seu chiole de estamenha, a tremer e a ramalhar as camândulas, verde como uma convalescença de sezões, era chamado a perguntas perante o ministro Sebastião José de Carvalho. Negou tudo. Que não; que não pro-

nunciara semelhantes palavras; que estava inocente: que só se lembrava de ter repetido umas trovas do Bandarra, que diziam «bemaventurada a mulher que no ano de 1759 encontrar marido». O ministro devia ter feito uma ideia justa da inteligência do frade e da importância da causa, porque já não esteve presente no dia 1 de janeiro, quando se procedeu à acareação de Margarida Antónia com Frei Manuel de Sant'Ana. Essa acareação foi curiosa. O frade batia as sandálias no chão de tijolo do Paço e continuava negando; o Juiz da Inconfidência apertava a mulher; Margarida Antónia, que se fazia acompanhar por uma tia velha do Beneficiado, pingada de diamantes e refogada de carnes, gritava, rugia, espumava, invectivava o franciscano, acusava-o agora de defender o duque de Aveiro, de dizer «que era mentira ter o duque queimado um livro para botar fogo às casas», de voltar-se irado contra o ministro, contra as justiças, contra o governo de el-rei «que dava os officios que vagavam, antes de mandar pôr os editais»; e tanto gritou, tanto insistiu, tanto jurou, o manto descomposto, o pente de tartaruga do Alentejo a abanar no toucado, as mãos cheias de anéis às punhadas na banca, — que o frade, negando sempre, sucumbiu, enfiou e atirou consigo para um canto, a engranzar padre-nossos e a dizer que não com a cabeça. No dia seguinte, inesperadamente, Frei Manuel de Sant'Ana pede para fazer declarações à justiça.

Vai confessar? Vai, por sua vez, denunciar? Ninguém sabe. Um meirinho trá-lo à Quinta do Meio, perante o Desembargador da Casa da Supplicação. Caem, em volta, os pesados reposteiros, de baetão vermelho com as armas de D. João v. O dr. Cordeiro Pereira olha o leigo através da sua luneta de punho de prata. E Frei Manuel, confuso, vèxado, seráfico, conta então que no dia em que tinha estado em casa do Beneficiado da Sé o frio era tanto, que ao desembarcar de manhã no cais da Ribeira, repassado da névoa, comprara a uns vila-francas dois copos de aguardente por um vintêm, bebêra-os de um trago, um sôbre o outro, — e daí por diante, tôda a santa tarde, não dissera coisa com coisa nem em casa do Beneficiado, nem na morada dum ourives da rua de S. Bento, nem numa horta de Valverde onde comêra, porque — com a licença dos senhores desembargadores e a infinita misericórdia de Deus — estava evangélicamente bêbedo. Não o declarara, quando viera a perguntas, por vergonha do ministro; e, quando fôra acareado, por pejo de o dizer diante de mulheres. Mas era a verdade em Cristo. Os magistrados, olhando a figura compungida de Frei Manuel de Sant'Ana, sorriram. Nesse mesmo dia, o frade, livre dos ferros de el-rei, era mandado de presente ao Padre Provincial.

Pela primeira vez se encerrava sem o travo do sangue um processo de Sebastião José.

ESPADACHINS

Um ilustre mestre de armas, meu amigo, pede-me que lhe fale do espadachim português do século xvii. É um assunto que daria volumes. Como quer você, meu caro mestre, que eu o condense em meia dúzia de páginas?

Não. O nosso espadachim não é uma criação seiscentista. Existiu sempre. Existe ainda hoje. Existirá, enquanto existir Portugal. A versão portuguesa do fanfarrão esgrimidor e arruaceiro constitue um tipo, que a literatura, e em especial o teatro, se encarregaram de definir e fixar. Começa a esboçar-se com a instituição das quatro primeiras escolas de espada preta em Lisboa, na primeira metade do século xv. Depois, o espadachim enraíza e floresce, multiplica-se e triunfa. Os mestres de armas pululam. Não se ensina o jôgo italiano ou o jôgo espanhol, florido em manejos altos: en-

sina-se a matar, a assassinar, com todos os ardis desleais e tôdas as traições infames. Em Coímbra (1548) é presa muita gente por trazer espadas de mais da marca. Em Lisboa, os mestres, quási todos mulatos, instituem verdadeiras escolas de crime. Cria-se em Portugal uma nova arte: a «arte da gualtaria». É Jorge Ferreira de Vasconcelos que, numa das suas comédias fâmasas, recolhe e fixa a palavra, — derivada talvez de «gualteira», o rebuço encapuzado dos valentões quinhentistas. Ser mestre na arte complexa da gualtaria, era possuir todos os segredos do rufião e do espadachim corredor de vielas e de alfurjas, saber fazer uma espera e vibrar uma estocada «em raio de sol», conhecer todos os recursos da espada-preta, desde a sciência de escolher um terreno até à arte de bem ferir na escuridão. Tôdas as noites, nos arcos ou nas betesgas da cidade, havia esperas, arruaças, brigas sangrentas. Os embuçados surgiam de cada canto. Foi preciso consentir aos mecânicos e homens de trabalho honrado o porte de armas depois do sino, para sua defesa (Leão, 2, *Comp.*, 408). O duelo passou a ser um expediente para facilitar o roubo. Os próprios frades goliardos conheciam a espada preta e guardavam o ferro debaixo da estamemha do hábito. O *Frei Capacete*, de Gil Vicente, dominicano devasso e duelista, é uma versão ton-surada do espadachim do século xvi. Os mes-

tres de armas eram frequentemente presos por morte de homem. Em Setúbal (1540), um mestre mulato, Jorge Fernandes, assassina à traição um pobre diabo inerte. Entretanto, o rei é o primeiro a protegê-los: D. João III, em 1556, permitiu ao mestre de armas castelhano Juan Robledo, como prêmio, o uso da sêda nos vestidos. Estabelece-se, na côrte, o ensino da esgrima aos moços-fidalgos. Em Coímbra, os escolares, com a sua capa negra e o seu fêsto branco, balem-se à noite, nas vielas, segundo as lições de Mestre Henrique e de Mestre Jerónimo. Um dêles sobreleva a todos: é barbirruivo, gigantesco, poeta, blasona de uma serpente verde em campo de prata, e chamam-lhe o — *Trinca Fortes*. Bate-se um dia, na Praça de Samsão, por causa duns olhos pardos — e espanta a Universidade; mais tarde, escreve um poema no destêrro da China — e assombra o mundo. Com o loiro D. Sebastião, arcangélico e virgem, surge uma geração de espadachins adolescentes. Andam encostados aos pagens, gemendo e falando efeminadamente, ao uso do tempo, — mas dêem-lhes uma espada para as mãos, e vejam que virilidade, que dextreza, que elegância, que raça! É mestre António, um bom vélho, que prepara tôda essa mocidade, simultâneamente feminil e heróica, para a triste jornada de Alcácer Kibir. É êle que naquelas mãos finas, onde scintilam jóias, cria músculos de aço para o açogue duma grande batalha.

Mas já o sombrio Filipe II, na dureza angulosa do seu perfil austríaco, surge da ampla estufa de coiro pregado que o conduz a Portugal. Vestido de setim branco, tendo abandonado pela primeira vez o seu luto negro de trinta anos, vem plácidamente completar e legalizar a usurpação. Uma grande onda espanhola galga sobre nós. Derrubam-se os feltros negros; abotoam-se os gibões de couro; as grandes espadas de tigelá, com o «*hierro despierta*» de Toledo, repuxam e levantam em crista de galo as capas negras; uma pluma vermelha, agressiva, impertinente, abana ao vento no castor e no feltro dos sombreiros, — e o espadachim, remoçado, virilizado pelo cruzamento castelhano, aparece mais pitoresco, mais característico, mais impressivo ainda, rondando de dia sob as rótulas verdes da cidade, ou embuçado à noite, como uma pincelada negra, na meia-luz dos nichos e dos oratórios. É êle que ajuda a fazer a revolução de 1640. É êle que se bate em duelo na Horta do Ducado, depois duma partida de dados secos e de beliches. É êle que põe máscara de noite nas ruas escuras da cidade velha, para vibrar, impunemente, uma «estocada de punho aos peitos». É êle, finalmente, que aprende os «danhos», os «reveses», os «altabaixos» de Pantaleão de Rua e do rei de armas Tomás Luís, ao mesmo tempo pintor de heráldica e mestre de espada-preta, — golpes vibrados segundo as lições de D. António Juste e

Yver, mestre de esgrima dos fidalgos em Madrid. Andam em tôdas as bôcas, por Lisboa, os nomes dos grandes duelistas de Espanha, — o marquês de Velada, o conde de Puñon Rostro, o capitão Blas de Rueday Valdez. Enquanto limpam as armas ou compõem os manoplas de camurça, os magros espadachins portuguezes de que Montesquieu, nas *Lettres Persannes*, faz a caricatura admirável, folheiam o livro de Francisco de Ettenhard, mestre do rei de Espanha Carlos II, ou meditam sôbre as singularíssimas páginas da *Filosofia de las Armas, fundada en la Astrologia, Simetria, Arismetica y Geometria*. Com a pléiada de espadachins do tempo de D. João IV, surge o mais tenebroso e o mais típico de tôdos os duelistas fanfarrões que tem criado Portugal: o senhor do Paul de Boquilobo, D. João de Castro Teles. Ao passo que êste Don Quixote portuguez applica nos seus desafios criminosos a sciência de espada-preta de D. Luís Pacheco de Narban, a arte de matar é posta ao serviço de sentimentos mais dignos e mais nobres. Outras figuras, de mais fidalgo sangue, derimem pelo ferro os seus conflitos de honra e as suas questões de amor. O nome duma mulher, proferido imprudentemente num terraço onde se jogava a péla, atira o conde de Castelo Melhor, de espada em punho, sôbre o conde de Vimioso, que cai morto. D. Francisco Manuel, que prefaciara com um soneto a *Dextreza das Armas*, de Diogo

Gomes de Figueiredo, e que troçara dos mestres de espada-preta na primeira jornada mollièresca do *Fidalgo Aprendiz*, bate-se com D. João IV, e fere-o, por causa da linda condessa de Vila Nova. Afonso IV e Pedro II teem os seus negros, os seus mulatos, os seus valentes, pagos a pêso de patacas de prata do Peru, para assassinar, para esbofetear, para insultar tôda a gente. Um dêsses valentes, Gaspar Varela, filho dum tecelão de Elvas, recebe o hábito de Cristo por ter assassinado um homem. Capitaneado pelo próprio rei, um bando de vadios e de mulatos ataca de noite o côche do marquês de Fontes e do conde da Ericeira, que teem, para se defender, de arrancar as espadas. Mais tarde, junto do Arco do Oiro, é ferido o secretário das mercês, Pedro Severim de Noronha, porque respeitosa-mente pedira, de chapéu na mão, que afastassem a liteira do rei. O mesmo succede, em S. Pedro de Alfama, ao visconde de Asseca, Martim de Eça, que tem de sair do côche, de estoque em punho, para se defender do rei e dos seus negros. Entretanto, o espadachim, abandonando o tipo velasqueano, começava a vestir-se à francesa. Desapareciam os ferragoulos de dozeno, as grandes espadas soldadescas, as imensas botas de cordovão espanhol, as voltas brancas, holandesas, sôbre os gibões negros: vieram as *rapières* francesas, os bigodes Richelieu, os sapatos de bôca de vaca, as coiras de búfalo, os

chapéus flamengos, as ligas de tafetá pingadas de oiro. O duelo esgota-se em brigas de acaso, em agressões eventuais sem o carácter de desafios regulares. O encontro em forma só uma vez aparece entre nós, no século da capa e espada: em 1658, durante o cêrco de Badajoz pelas nossas tropas. É o tristemente célebre «desafio dos Alvitos», em que tomaram parte o barão de Alvito, D. João Lôbo, e o mestre de campo Luís de Miranda Henriques, servindo de «segundos» D. Vasco da Gama, capitão de cavalos, e um irmão do barão, D. Francisco Lôbo. Nunca se soube ao certo a causa dêste encontro: os Alvitos foram ambos mortos no terreno, cada um com uma estocada no ombro direito; Luís de Miranda sucumbiu também, golfando sangue, debruços sôbre a espada, e o único sobrevivente, o moço capitão de cavalos D. Vasco, que contava apenas vinte e três anos e era um dos mais lindos rapazes do seu tempo, foi levantado do campo, gravemente ferido. Diz o *Tratado*, de Tomás Luís: «*A espada tem fio e meio fio; não há-de ser verdugo, senão cortadeira e têsã*». No desafio dos Alvitos, o mais sangrento duelo regular de que há memória em Portugal, as quatro espadas que se cruzaram foram verdadeiros «verdugos».

Com o século XVIII, o espadachim degenerou, — e o *quitó* nasceu...

A MÃE DO PRIMEIRO DUQUE

Um dos problemas fundamentais que tem de resolver quem porventura se proponha estudar, sob o ponto de vista da hereditariedade e da selecção, a estirpe ducal de Vila Viçosa, é o da filiação do primeiro duque de Bragança. Encontrei esse problema há dezasseis anos, quando, perante os retratos da admirável *Sala dos Duques*, pintados no tempo de D. João v por Pedro António Quillard, pensei nos primeiros inquéritos médicos às genealogias reais portuguesas. Quem foi a mãe do conde de Barcelos? Em que ventre talhou esse plebeu ilustre, que se chamou D. João I, a faixa contraveirada de prata da mais feliz das bastardias reais portuguesas? De que mulher nasceu o primeiro duque de Bragança? Da rendeira humilde, filha do sapateiro Fernão Esteves? Da filha do *Barbacho* de Veiros? Da pobre burguesa lisboeta que vivia nas

casas de Rúi Penteado? Da nobre Inês de Fontebôa, cuja beleza germânica e dólico-loira se embrulhou no manto branco das comendadeiras de Avis? Sangue plebeu e crasso? Sangue godo e conquistador? Uma celto-eslava, forte, escura, rude, humilde, aferrada à terra? Ou, pelo contrário, uma fêmea proveniente de estirpes dominadoras, mais ou menos entroncada no veio de oiro da rialeza, e realizando, no seu cruzamento com João I, aquilo a que se convençionou chamar um caso de «consanguinidade social»?

Estas questões de genealogias são particularmente fatigantes. Mas há eruditos patriarcais que, por essa província fóra, gostam de as desfilar à lareira. É para êles que estas páginas são escritas. Vou dizer-lhes o pouco que conseqüei apurar sôbre a identidade da mãe do primeiro duque de Bragança. Inútil acentuar que o interêsse de semelhante assunto está longe de ser estrictamente nobiliárquico. Ninguém ignora a influência decisiva que, no destino das raças riais que degeneram, produz a intercorrência regeneradora das bastardias. Estudar essas bastardias plebeias, verdadeiras transfusões de energia que fizeram perdurar muitos ramos dinásticos moribundos, não é apenas um capricho de genealogista, é uma necessidade da história. Esse estudo, porém, nunca foi fácil. De ordinário, quando se trata de identificar a mãe dum bastardo

rial, os linhagistas não se entendem. Em volta dos próprios bastardos de D. João v, géritos vagos de freiras bernardas e de aventureiras francesas, a confusão é grande. Não admira que interesses de vária ordem tenham procurado obscurecer também, determinadamente entre os nobiliaristas dos séculos xvii e xviii, a verdade inteira acerca do nome e da origem da fecunda moça do Alentejo, em cujo ventre plebeu se gerou o fundador da última dinastia portuguesa. Quem era ela? Uma nota à margem do *Nobiliário* de D. Gomes de Melo ¹⁾ diz-nos que se chamava Inês Fernandes, rendeira, filha do sapateiro Fernão Esteves. Os outros começam por não concordar quanto ao nome; discordam absolutamente quanto à família, — e não há forma de os conciliar quanto à nobreza. D. António de Lima, no seu *Nobiliário*, ²⁾ afirma que o primeiro duque de Bragança era filho «de Isabel Fernandez filha do Barbarrão de Veiros Fernão Esteves, que teve outro filho irmão de Isabel Fernandez, chamado João Moniz da Guarda, de quem vêm os Pereiras de Castrodairé, e hua filha que casou com Gonçalo Vaz de Castelo». É a lenda do *Barbadão*, que os cronistas oficiais da casa de Bragança se cansaram a desfazer. Outro in-

¹⁾ Mss. da Biblioteca Nac. de Lisboa, *Pombalina*, códice 277, fls. 672.

²⁾ *Pombalina*, códice 322, fls. 61.

dice genealógico, *Gerações de Portugal*, ³⁾ insiste em dar-lhe o nome de Isabel Fernandes: «El Rey D. João I, sendo mestre de Aviz, ouve em Isabel Fernandez, que depois foi commendadeira de Santos e filha de Fernão Esteves o barbarrão de Veiros, a Don Affonso que foi o primeiro Duque de Bragança». Manuel Alvares Pedrosa (o «ilustre Manoel Alvares Pedrosa», como o intitula, numa nota manuscrita, Manuel Caitano de Sousa) não lhe chama nem Inês Fernandes, nem Isabel Fernandes: chama-lhe Inês Pires: «A dita Iгнеz Pirez may dêstes filhos bastardos foi irmã do Dr. Joanne Mendes da Guarda de quem vem os Pereiras de Gege, filhos ambos de Francisco Esteves Barbacho, chamado o Barbarrão de Veiros, e de sua mulher Mafalda Eannes». ⁴⁾ E acrescenta, mais adiante: «Esta dona Ines foy irmãa de Joanne mendez da guarda filhos ambos do Barbarrão de Veiros». Há nisto, entre outros contrasensos, um, que é evidente: Inês *Pires* quer dizer Inês *filha de Pedro*;— e o nobiliarista chama ao pai *Fernão* Esteves Barbacho. Cristóvão Alão de Moraes reconhece o erro e emenda-o, no seu *Nobiliário*, ⁵⁾ dando à mãe do duque de Bragança, coerentemente com

³⁾ *Pombalina*, códice 231, fls. 11, v.

⁴⁾ Manuel Alvaro Pedrosa, *Nobiliário*, códice C, 2, fls. 9, v.

⁵⁾ *Pombalina*, códice 279, fls. 38.

a sua filiação, o nome de Inês Fernandes, — já não a «Inês Fernandes rendeira» de D. Gomes de Melo, filha dum sapateiro humilde, mas uma Inês Fernandes burguesa, «filha de hum homem de Veiros rico e honrado». Frei Leão de S. Tomás (*Beneditina Lusitana*, II, 380) acrescenta: «Teve mais El Rey D. João antes de casar, de huma nobre senhora chamada D. Ignez, huma filha e hum filho». Nicolau Rittershusio, na *Genealogia Imperatorum*, insiste: «*Alphonsus Joannis Primi Portugaliae, et Algarbiae Regis filius ex Agnete, nobili foemina Comes Barcelensis, post Dux Bragantiae.*» ⁶⁾ Não é apenas burguesa e rica; já é nobre. Surge, finalmente, Soares da Silva ⁷⁾ e diz-nos que a comendadeira de Santos, mãe do primeiro duque de Bragança, não tem absolutamente nada nem com Veiros, nem com o Barbadão, nem com o Barbacho, nem com o sapateiro: chama-se Inês Pires, e é filha de Pero Esteves de Fonteboa. Nobre? Nobilíssima. Afirma-o o erudito Silva, sôbre vários documentos, pergaminhos avulsos, que encontrou no Arquivo Ducal da Casa de Bragança. António Caitano de Sousa, apesar disso, atreve-se ainda a falar em Veiros ⁸⁾ e declara que Inês Pires teve o seu parto no castelo da vila. Soares

⁶⁾ Tab. 61.

⁷⁾ *Memórias de D. João I*, IV.

⁸⁾ *Hist. Geneal. da Casa Real Portuguesa*, V, pag. 10.

da Silva vai até ao ponto de renegar tudo quanto recorde a lenda do Barbadão; não quer que a nobre Inês Pires seja alentejana, e declara-se habilitado a provar, com outro pergaminho do Arquivo Ducal, que o primeiro Duque de Bragança não nasceu em Veiros, mas sim em Lisboa, «nas casas de Ruy Penteado, que som á portadoura». *) Os genealogistas falaram, — ninguém mais se entendeu. Rendeira ou burguesa rica, filha do Barbacho ou filha do sapateiro, alentejana de Veiros ou lisboeta do beco do Almirante, Isabel ou Inês, plebeia ou nobre, ainda hoje se não sabe ao certo quem foi essa mulher, fecunda e sem dúvida bela, a cujos peitos ubérrimos se criou o primeiro príncipe da estirpe de Bragança.

*) Memórias, v, doc. 9.

A EMBAIXADA

A história anecdótica das nossas embaixadas, sobretudo das nossas grandes embaixadas a Roma, daria a um colorista de recursos um livro interessantíssimo. A de D. Rodrigo de Menezes a Clemente XI; a do conde de Vilar Maior a Vienna de Austria; a viagem de André de Melo e Castro, depois conde das Galveias, enviado extraordinário a Roma, — quasi tôdas as embaixadas portuguezas do século XVIII foram grandes anedotas de ostentação e de sumptuosidade, além de maravilhosas pinturas de costumes e de ridículos políticos.

Quando André de Melo partiu para a cidade apostólica levou consigo um francês insinuante chamado De Bellebat, que foi o seu estribeiro e que havia de ser, mais tarde, o seu cronista. De Bellebat escreveu, numa linguagem de rara elegância, a relação da jornada do conde das Gal-

veias a Roma, — como, anos antes, o padre Francisco da Fonseca, num estilo choutão de macho de liteira, narrara a entrada do conde de Vilar Maior em Vienna de Austria. O livro do galante estribeiro francês interessa simultâneamente à nossa história diplomática e à história das nossas indústrias artísticas, por que descreve com individuação as maravilhas de talha doirada de que os entalhadores portugueses António Se-leiro e José Machado pojaram os jogos traseiros dos três enormes côches da embaixada. Mas é próprio o aspecto anecdótico que o recomenda. Sem o livro de De Bellebat, não conheceríamos hoje — e era pena! — todos os pitorescos incidentes palatinos que precederam a recepção do Enviado português pelo Papa.

A chegada de André de Melo e Castro a Roma, cheio de araras, de papagaios e de loiça da Índia para Sua Santidade, foi já um acontecimento. Como não houvesse aposentos melhores, hospedaram-no os frades de S. Bernardo no seu mosteiro, dando-lhe banquetes sôbre banquetes, festas sôbre festas. Nada mais profano do que a vida que os virtuosos monges proporcionaram ao futuro conde das Galveias. Logo nos primeiros dias, muitos cardeais, de côche, precedidos da umbela vermelha, vieram fazer-lhe a sua visita, sondá-lo, inquirir, avaliar da ilustração e da argúcia do Enviado. Foi uma romaria. Entretanto, graves coisas preocupavam o Sacro Colé-

gio. No seio daquele capítulo de Príncipes fizera-se um reboliço incompreensível. As conferências repetiam-se, Sua Santidade irritava-se, bispos e arcebispos andavam numa azáfama, o cardeal Paulucci, secretário de Estado, revolvía papeis e protocolos, ninguém se entendia, ninguém comprehendia o que se passava, todos se interrogavam uns aos outros. Que teria dado motivo àquella confusão dos purpurados? Uma simples dúvida: não sabiam como receber o Enviado extraordinário do rei de Portugal, que tratamento dar-lhe, que prerrogativas reconhecer-lhe. O problema revestia uma gravidade imprevisita. Até ali, só houvera Embaixadores e Residentes. Aos Embaixadores, mais do que Enviados, dava-se *Excelência*; aos Residentes, menos do que Enviados, *Illustrissima*: que tratamento se concederia a *monsignore* André de Melo e Castro, — que era menos do que Embaixador e mais do que Residente? Reuniram-se congregações, consultaram-se cerimoniais sôbre cerimoniais, os partidos dividiram-se, as opiniões extremaram-se, o cardeal Barberini dizia que sim, o cardeal Ottoboni dizia que não, — e só no fim de nove ou dez meses, depois de discussões intermináveis e de consistórios enfadonhos, é que aquella onda de rábulas de murça vermelha conseguiu acordar no tratamento e nas prerrogativas a conceder ao Enviado de D. João v. Essas ridículas prerrogativas eram as seguintes:

1.ª, o Enviado teria direito a mandar levantar um dócel na sala dos Lacaios, outro na sala das Audiências; 2.ª poderia usar penachos de sêda negra nas cabeças dos cavalos; 3.ª, far-se-ia preceder, quando passeasse no seu côche, de um laçao com umbela vermelha, como os cardeais e os príncipes; 4.ª, ser-lhe-ia concedido um coxim de veludo para ajoelhar na Igreja ou na rua à passagem do Santíssimo Sacramento; 5.ª, o decano dos seus criados poderia vestir-se de veludo preto à moda espanhola; 6.ª, dar-se-ia ao Enviado o tratamento da terceira pessoa, no italiano *Lei*, — mais que a *Illustrissima* dos Residentes, menos que a *Excelência* dos Embaixadores; 7.ª, poderia pedir audiência a Sua Santidade de um dia para o outro e de manhã para a tarde; 8.ª e última, os cardeais recebê-lo-iam sempre «*em habit decent, et non en habit court ou en deshabilité*».

André de Melo, estabelecido, com esta minúcia bizantina, o cerimonial a seguir, pôde então fazer a sua entrada solene no Vaticano, numa verdadeira procissão de côches sumptuosos armados em talha doirada, apainelados de pinturas, puxados a urcos holandeses, bamboleando, nos seus correões forrados de damasco vermelho e abroxados de prata, pelas ruas cheias de sol da Roma pontifícia. Foi um deslumbramento. As verdadeiras credencias do Enviado consistiram na magnificência com que se apresentou.

Ao ver desfilar o cortejo, já na retirada, a caminho do mosteiro de S. Bernardo, o cardeal Cavallarini, purpurado e desdenhoso, comentava, a sorrir, num grupo de bispos e de arcebispos:

— Não sei se o embaixador é bom; os côches são excelentes !

NUN'ALVARES

Meu amigo: — Pediu-me você a indicação de todos os retratos de Nun'Alvares. Prometi dar-lha nas quatro páginas duma carta. Cumpro hoje a minha promessa. Não; os documentos não são tão poucos como você supõe. A agiografia encarregou-se de perpetuar a imagem do Santo Condestável, que, de-certo, não teria sido tão pintada em tábuas e tão aberta em estampas, se não tivesse a envolvê-la, na decrepitude, o tabardo de semi-frater carmelita. Retratos directos, não resta nenhum. Cópias do original perdido, há muitas. Como sabe, o único retrato autêntico, mandado pintar pelo duque de Bragança D. Afonso antes de Frei Nuno morrer, ardeu no terremoto de 1755. Em 1745, anno em que Frei Joseph de Sant'Ana publicou a sua *Crónica dos Carmelitas*, ainda êsse retrato, oferecido pelo primeiro possuidor ao bastardo do rei D. Duarte, D. Frei

João Manuel, bispo de Ceuta e da Guarda, prior do Carmo e depois Provincial, se encontrava entre as pinturas dos santos da Ordem, no espaldar do arcaz maior da sacristia do convento. Era de meio corpo, representava Nun'Alvares na estamenha de donato, e tinha sido pintado, segundo opinião do dr. José de Figueiredo, pelo pintor de D. João I, mestre António Florentim. Desde o segundo quartel do século xv até ao meado do século xviii, o original de mestre António foi copiado, recopiado e aberto em gravuras, sendo as cópias dêle, diz Frei Manuel de Sá nas suas *Memórias históricas da Ordem de N. S.^a do Carmo*, os melhores retratos de Nun'Alvares que se conheciam na côrte. Mas não foi esta a única imagem preciosa do Condestável que o incêndio destruiu no convento do Carmo. Havia outra, de corpo inteiro, pintura do século xvi, que se encontrava na sala chamada Capitulo dos Bispos, e que, a acreditar em Frei Joseph de Sant'Ana, era uma obra-prima. Não consegui apurar, por mais que o tentasse, se o retrato do Capitulo, como o do espaldar da sacristia, representava Frei Nuno de Santa Maria, ou se seria o original por onde Estêvão Galhardo, em 1526, mandou abrir a xilografia de Nun'Alvares armado que se admira na primeira edição da *Crónica do Condestabre*. Era natural, porém, que o retrato mais copiado fôsse o primeiro, porque era o autêntico, e porque, na sua samarra

de fradinho decrépito, falava mais do que nenhum outro à velha piedade portuguesa. As réplicas sucederam-se, sendo a mais bela das subsistentes aquela que se conserva no palácio Pomal, em Oeiras, tábua do século xvi cuja alta importância o dr. José de Figueiredo revelou, em 17 de agosto de 1916, expondo-a numa sala do Museu de Arte Antiga e atribuindo-a ao pincel admirável do mestre de S. Bento. Nenhuma outra pode comparar-se a esta, quer pelo valor da pintura, quer pela importância do documento. O *Nun'Alvares* doado por Guerra Junqueiro ao Estado, e o retrato de Frei Nuno de Santa Maria proveniente da Sala dos Patriarcas (Paço de S. Vicente), ambos depositados no Museu, são cópias, feitas no século xvii, do quadro de mestre António Florentim; a tábua da Biblioteca Nacional de Lisboa e o retábulo da igreja carmelita de Moura, também seiscentistas, tem o carácter de agiografias de natureza cultural, sem valor iconográfico apreciável. Aqui tem você o que há, quanto a imagens pintadas em tábua ou em tela. Passemos ás estampas. Abriram-se gravuras de retratos de Nun'Alvares nos séculos xvi, xvii e xviii. A xilografia que acompanha a 1.^a e a 2.^a edições da *Crónica do Condestabre* (1526 e 1554) reproduzindo em corpo inteiro o herói armado, deve ser uma equivalência da tábua do Capítulo dos Bispos. A xilografia que acompanha só a 2.^a edição da mesma *Crónica*

(1554) e que representa Frei Nuno no tabardo de donato, é, sem dúvida, como a réplica existente no palácio Pombal, uma cópia directa da tábua original mandada pintar pelo primeiro duque de Bragança. Do século xvii há duas gravuras: uma, cópia do retrato primitivo, feita em 1609 pelo gravador francês Pierre Peret, ou Pereto, para a 1.^a edição do *Condestabre* de Rodrigues Lôbo, e a que se referem Frei Manuel de Sá e Frei Joseph de Sant'Ana; outra do gravador castelhano Pedro de Vila Franca, representando, em meio corpo, Nun'Alvares vélho e armado, aberta em Madrid, em 1640, para acompanhar a *Vida y Hechos*, de Rodrigo Mendes Silva. No século xviii, dois artistas franceses, chamados a Lisboa por D. João v, gravaram retratos do Condestável: Bernard Picart, discípulo de Sebastian Leclerc, que abriu em 1722 duas gravuras em cobre representando Nun'Alvares cavaleiro e Nun'Alvares semi-frater carmelita; Gabriel Debrié, que em 1749, imitando Picart, gravou o Nun'Alvares armado de maça de armas, que orna a espêssa obra de Frei Domingos Teixeira. Passemos agora às estátuas do túmulo. Como sabe, o môdêlo subsistente, em madeira, é uma simples reminiscência da arca tumular de alabastro, mandada construir em Borgonha, no século xvi, por Joana a *Doida*; colocada em 1522, pelo prior Frei Cristóvão Moniz, num vão da ábside do Carmo, do lado da Epístola; pintada, doirada, e mudada

para o presbitério da parte do Evangelho, em 1544, por outro prior carmelita, Frei Diogo de Brito; e, em 1755, completamente destruída pelo incêndio. Essa reminiscência, dum acentuado carácter Luís xv, não tem o menor valor iconográfico. Já o não tinha também a estátua jacente do primitivo túmulo, glabra, inexpressiva, sem o tabardo dos *semi-fratres*, conservando apenas de exacto o báculo a que se abordoava o véelho donato e o «barrete de faces» que, segundo Frei Jerónimo da Encarnação, lhe recobria sempre a calva. Resta, meu caro amigo, que eu lhe fale das descrições dos cronistas. É curioso que, nem Fernão Lopes na *Crónica de João I*, nem o autor da *Crónica do Condestabre*, que deve ser também Fernão Lopes, fazem referência aos caracteres somáticos de Nun'Alvares. Os únicos que o descrevem são os agiógrafos, reportando-se ao retrato original ou às antigas memórias conventuais inéditas. Frei Simão Coelho, no *Compendio de Crónicas* (1572), pinta-o em dois traços: «*homem envolto em carnes, de estatura que mais ia a grande do que a pequeno: tinha o aspecto baronil, o rosto comprido e feroso, era alto e louro, tinha os olhos pequenos, mas mui resplandecentes, pouca barba, e saída para baixo*». Frei Jerónimo da Encarnação, na sua crónica manuscrita citada por Frei Joseph de Sant'Ana, e talvez perdida, copia a descrição que, «em toda a antiguidade de seus termos próprios»,

deixou um frade contemporâneo de Nun'Alvares: «foi o virtuoso Condestavel de meã estatura, teve o rosto comprido, côr branca, o nariz afilado e agudento, os olhos pequenos, mas mui vivos, as sobrancelhas arcadas e ruivas, assim era o seu cabelo, não só da cabeça mas também da barba, com algumas ruguizas na testa e nos cabos dos lagrimais, a bóca pequena com o seu semblante mui amesurado». As duas descrições não concordam em todos os pontos. Mas é incontestável que os seus elementos, combinados com aqueles que nos oferecem a réplica do mestre de S. Benito (palácio Pombal) e a xilografia da *Crónica do Condestabre*, constituem já, sob vários aspectos, para pintores, estatuários, actores, antropologistas e historiógrafos, uma expressiva e opulenta documentação.

PASSOS MANUEL

Na preciosa colecção de papéis políticos do Constitucionalismo, removida do Palácio das Necessidades, existe apenas uma carta de Passos Manuel. São duas fôlhas de papel da Abelheira, sem o aparo doirado das cartas do conde de Tomar, presas uma à outra, segundo a moda do tempo, por um pequeno cordão de sêda azul. Quatro páginas duma escrita clara, enérgica, firme, serena, — expressão do carácter forte dêsse homem que a si mesmo se chamava «o homem de Bouças», a quem D. Fernando, no dia heróico da *Belemzada*, tratou de «*Mr. le Roi Passos*», e que foi, simultâneamente, a figura mais generosa, mais liberal, mais ingénua e mais nobre de todo o Constitucionalismo português. Tem a data de 31 de maio de 1846, — dez dias depois da queda dos Cabrais, e, por consequente, em plena Revolução. Passos Manuel

escreveu essa carta, que pode considerar-se um documento célebre, e que é, ainda, um documento desconhecido. — quando se encontrava em Santarém presidindo à Junta revolucionária local. Não a dirigiu à rainha; dirigiu-a a Rodrigo da Fonseca, — para que a mostrasse a D. Maria II. É uma profissão de fé liberal. É um hino ao povo. É, no meio de todo o ardente entusiasmo, de tôda a paixão tribunicia da sua alma antiga de romano. — uma hábil fórmula de conciliação entre a defesa intransigente e sincera das liberdades populares e o respeito quasi supersticioso pelas prerrogativas e dignidades da Corôa. Coerente com as afirmações do seu monumental discurso de 21 de janeiro de 1837, sustenta que a revolução do Minho se fez «para rodear o trono de instituições republicanas». Em nome das Juntas, — o revolucionário tropeja, comina, impõe. Mas, generoso sempre, bondoso sempre. — o excelente homem aconselha, tranquiliza, sossega todo o Paço alarmado. É, ao mesmo tempo, Saint Just e Lafayette. Emquanto o sangue corre, e a revolta alastra como um incêndio, — Passos Manuel, escrupuloso, formalista, sincero, lialíssimo, procura conciliar, menos perante a rainha do que perante a própria consciência, aquilo que no seu setembrismo confuso, rialista e «pé-fresco», era fundamentalmente irreconciliável: «Não estou menos vivamente empenhado na defesa da liberdade, — diz

êle —, de que na defesa da Corôa. Como um dos chefes do pronunciamento Nacional, hei-de fazê-lo triunfar: é o meu dever. Como Conselheiro da Rainha, e o que é mais, como o mais fiel, dedicado dos seus súbditos, não consentirei na menor ofensa das suas prerrogativas e dignidade». O tremendo «ditador de Guinfões» quer, desveladamente, que Sua Majestade sossegue. Ele lá está, — revolucionário terrível, mas súbdito fiel. Conseguiu já «que o sangue não corresse nas Províncias do Sub»; «que nenhum excesso maculasse a honra dêste Povo»; «que as relíquias do Exército se salvassem»; que, no meio da catástrofe, «se conservassem ainda todos os elementos da ordem futura». O resto não era difícil. A Junta da sua presidência, composta de homens generosos e fortes, ingénuos e liais como êle, — casacas-de-briche e pés-de-boi —, se encarregaria de «restabelecer a recíproca confiança entre o Rei e o Povo, unir a Corôa e a liberdade, terminar aquella luta espantosa sem mais derramamento de sangue». Mas, para isso, o «homem de Bouças», como no dia em que falara alto a D. Fernando e a Van der Weyer, — põe condições. Exige que se entreguem os comandos das Províncias, das Praças e dos regimentos a officiais que tenham a confiança do povo; reclama a organização da Guarda Nacional em Lisboa e no Pôrto, «não uma Guarda Nacional com Arsenais, nem Camilos, nem Marcos; mas uma Guarda

de contribuintes com o censo alto, gente estabelecida, que na sua propriedade dê iguais garantias de ordem e de liberdade»; indica, para seus comandantes, «homens como Policarpo J.º Machado, Jorge Stret e o conde da Ribeira»; lembra ao duque de Palmela, demasiadamente preocupado com a idéa do desarmamento geral, que «pacificar um país, não é desarmá-lo». Mas a parte mais bela, mais comovedora e mais nobre da carta notabilíssima de Passos Manuel, está nas quinze linhas de epopeia em que êle se refere ao povo revolucionário. São dignas da alma antiga que as sentiu, da mão gloriosa que as escreveu. São justas — e são eternas. São um hino — e um clarão. «A História, — diz Manuel Passos —, não oferece uma crise como esta em nenhum Povo da terra. Um Povo que se arma todo, sem excepção de um único indivíduo, que afronta a confiscação e o patíbulo, que corre denodado e intrépido aos combates, que volta a êles com novo ardor, que, sem dinheiro, sem armas, sem munições destrói um Govêrno feroçíssimo e bate todo um Exército valente, e que no meio de tudo isto não comete um único crime, não se mancha com sangue, não exerce vinganças e abraça, e perdôa a seus inimigos e opressores ainda salpicados com o sangue de seus concidadãos, — é um Povo admirável que não teve, nem tem, nem terá modêlo sôbre a terra».

UMA INFANTA HISTÉRICA

A infanta D. Joana, filha de D. João IV, morreu, como se sabe, aos 17 anos. Era uma infantinha histérica, que sofria também, segundo todas as probabilidades, de uma entero-colite mucosa-membranosa, e cujos estigmas somáticos de degenerescência se acusam numa miniatura em cobre existente na biblioteca de Évora, por sinal na mesma vidraça onde se encontra o admirável tríptico de Limoges. Criatura profundamente tarada, com a pesada herança dos estrumosos de Medina Sidónia, irmã dum tuberculoso (D. Teotónio) e dum poliomielítico infantil (Afonso VI), apresentando sintomas de progressiva consunção e tendo, nos últimos meses de vida, hemoptises frequentes, toda a gente supôs que ela tivesse morrido «ética ou tísica» (Mss. da Torre do Tombo, *Colecção de S. Vicente*, liv. 22, fl. 24). Os médicos, chamados a uma junta

pelo rei, esclareceram o caso clínico da infanta D. Joana, afirmando que ela sucumbira a um padecimento intestinal grave complicado de accidentes histéricos, e que as hemoptises verificadas nos últimos meses da doença eram hemorragias de carácter suplementar atribuíveis à amenorréa da infanta, que, nos seus estiolados 17 anos, não revelara ainda os sinais fisiológicos da puberdade. D. João iv, einbruhlado num luto de baeta negra de cem fios, a guedelha loira a lamber a holanda azulada do mantéu, ouviu-os longamente, levantou-se de repelão sem os deixar acabar, e, farto de palavras bárbaras cujo sentido não entendia, deu ordem ao secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, para receber dos médicos palatinos um relatório completo e circunstanciado àcêrca da doença e morte da princesa, no qual fôssem suficientemente esclarecidos todos os vocábulos gregos e latinos. D. João iv, cuja cultura médica se limitava à arte de preparar certo óleo de enxôfre para a «enfermidade do sesso saído fóra» (Curvo Semmedo, *Poliantea*, 725), desçoñfiava manifestamente da sciência dos arquitras de palácio. A ordem foi cumprida, e o físico-mór António de Castro apresentou, em 26 de novembro de 1653, o primeiro relatório médico que se escreveu em Portugal àcêrca da doença de qualquer membro das famílias reinantes.

Esse documento, cuja grafia modernizo afim

de o tornar mais fácilmente legível, diz o seguinte:

«Vossa mercê me manda dizer o nome da doença de que morreu a Infanta a Senhora D. Joana: de uma doença a que os doutores médicos chamam hienteria, complicada com uns accidentes chamados histéricos, alio nomine uterinos; à qual doença se seguiu também uma atrofia, que é uma magreza e secura de todo o corpo, que também tem por nome hontica ventriculi. Explicação dos nomes médicos e accidentes que acompanharam esta doença: —Hienteria é uma dejecção do mantimento tal qual se toma, nascida de fraqueza das faculdades do estômago comcoctris et retentris, e por esta razão adquire o corpo todo grande magreza e secura por lhe faltar o sustento; esta teve a senhora Infante, e não a secura dos éticos; o que se verifica ainda mais, porque no discurso da sua doença esteve muitas vezes sem febre, e esta tal magreza chamam os doutores médicos atrofia, por ser causada ex denegato alimento. Os accidentes histéricos, que também se chamam uterinos, tomam o nome da parte que principalmente padece; causam-se do sangue ou de todos os humores, ou de outra substância mais sólida que dêle se eleva, a qual, detendo-se e apodrecendo no tal lugar, comunica vapores a várias partes por ter com tôdas muita comunicação; e como êstes sejam podres e ruins, causa vários accidentes

conforme as partes a que se comunica; na dita Senhora se comunicaram aos nervos, e por esta razão lhe convaliam os queixos, e impediam a acção de mastigar o comer, e nas pernas e braços que lhe impediam o movimento. Tiveram todos estes males um princípio, que foram as grandes obstruções, ou opilações nas veias que costumam levar o mantimento ao útero; pela qual razão, sendo de dezassete anos, nunca foi mal nem bem menstruada; e por esta razão nos fins dos meses lançou por vezes sangue pela bôca, escolhendo a natureza este caminho por ter impedido o conveniente e costumado, o que nestes casos succede muitas vezes; de modo que morrendo mui sêca do corpo, e mui extenuada, e lançando por vezes sangue pela bôca, não morreu ética, nem menos tísica.—*Guarda Nosso Senhor a Vossa Mercê muitos anos. De casa, 26 de novembro de 1653, Senhor Pedro Vieira da Silva—O Físico-Mór, António de Castro.*»

Este curioso relatório vem trasladado no Livro 22 de Mss. da Colecção de S. Vi ente. Encontra-se no mesmo códice outro documento assinado também pelo físico-mór António de Castro, no qual se descreve a doença e morte do irmão da Infanta, o príncipe D. Teodósio. Succumbiu, evidentemente, a uma tuberculose pulmonar. O boato da peçonha mandada subministrar ao Príncipe por Filipe IV de Espanha, não tem o menor fundamento.

O ENTRUDO NO SÉCULO XVIII

Nós, portuguezes, nunca comprehendemos bem que o Carnaval pudesse ser uma festa de arte, como na Itália da Renascença, ou uma festa de espírito, como na França de Luís XIV: o nosso Entrudo, o Sant'Entrudo lisboeta, foi sempre caracterizada e fundamentalmente sórdido. O século XVIII, então, excedeu todos os outros. Foi o século típico do Entrudo nacional.

É difícil supôr qualquer coisa de mais ignóbil, do que êsses três dias solenes em que a véllha Lisboa de 1700 dizia o tradicional *adeus à carne*. Tôda a mafra baixa das vielas, as fregonas remangadas e as michelas de porta, os alfamistas e as regateiras, as franças do Mocambo e os faceiras do Rocio, com a casaca de sêda a escorrer ovos, a cara empastada de sangue e de lama, cobertos de dejectos e de imundícies, corriam as ruas debaixo da saraivada dos pós, das

panelas, das laranjas de cheiro, dos esguichos, dos ovos de gema, de todo o água-vai que jorrava das rótulas estreitas e dos postigos mouriscos. Côche, estufa, liteira, cadeirinha que passasse, era assaltada, voltada, coberta de lama e varejada de pedras. Escalavam-se muros, invadiam-se casas, roubava-se, devassava-se a propriedade alheia, os frades corriam bêbedos de porta em porta, havia fidalgos que se emborrachavam nas adegas com os negros e com os criados, e enquanto os bandos passavam na rua, saltando, uivando, cabriolando, — sôbre o monturo dos pátios solarengos, onde os porcos fossavam e os cães afocinhavam a terra, mendigos apinhados descobriam chagas, pediam esmola, ao sol, cantando o *Bemdito*. Era uma tremenda exibição de miséria. Era a inversão transitória de tôda a hierarquia social. As oitenta e sete tabernas do Bairro de S. Paulo (oitenta e sete!) enchiam-se a deitar por fora; mulatas, rascôas de viela, gandaias de tairocas, enjeitadas do Hospital Rial, tôda a escória da Alfama e do Bairro Alto corria em levadas, em manadas, em bandos selvagens, insultando-se, batendo-se, desgrednando-se, dançando; e, de pendões à frente, as procissões burlescas passavam, sujas de lodo, monstruosas e imundas, com o Rei David a bailar, de corôa no alto da cabeça, e atrás a multidão convulsa, bêbeda, miserável, rouquejando em ladainha:

— *Sanctus Introitus, quebrare panellas!*

E, entretanto — coisa curiosa! — no meio de todo êste Carnaval de sordidez e de vício, não se via uma única máscara. As máscaras estavam proibidas nas ruas por alvará de 25 de agosto de 1689, como expediente vulgar de picões e de assassinos, e nunca mais tinham aparecido senão nas tranqueiras do terreiro do Paço por festas de touros. Apesar disso, os quadrilheiros, os meirinhos, os corregedores dos bairros arranjavam nos três dias de Entrudo trabalho para todo o ano. Sucediã-se os roubos, as violações, as mortes. Com o jejum da Quaresma levantava-se a força nas praças. Justamente no século que fez do Carnaval uma obra de arte, quando Arlechino pendurava o seu manto multicôr pelos palácios doirados de Veneza e de Florença, — o vé-lho San'Entrudo português conseguia apenas ser boçal, repugnante, desordeiro e criminoso. No momento em que a Regência ordenava os bailes de máscaras, em que a Ópera instituíã os *après-soupers*, em que Versailles se iluminava para receber o sorriso branco de Pierrot, — D. João V, piedosamente tocado pela devassidão do Carnaval do povo, obtinha de Roma, para a sua Capela Rial, o «jubileu das quarenta horas». E enquanto a canalha da vélha Lisboa patriarcal pulava, tairocava, rugia obscenidades pelas ruas, coberta de lama, de sangue e de farrapos, — er-guia-se no altar-mór de S. Roque uma pirâmide

estrelada de lumes, a Congregação de Nossa Senhora da Doutrina desfilava com os seus estandartes, e entre alas imensas de diáconos de dalmática e de dignidades de pluvial, a procissão do Santíssimo saía com el-rei, sumptuosamente, debaixo de pálio. D. João v, incapaz de fazer do Entrudo uma festa de arte — converteu-o, pouco a pouco, numa festa de Igreja.

Mas se, nas ruas de Lisboa, o Carnaval do século XVIII foi uma miséria, — nas casas fidalgas não passou dum pretexto para se comer melhor. Dos conventos choviam pães de ló, bôlos pôdres, covilhetes de amêndoa, papos-de-anjos, ovos riais em grandes bandejas armadas. Sentavam-se à mesa os frades pedintes. As sécias cheias de pós da India, pingadas de rosiclères de diamantes, toucadas de amarelo «à alemôa», ensinavam pulhas aos papagaios, cantavam lunduns e modinhas brasileiras à viola, cortavam rabolevas, cozinhavam filhós com estôpa, atroavam as casas de palavrões tórpes. As vítimas do Sant'Entrudo fidalgo eram os bobos, os parasitas, os negriños, — tôda a estirpe risonha e buliçosa dos Bento-Antónios, dos Joões da Falperra, das Rosas mulatas. Para divertirem as visitas no Carnaval, os marqueses de Gouveia faziam andar o bôbo Penharanda, vestido de verde, de galas à roda dum salão. A condessa de S. Vicente, quando se lhe acabavam as laranjas-de-cheiro — conta-o Goubier de Barrault — armava uma man-

gueira na janela e encharcava o povo. O marquês de Marialva, caído de bêbedo entre cangirões de prata, fazia-se insultar por frades e servir por crianças núas. Em mascaradas, em festas, em bailes, no verdadeiro Carnaval ninguém pensava, — por que ninguém o sentia. O primeiro baile de máscaras particular que se realizou em Lisboa, deu-o o embaixador de Espanha, em 1785, para solenizar o casamento de Carlota Joaquina.

Surge então Pina Manique, cão de guarda do regímen, abraçado ao *Código de Polícia de Luís XIV* e ao *Tratado da Polícia*, de Willebrand. O pouco que restava do Sant'Entrudo vacila e estremece. O Intendente cria as «moscas», inventa as luminárias para distraír o povo, prende o livreiro Dubie por vender Rousseau, fulmina a Enciclopédia, — e torna a proibir as máscaras que o baile do embaixador de Espanha tinha posto em moda. Entretanto, em França, a Revolução rebenta. Constitue-se a Assembleia Nacional, suprimem-se as garantias, é inaugurada a Convenção, proclamada a República, abolida a rialeza. Um verdadeiro delírio de perseguições acomete Pina Manique. Proíbe o jôgo da bola, proíbe que se ande de luvas, proíbe as caixas-de-rapé, proíbe o *Gil Blas de Santillana*, proíbe as cabeleiras de França, proíbe o decote das mulheres, proíbe que se converse nos cafés, enche Lisboa de esbirros, de terror, e, honra lhe

seja, — de luzes. O Entrudo bárbaro das ruas, perante a luneta de oiro do Intendente, quasi desaparece. Redobram de vigilância os correge-dores dos bairros. São presas colarejas de fruta só por dizerem obscenidades no Rocio. Os cafés deixam de ser ninhos de ladrões, para se transformarem em *clubs* políticos. Certo capelista da rua da Rosa é metido no Limoeiro por vender máscaras. Os dançarinos italianos do Salitre, que pedem licença para anunciar um «baile à francesa», recebem uma negativa formal. Só em 1823, já em pleno século XIX, se realiza no teatro do Bairro Alto, ao pátio do Patriarca, o primeiro baile de máscaras público de Lisboa.

Com a casaca-de-briche dos *vintistas* surgia o Carnaval romântico. ¹⁾

¹⁾ JÚLIO DANTAS, *Ao ouvido de M.^{me} X.* pag. 257. — o *Carnaval Romântico*.

D. JOÃO V

D. João v teve, aos 53 anos de idade, um acidente a que se seguiu hemiplegia esquerda completa; quer dizer, o rei foi vítima duma lesão destrutiva em fóco devida a hemorragia ou a amolecimento. O conhecimento dos antecedentes pode contribuir para a fixação, quanto possível aproximada, do diagnóstico etiológico e do diagnóstico patogénico da lesão.

Vou reúnir todos os elementos que o meu *dossier* me fornece. São, na sua quási totalidade, inéditos.

D. João v foi o segundo génito de Pedro II e de Sofia de Neuburgo, alemã doente, taciturna, nevrosada, sujeita a cólicas biliosas. O pai, já infectado quando o gerou, aos 40 anos, morre dez anos depois, com várias paralisias e um sífiloma pleuro-pulmonar, no decurso de um terçiarismo visceral intenso. Uma tia paterna, a in-

fanta D. Joana, assimétrica, degenerada, amenorreica, — «nunca foy mal nem bem regulada», diz o físico-mór António de Castro — . tem ataques histéricos, *trismus* frequente, sofre duma enterite crónica e morre aos 17 anos, com hemoptises. Um tio paterno, D. Teodósio, precoce intelectual, prognata inferior, sucumbe a uma tuberculose pulmonar. Outro tio paterno, Afonso VI, tem bléfaro-conjuntivites purulentas, bronquites de repetição, e, em seguida a uma poliomielite, fica hemiplégico, obeso, idiota. A avó, uma Medina Sidónia, linfática, doente, sujeita a dermatoses, morre de hidropisia, talvez em consequência duma afecção renal. Os antecedentes hereditários acusam, portanto, uma herança de sífilíticos e de neuro-estrumosos.

Vejam os antecedentes pessoais. D. João V, gerado cinco meses depois dum caso de mortalidade (o infante D. Pedro), nasce de termo. Nada se sabe quanto à dentição, linguagem, marcha. A iconografia, muito abundante, revela uma ligeira assimetria facial, exorbitismo, lábio auricular acentuado, prognatismo inferior duvidoso em alguns perfis numismáticos, altura considerável da face; as descrições dos contemporâneos atribuem-lhe «testa espaçosa», olímpica (o *bord-front* alto das cabeleiras de França?). Várias doenças, na infância e na adolescência. Aos 11 anos, varíola. Aos 15 (1704) não acompanha o cadáver da infanta D. Teresa, morta aos 8 anos

de varíola maligna, «por se achar convalescente de segundas bexigas». Aos 19 anos (maio de 1708) tem «hum afrontamento na audiência»: recolhe-se; toma remédios; purga-se. Por esta data, manifestação de tendências homo-sexuais. Repetem-se os afrontamentos: Brochado inculpa a falta de hygiene do monarca, que «come muito e não faz exercício». Frei Caitano, na capela do Paço, prèga um sermão contra os ministros, «que calam a el-rei o que lhe deviam dizer». Em junho de 1709, sete meses depois do seu casamento com Mariana de Austria, «anda magro, descòrado e triste; as «queixas saem-lhe ao rosto»; os capelos amarelos do Paço falam em mandá-lo para as Caldas para o apartar da raínha; no dia 29 determinam sangrá-lo «por causa de huma fluxão de humor que lhe vem às glândulas e lhe faz alguma inchação no pescoço e por baixo da barba»; no dia 6 de julho, diz Brochado em carta ao conde de Viana, «as glândulas ainda não expeliram o humor que receberam, e eu supponho que se o excessivo calor destes meses não as amolecer e excitar a transpiração, será necessário recorrer a remédios tópicos e violentos». O rei cai num abatimento profundo: «ontem, depois do jantar, — informa o desembargador Brochado na mesma carta para Londres —, mandou vir músicos da capela e ordenou que lhe cantassem um officio de trevas». A 13 de julho, «o tumor é grande»: pensa-se em recorrer ao segrêdo de Agostinho

de Barros ou ao remédio da mulher de Loures; o rei «amanhece com amargos de bôca, dôres de cabeça e alguma quentura pelo corpo». A 20 de julho «o achaque del Rey N. Senhor não tem diminuição; o clérigo que lhe aplica as bôlças tem boas esperanças de umas picadas que Sua Magestade sente na parte inferior do inchaço; mas não se sabe se é certo o juízo dèste charlatão». Os médicos aconselham o rei a que vá para Sintra; D. João v, para não deixar o govêrno ao irmão D. Francisco, fica na côrte e, com o pescoço cheio de escrôfulas, assiste, no último domingo de julho, dia onomástico da rainha, a uma comédia que se representa no Paço. A 18 de agosto está melhor; a 10 de setembro, quasi restabelecido: «o barbasco foi milagrosa planta para dissipar aquella inchação, que até no nome é desairosa»; entretanto persistem cefalalgias frequentes; toma banhos; a 26 de outubro, «as queixas que el-Rei padecia devem estar dissipadas, porque em um dêstes dias passou para o quarto da rainha a viver como convalescido e como espôso». Trata-se, evidentemente, de adenites tuberculosas cervicais, — supuradas ou não. No dia 27 de fevereiro de 1710, D. João v, novamente doente, é sangrado na veia de arca e recebe nesse mesmo dia o conselho de Estado, que pela primeira vez entra na câmara dos reis. Em junho de 1711, deixa a rainha grávida de três meses e parte para Azeitão, onde vai convalescer, na casa

dos duques de Aveiro, «de uma queixa de flatos que com muita violência o atacou». Passados catorze meses, em setembro de 1712, nova «queixa grave» de que convalesce em Pedrouços. Três anos depois (1715, pelo S. João) «um flato rijo dos que costuma ter», e que o apanha à janela, em Setúbal, a ver correr toiros. Decorridos dois anos incompletos, nova doença; talvez as mesmas perturbações nervosas; convalescença longa em Pedrouços. Daí por diante, é difícil seguir as vicissitudes patológicas do rei. A falta de informações parece indicar que nos vinte anos seguintes tem relativa saúde. É o período de maior intensidade na sua vida sexual: «*un peu fou*», como lhe chamou Mathieu Marais, semeia pelos conventos de claristas e de bernardas a faixa contraveirada de prata das bastardias; agarra de noite, nos corredores do Paço, as damas e as açafatas; manda cunhar moedas de ouro «tôdas de caras para pagar às fêmeas»; disfarça-se de mendigo para beliscar nas igrejas os braços polpudos das mulheres do povo; um forte líbido leva-o até ao desvio homo-sexual; fatigado por tôda a casta de excessos, ordena que se consulte o sábio Boerhaave sôbre as virtudes da raiz do ginsão, «admirável remédio para qualquer enfermo prostrado, desfalecido ou esfacelado». Decaído pela idade — diz Costigan — «toma cantáridas que o reduzem a uma suma froixidão». Quando Manuel da Costa, espécie de *Mercúrio*

de tacões vermelhos, o acompanha de noite aos *mauvais-lieux* de Lisboa, — à «Genovesa», à *madama* Dionísia Águas Belas, que mora no Terreiro do Paço por cima do Açougue, ou às muitas francesas que então exercem na côrte a profissão de damas, — João Jaques de Magalhães dá-lhe a essência de âmbar, cujos efeitos são conhecidos. A sua pretendida robustez abala-se. Começa então, como os irmãos D. Francisco, D. António e D. Manuel, a sofrer de úlceras nas pernas, — úlceras maleolares que o marquês de Pombal considera «como hereditárias nos senhores da casa sereníssima de Bragança», cuja razão etiológica não se determina com precisão — varicosas, sifilíticas, sífilo-varicosas? — e cujo aparecimento precede a hemiplegia do rei, pelo menos do tempo necessário para que as opiniões humorais e curvianas da época possam atribuir a tentativas de cura dessas úlceras o acidente de paralisia que fere D. João v, em 1742.

Eis o que pude esclarecer, quanto aos antecedentes hereditários e pessoais do rei. Vejamos agora a marcha da sua última doença.

Numa quinta-feira, 10 de maio de 1742, no paço da Ribeira onde então morava, o rei D. João v, estando a despacho com o ministro assis-

tente, foi ferido de «um estupor que o privou dos sentidos, e ficou leso da parte esquerda, com a bôca à banda», — diz, no seu n.º 19, o *Folheto de Lisboa*, gazeta manuscrita do tempo. Completava, em 22 de outubro, 53 anos de idade. Apesar da herança sifilítica, das perturbações de nutrição derivadas da sua braditrofia de sedentário e dos excessos duma vida sexual intensa, o rei era um homem aparentemente robusto. O dr. Inácio Barbosa Machado, na sua *Relaçam da enfermidade e morte do senhor D. João V*, refere que, antes do acidente do dia 10, «Sua Majestade gozava de uma completa saúde, conservada pela moderação dos alimentos, em que era mui parco, fugindo daquelas desordens que foram perniciosas a muitos dos seus ascendentes», e acrescenta que o insulto de paralisia veio «sem precederem alguns sintomas de queixa, repentinamente». A saúde do rei não era, porém, tão perfeita como se pretendia, porque já nessa altura D. João v soffria de úlceras maleolares persistentes; nem a sua dietética foi sempre tão escrupulosa, que o desembargador Brochado, numa carta ao conde de Viana, não dissesse d'êle: «êste Príncipe come muito, não faz exercício e passa todo o dia ouvindo histórias da carochinha». Entretanto, o que importa concluir e o que de facto se concluiu da *Relação* de Barbosa Machado e da notícia do *Folheto de Lisboa*, é que o acidente surgiu sem pródromos, bruscamente, em plena saúde apa-

rente do monarca; que se instalou uma hemiplegia esquerda — cortical, capsular, peduncular, protuberancial? — devida a hemorragia ou a amolecimento. D. João V durou ainda oito anos. Uma vasta documentação, constituída na maior parte por correspondência particular (cartas de Mendo de Foyos, de D. Luís da Cunha, do jesuita Carbone, de Luís Manuel da Câmara Coutinho, etc.), por memórias inéditas do tempo (*Gazeta* de Joseph Soares da Silva, papeis do duque de Cadaval) e pelas notícias dos jornais manuscritos de 1742 a 1750 (*Folheto de Lisboa*, *Mercúrio Histórico*, etc.), permite-nos reconstituir, sob forma de diário, pelo menos durante os primeiros tempos, a história completa da doença do rei. Vejamos.

Dia 10 de maio de 1742. O rei, «estando a despacho, sem precederem alguns sintomas de queixa, repentinamente, é insultado de um acidente de paralisia que lhe balda o braço, perna e todo o lado esquerdo». Recobra os sentidos, e, nessa noite, confessa-se. — *Dia 11.* Recebe o viático das mãos do Patriarca; fala ao príncipe. Ao meio dia sangram-no; à tarde «entra em grande modorra». A rainha mete-se durante uma hora no oratório e vai à Madre de Deus, descalça, rezar pelo rei. — *Dia 13.* As ruas coalham-se de fra-des, de comunidades, de imagens, de relíquias: saem os marianos com o braço de Santa Teresa, os dominicanos com a senhora do Rosário. Frei

Gaspar Moscoso chega de Coimbra com os infantes. O rei é sarjado e sangrado nas costas da mão; deitam-lhe bichas na cabeça; mas teima em receber pela segunda vez a bênção papal, pede uma cabeleira de França, sobrevem-lhe febre. — *Dia 15.* Passa melhor de noite; descansa até às 7 da manhã. Franciscanos, loios, baltasares, barbadinhos, saem de cruz alçada em procissão pela cidade. — *Dia 18.* Mal. Os teatinos trazem-lhe o barrete de Santo André Avelino, advogado das apoplexias; D. João v, soerguido nos braços dos cardeais da Cunha e da Mota, põe-no na cabeça e reza a sua comemoração. — *Dia 24.* Pior. São chamados todos os médicos da junta: o doutor António da Costa Falcão, capelo amarelo, que acabara de ser nomeado cirurgião-mór do reino; o doutor Pestana, sempre de capa, volta e cabeleira de nós, à antiga; o médico austríaco Kaupers, que punha carmin e usava moscas como uma dama; o doutor *Carapinho*, que não largava a sua mula de gualdrapa cinzenta; o arguto Ortigão, predilecto do rei; o austríaco Witte, que viera com a rainha. Não se sabe o que resolvem. — *Dia 27.* Melhor. Constata-se «que há sentimento na parte ofendida». O rei faz a barba, contra o conselho dos médicos. — *Dia 3 de junho.* Purgam-no: xarope áureo, pós cornichinos, ou xarope de Fioravanto. Os efeitos «são tão copiosos, que o snr. D. António se admira que possa caber em um corpo tão grande porção de

humores». *Dia 5.* Assentam-no na cama, «ainda que não por movimento próprio, porque a parte esquerda continua lesa». Fala-se na ida às Caldas: *balneum tandem convenit post tres septimanas*; Ortigão quer que se apliquem os banhos sulfurosos só «quarenta dias depois do acidente», segundo os preceitos de Curvo. — *Dia 8.* Decide-se a partida para as Caldas. — *Dia 28.* Grande alegria no paço: «Sua Majestade move o braço lesado até ao cotovelo e com a ajuda da mão direita leva-o à cabeça». Os frades atribuem a melhora a milagre; os médicos, aos purgantes. — *Dia 30.* Começa a mover a perna. — *Dia 7 de julho.* Apressa-se a partida para as Caldas. Arranjam-se as estradas. O cardeal da Cunha, embriagado na sua púrpura, cheio de mêdos de bruxas e de trovões, parte de manhã «para ir devagar, benzendo os caminhos». — *Dia 9.* O rei segue para as Caldas, acompanhado de Frei Gaspar Moscoso, do jesuita Carbone, do médico Ortigão, do cirurgião António Soares Freire. Embarca às 11 1/2 da manhã na ponte do Cais da India: «vai vestido de preto, com cabeleira grande como costuma aparecer em público»; as regateiras e mulheres da Ribeira dão-lhe vivas. — *Dia 11.* Parte a rainha. — *Dia 12.* Parte o cardeal da Mota com os infantes bastardos. — *Dia 4 de agosto.* O rei tem 10 banhos; as melhoras são poucas. Desfaz-se em esmolas e mercês a tôda a gente: a cada um dos enfermeiros que o me-

tem e o tiram do banho, 100 moedas e o hábito de Cristo; a cada médico do partido do Hospital, 320 mil réis; num braço de prata com as reliquias do patriarca S. Bento, que o acompanha na viagem, mete «um anel de ouro com um diamante brilhante do tamanho de um tremço».

— *Dia 17.* Regressa a Lisboa. Luminárias pelas melhoras do rei; *Te-Deum*. — *Dia 27 de setembro.* Novo acidente, que o n.º 39 do *Folheto de Lisboa*, de 29 de setembro, noticia: «Na 5.ª feira, 27, das 11 horas para o meio dia, foi Sua Majestade assaltado de uma vertigem tão veemente, que o priva d'os sentidos por mais de uma hora, em que lhe meteram os pés em água quente, absolvendo-o *sub conditione*, e chegando a agonizar: foi sangrado sem algum sentimento, mas tornando a si, ficou melhor». A rainha, em sinal de condolência pelo novo acidente, proíbe a representação de comédias no pátio das Arcas. — *Dia 10 de novembro.* O rei tomia banhos das Alcaçarias. — *Dia 18.* Tem outro ataque, às 2 horas da tarde, perdendo os sentidos; sangram-no, sarjam-no; recupéra a fala às 10 horas da noite, — e manda elevar à dignidade de monsenhores dez cónegos da Basílica Patriarcal. — *Dia 10 de dezembro.* Mandam-lhe de Paris «uma água tão preciosa, que aplicada a qualquer parte lesa do corpo, logo a põe em natural movimento». Faz-se a experiência em José Jorge, hemiplégico como o rei; o homem melhora; os médicos querem apli-

car o remédio a D. João v; o rei recusa-se terminantemente. — *Dia 22.* Novo ataque, das 10 às 11 horas (da noite?) — *Dia 29.* «Contínuas convulsões nas partes lesas, as quais aparecem em alguma dessecação»: quer dizer, — epilepsia jacksoniana; atrofia sensível dos membros lesados. Apesar disso, o rei vai todos os dias, de cadeirinha, assistir aos officios divinos na tribuna da Basílica Patriarcal.

Segue-se um longo período em que não há notícias. O códice 8.066, que fornece a maior parte dos elementos de reconstituição, termina em 31 de dezembro de 1742. Sabe-se, entretanto, pela *Relação* de Barbosa Machado, que o rei, daí por diante, «experimenta em diversos tempos repetidos accidentes epilépticos, que o deixam privado dos sentidos»; agravam-se-lhe as úlceras das pernas; dá cem dobras de ouro de 6.400 réis aos cirurgiões José Ricord, Pedro de Arvelos Spinola, Manuel Vieira e Félix Pereira, que lhas tratam. No dia 19 de setembro de 1743, embarca de novo para as Caldas, no bergantim que deve levá-lo até Vila Nova da Rainha; repetem-se os accidentes jacksonianos, e D. João v volta para o paço da Ribeira, estendido num colchão, com a senhora das Necessidades e os braços de prata de S. Bento e de S. Vicente Mártir. Daí até à sua morte, o rei extingue-se, arrasta-se como um espectro, como uma múmia, sêco, tollido, trémulo, imbecil, quási cego, sacudido,

quási de mês a mês, dum acidente violento de epilepsia parcial. Nos últimos dias de julho de 1750 cái numa sonolência profunda; já não conhece ninguém; o quarto coalha-se-lhe de frades, eriça-se de cruces procissionais, faúlha de altares armados; reza-se, dia e noite, a ladaíinha lauretana; o núncio, marquês de Tépe, traz, sob pálio, a absolvição papal; D. João v ronca, na agonia; e às 7 horas e cinco minutos do dia 31, enquanto todos os sinos de Lisboa dobram, aquele que foi um dos maiores reis portugueses apaga-se como uma pequena luz batida pelo vento.

TIPOS DE ONTEM

O Conselheiro ***. Conheci-o ministro num dos últimos gabinetes da monarquia. Ouvi-o várias vezes falar na Câmara. Bela figura, barba branca, *brasseur d'affaires*. Um estadista eminente do antigo regímen, disse dêle: — «É uma criatura que me desconcerta. Faz discursos circulares». Procurei descrevê-lo nas minhas notas: «Este homem chegou a ministro, caminhou, venceu, triunfou na vida, por uma simples e facil razão: porque, quando fala, ninguém o entende. Os seus discursos parlamentares são obras-primas de confusão mental. Como ninguém o percebe, — ninguém o contesta, ninguém o combate: é um vitorioso. A sua palavra é sempre a última palavra sôbre tôdas as questões, — porque, depois dêle ter falado, ninguém mais se entende. Espalha a sombra e a confusão em volta de si. Não é um ministro, — é o

Apocalipse. Se um dia alguém chega a comprehendê-lo, — êste homem célebre está irremediavelmente perdido.»

O duque de Loulé, que Lichnowski descreveu, em 1842, «vestido como os grandes de Filipe II, espécie de Buckingham querido de raíñas galanteadoras, homem perigoso que passou a vida a fazer andar à roda as cabeças de tôdas as mulheres», foi mais tarde, como chefe de partido, o «estadista do silêncio». Era raro levantar-se para dizer duas palavras na Câmara. Não respondia a ninguém. «Estranham que eu fale pouco, — dizia êle; pois a minha consciência só me acusa de ter falado algumas vezes de mais». Um dia, depois de certo deputado ter pronunciado contra êle um discurso violento, Loulé, que era presidente do conselho, levantou-se. — «Vai responder! — disseram todos. — Que hora para F.!» Logo o duque, serenamente: — «Pedi a palavra para mandar para a mesa uma proposta de lei concedendo uma pensão a um guarda da alfândega». E sentou-se.

Quando o marquês de *** veio pela última vez a Lisboa, trazia no pulso esquerdo uma cadeia de ouro donde pendia um porquinho minúsculo, maravilhosamente cinzelado no Mappin de Londres. — «Que é isto, marquês?» — perguntou-lhe alguém, no Paço. — «Um simples *porte-bonheur*, minha senhora», — satisfez o diplomata, mostrando melhor o pequenino animal de ourivezaria. E, como homem de espírito que é, fez frases: — «Eu confesso que adoro o porco acima de toda a criação! É o animal mais inteligente que se conhece. É um filósofo. É Sócrates. E sobretudo, minha senhora, é um desenguiçador admirável». Na manhã seguinte, o marquês, estremunhado ainda, viu entrar o criado de quarto com uma carta timbrada a ouro: — «Um criado da Casa Rial traz esta carta para v. ex.*». Sentou-se na cama e leu: «Meu caro marquês, desculpe a insignificância que lhe envio. Faço votos para que lhe dê muita felicidade esse *porte-bonheur*». — «Traga o que mandou sua majestade», — ordenou o ministro. — «Mas, senhor marquês...» — «Vá buscar o que mandou sua majestade», — insistiu o diplomata. O criado ia fazer uma objecção, mas, perante a insistência, curvou-se e desceu. Dali a pouco, entrava pelo quarto de cama do marquês qualquer coisa de

rosado, de gelatinoso, de formidável, que se debatia nos braços do criado e grunhia desabaladamente. Era um porco.

Pinheiro Chagas, nos seus artigos, acusava Fontes de fazer «política de serralho», — isto é, de se deixar levar por pedidos de mulheres e empenhos de saias. Mais tarde compuseram-se, e Chagas foi feito ministro por Fontes. Quando o ministério se apresentou nas Câmaras. Mariano de Carvalho, que trazia no *Popular* a sciencia do «albarda, rial senhor!», jogou-lhe uma bisca: — «Então, isto ainda é política de serralho?» — «Não; é política de albarda!» — respondeu Chagas. — «Albarda não é parlamentar!» — gritou uma voz da esquerda. Imediatamente, Mariano, num sorriso, como se dissesse a frase mais amável do mundo: — «É, sim senhor, porque o sr. Pinheiro Chagas trouxe-a ao Parlamento». Gargalhada geral.

Um dia, na Câmara dos Pares, o bispo de Viseu levantou-se para fulminar, num discurso veemente, um seu inimigo pilfítico que se sentava na bancada dos ministros. No mais aceso

da oração, apostrofava:— «Aquele homem, senhor presidente, é indigno do alto lugar que occupa! É quasi um inconsciente! É quasi um mentecapto! É quasi um louco!» Tumulto, campainhadas, e a voz do presidente, conciliando:— «Convido o digno par a retirar as expressões que proferiu». Imediatamente, o bispo de Viseu, sem se perturbar:— «Senhor presidente! Eu disse que aquele homem era quasi um mentecapto. Pois bem: retiro o quasi!»

O vélho Sampaio da *Revolução*, quando fez a sua estreia parlamentar um dos maiores oradores de que se orgulha Portugal, ouviu-o com admiração e comentou: «Sim, senhor; falou bem; mas pensou mal». E Pinheiro Chagas costumava dizer, quando êsse grande orador pedia a palavra em momentos políticos sensacionais:— «Lá vem o côche D. João v».

Um dos últimos cardeais patriarcas de Lisboa era, ao contrário do que se dizia dêle, um homem culto, inteligente e espirituoso. Uma tarde, na Câmara dos Pares, certo prócere, o vis-

conde de ***, célebre pela sua inconveniência e pelas suas *gaffes*, tirou do bôlso uma cigarreira de oiro com o esmalte duma mulher núa e mostrou-a ao patriarca:—«Vossa Eminência quer ver?» Logo o prelado, pondo a luneta no nariz:—«É o retrato da senhora viscondessa?»

PORTUGAL !

Foi no dia 30 de maio de 1808 que os primeiros soldados da *Legião Portuguesa* pisaram a terra da França. Napoleão, em cujas mãos Carlos IV acabava de depôr, como uma jóia, a corôa rial das Espanhas, esperava os portugueses em Bayona com tôda a côrte imperial. A primeira tropa a chegar foi o bravo regimento de infantaria 1, que um ano depois se cobriu de glória em Wagram, e que na tarde heróica de Smolensko, com as baionetas negras de sangue e de pólvora, havia de espantar a bravura de Ney. Comandava-o o elegante António de Saldanha, da casa da Ega; conduziam-no os chefes de batalhão Caldeira e Cândido José Xavier. Nem um soldado desertara em Valhadolid e em Burgos; o regimento, intacto, marchava na sua máxima fôrça. — «Vamos ver as francesas, rapazes !», — tinha-lhes gritado o coronel, sôbre a ponte de

barcas do Bidassôa, o punho de prata do espadim a faíscar-lhe na mão. E êles lá foram, negros, risonhos, contentes, tisonados do sol, ferrolhando armas, chocalhando patronas, emquanto na chuva de oiro da manhã a ilha verde dos Faizões resplandecia, e os sinos alegres de Fuenterrabia, ao longe, tilintavam para a missa. Onde iam êles? Porque marchavam? Que destino os esperava na terra de França? Sabiam-no lá! Mas fitassem-nos, encarassem-nos um a um, — e em tôdas aquelas faces queimadas, em todos aqueles olhos ardentes, fulgiria, como uma labareda, o vago instinto de que caminhavam para a glória. Iam ver Napoleão. Iam conhecer o titan. Depois duma marcha de três léguas feita a cantar, com as espingardas cheias de flores, o bravo regimento de António de Saldanha chegou a S. João da Luz. Na manhã seguinte, um ajudante de ordens de Pamplona, a galope, mandou-o avançar. Nessa mesma tarde, envoltas numa nuvem de poeira, as baionetas lampejando, as chapas de cobre das barretinas faíscando ao sol, os tambores roucos de bater a marcha, — as tropas portuguezas de infantaria 1, chegadas emfim a Bayonna, passavam em continência diante de Napoleão. O Imperador, que descêra do palácio de Marrac para as ver, sorria-lhes, imóvel, embrulhado no seu capote cinzento de *petit-caporal*, entre uma onda de marechais emplumados e cobertos de oiro, — Ney, Murat, Da-

voust, Bassières, Alorna, Pamplona. À vista desses dois batalhões pardos de saragoça, cerrados, enérgicos, pequenos, batendo as abas das nizas como carochas, um frémito de comoção passou na alma do povo, e duas mil, três mil bôças francesas gritaram, uivaram, aclamaram: — «Portugal! Portugal!» Os garotos marchavam-lhes à frente; das janelas atiravam-lhes flores; no seu côche a imperatriz Josefina acenava-lhes com o leque, — e os galuchos portugueses, com as lágrimas nos olhos, cheios ao mesmo tempo do orgulho e da mágoa de serem tão poucos, repetiam, doidos de entusiasmo, levantando as barretinas: — «Portugal! Portugal!» Não seriam mais de quinhentos soldados, — e tinham alvo-roçado Bayona. Daí a pouco, Napoleão passava-lhes revista em fórma: compunha-lhes pela sua mão as bandoleiras brancas das patronas e as alabardas lampejantes dos sargentos; convidava os oficiais para jantarem à sua mesa, — e à noite, uma noite quente e perfumada de junho, os jardins do palácio que dias antes vira abdicar Carlos IV de Espanha, foram abertos em festa aos soldados portugueses. Nas varandas iluminadas, a côrte imperial assomou. Encheram-se de gente as largas alamedas de faunos e de murta. E enquanto, ao luar, os galuchos da Extremadura e da Beira, negros, risonhos, abraçados a violas enormes, cantavam as chulas, os lunduns e as modinhas da sua terra, Josefina

Beauharnais, com os olhos brilhantes de lágrimas, a face apoiada à mão cheia de jóias, dizia encantada a António de Saldanha:—«*Oh, que j'aime ces gavottes portugaises !*», — e em baixo todo o povo, rodeando os soldados, interrogando-os, aplaudindo-os, abraçando-os, pegando-lhes ao colo, rindo e chorando com êles, gritava, ululava em delírio, no seu sotaque vasconço, como um preságio de glória:—«Portugal ! Portugal !» Tinham cantado bêm em Bayonna; haviam de morrer melhor em Wagram !

Pois bem. Sôbre o dia 30 de maio de 1808, um século passou. Sôbre êsse século, mais nove anos lentos, trágicos, dolorosos. De novo os nossos soldados entram, sorrindo, em Paris; de novo as rosas de França vão florir em espingardas portuguesas; de novo o mesmo clarão de epopeia envolve o nosso nome, — e hoje, cento e dez anos depois, é ainda o mesmo grito heróico que se ouve ao longe, como se o erguessem milhares de espectros:

— Portugal ! Portugal !

FIM

ÍNDICE

NA VIDA

	Pag
Lady Florence	7
A janela dos lilases	11
Sóror Micaela	15
Paço de Gondim	20
O espelho	26
Andrómaca	30
Ana Peregrina	34
A mulher de branco	38
A confissão	43
O general	48
A sombra	52
Distracção	56
O relógio	60
Odore di femmina	66
A fonte	71
Expição	77
O sapatinho verde	82
Rosa Maria	87
O homem da malha branca	92
Mocidade	98
Saias do balão	101

	Pag.
O crime	106
Uma mulher.	111
M. ^{elle} Nini.	115
A touca de rendas	118

NA ARTE

Os dois retratos.	125
José de Alpoim.	128
O pintor do sol.	132
Schwalbach	136
Espírito gentil	140
Novos metros, novos ritmos.	144
Teatro camoneano.	149
Músicos de casaca de sêda	154
«Verão»	161

NA HISTÓRIA

O frade trino	169
S. Miguel Arcanjo	174
A morte de D. João VI	180
O sarambeque	189
Um diplomata	194
Frei Manuel de Sant'Ana.	199
Espadachins.	204
A mãe do primeiro duque	211
A embaixada.	217
Nun'Alvares.	222
Passos Manuel	228
Uma infanta histérica.	232
O entrudo no século XVIII.	236
D. João V	242
Tipos de ontem.	255
Portugal!.	261

